



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL-UFFS
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
MESTRADO EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL- PPGADRS

CARLA CRISTIANE PAGLIARI NUNES

AS INSTITUIÇÕES DOS MERCADOS DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS EM
LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ

LARANJEIRAS DO SUL

2016

CARLA CRISTIANE PAGLIARI NUNES

**AS INSTITUIÇÕES DOS MERCADOS DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS EM
LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável- PPGADRS, da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção de título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientador: Prof^o. Dr. Clério Plein

**LARANJEIRAS DO SUL
2016**

DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

Nunes, Carla Cristiane Pagliari
AS INSTITUIÇÕES DOS MERCADOS DE PRODUTOS
AGROECOLÓGICOS EM LARANJEIRAS DO SUL - PARANÁ/ Carla
Cristiane Pagliari Nunes. -- 2016.
142 f.:il.

Orientador: Clerio Plein.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Agroecologia
e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADR),
Laranjeiras do Sul, PR, 2016.

1. Instituições. 2. Feira. 3. PNAE. 4. PAA. 5.
Supermercados. I. Plein, Clerio, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

CARLA CRISTIANE PAGLIARI NUNES

TÍTULO: “As Instituições Dos Mercados de Produtos Agroecológicos em Laranjeiras do Sul – Paraná”

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – PPGADR da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, defendido em banca examinadora em 10/03/2016

Orientador (a): Prof. Dr. Clério Plein

Aprovado em: 10 / 03 / 2016

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Clério Plein (Unioeste)



Profa. Dra. Anelise Graciele Rambo (UFRGS)



Profa. Dr. Adilson Francelino Alves(Unioeste)

Laranjeiras do Sul/PR, março de 2016

A Deus, fonte de toda a existência!
À minha filha!
Aos meus pais!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, devo prostrar-me a Deus, fonte inesgotável de amor e piedade, que nunca me abandonou no decorrer dessa jornada e de minha vida.

À minha filha Leticia que, mesmo sem entender direito o que a mãe estava fazendo, sempre apoiou e compreendeu os momentos de ausência; apesar de sua pouca idade, só tenho a dizer: Filha, obrigada!

Ao meu professor orientador Clério Plein, que direcionou e orientou brilhantemente esse estudo, as cobranças das leituras, da pesquisa, enfim: Muito obrigada, professor!

À minha mãe, que insistiu para que eu lutasse pelos sonhos, que me auxiliou enquanto estava nas aulas, nos cursos, que cuidava de minha filha para que eu pudesse estudar.

Ao meu pai, que dizia que a filha estava fazendo um “curso para dar aulas”, o qual me apoiou emocionalmente e até financeiramente.

Aos meus irmãos Marco e João Paulo, muito obrigada pelo incentivo e apoio nos momentos mais difíceis, pelas idas a Francisco Beltrão e pelas correções!

Aos colegas de turma, os quais compartilhamos muitas vitórias, sono, cansaço, enfim; a rotina louca de um mestrando.

Aos componentes da pré banca e da banca final, muito obrigada pelas sugestões, ideias, incentivos. Obrigada, Anelise e Adilson Francelino!

À Universidade Federal da Fronteira Sul e a todos que lutaram pela sua conquista.

Agradeço, também, especialmente, os participantes da pesquisa. Todas as pessoas que se dispuseram a ajudar e contribuir com suas experiências, compartilhando informações que passaram a integrar essa dissertação. Muito obrigada! Sem vocês jamais teria conseguido chegar ao fim dessa etapa.

Enfim, a todos os amigos, compadres, comadres, cunhadas, cunhados; as pessoas que oravam por mim e me ajudavam mesmo sem eu ficar sabendo. Pessoas como vocês são essenciais. Obrigada.

RESUMO

Este trabalho estudou as instituições dos mercados de produtos agroecológicos, oriundos da agricultura familiar de Laranjeiras do Sul, em três dinâmicas de comercialização: a feira, as políticas públicas representadas pelo PNAE e PAA e os supermercados. Utilizamos, para isso, a ótica da Teoria Institucional do economista Douglass Cecil North. Para esse autor, as instituições são sustentadas por leis, regras, regulamentos, convênios; tanto os formalmente constituídos como os informais (costumes, tradições, hábitos, crenças, etc). E por meio dessas estruturas convencionais que as instituições atuam na organização social e na dinâmica comercial ao longo do tempo. E derivando disso nasceu o problema a ser pesquisado: o conjunto de instituições que regem a comercialização de produtos agroecológicos restringe ou potencializa a formação e o desenvolvimento do referido mercado? A hipótese lançada é a de que o processo dessa comercialização é mediado por um conjunto de instituições, sendo que prevalecem as que dificultam esse mercado, apesar da criação de políticas públicas como o PNAE e o PAA. Para testar a hipótese, foi necessário responder à objetivos específicos propostos: primeiro, caracterizar a produção agroecológica no Município; segundo, identificar os “jogadores”, ou seja, os participantes e envolvidos no processo; e, por fim, compreender e comparar dos mercados de produtos agroecológicos. Portanto, para cumprir os objetivos dessa pesquisa de caráter qualitativo foi inicialmente elaborada uma revisão teórica sobre os temas relevantes ao assunto, a saber: agricultura familiar, agroecologia, mercados como construções sociais e a abordagem teórica institucional de Douglass North. Na sequência, aponta-se algumas características históricas do município estudado, a fim de entender a dinâmica local ao longo do tempo. Desse modo, no capítulo quatro, a partir do embasamento da teoria estudada e da observação do funcionamento do comércio agroecológico em Laranjeiras do Sul – a partir de entrevistas com feirantes, entidades, representantes de organizações vinculadas, entre outros - foram elencados aspectos particulares de cada meio de comercialização proposto e, posteriormente, traçado os elementos de similaridades e diferenças entre as três dinâmicas. Constatou-se que as instituições informais são preponderantes na feira e que as políticas públicas são impulsionadas pelas regras formais, que em muitos casos limitam a operacionalização desses programas, como é o caso encontrado em Laranjeiras do Sul. Devido a isso, os produtos no PNAE são entregues como convencionais e o PAA nem mesmo está sendo operacionalizado. Nos supermercados existe uma mescla entre instituições formais - quanto à legalização dos produtos e as normas do varejo - e informais; essa última representada pelos anseios dos consumidores e gestores quanto à demanda e a mudança nos hábitos e costumes.

Palavras chave: Instituições. Feira. PNAE. PAA. Supermercados.

ABSTRACT

This work studied the institutions of agroecological product markets arising from family farms of Laranjeiras do Sul in three marketing dynamics: the fair, public policy represented by the PNAE and PAA and supermarkets, from the perspective of institutional theory of economist Douglass Cecil North. For this author the institutions are the laws, rules, regulations, formally constituted and informal agreements (customs, traditions, habits, beliefs etc.) and the application of these over time. And that was born deriving the problem to be researched: the set of institutions governing the marketing of agroecological products restricts or enhances the training and development of that market? The hypothesis is that launched the process of that marketing is mediated by a set of institutions, and prevail that hinder this market, despite the creation of public policies such as PNAE and PAA. To test the hypothesis was necessary to answer the proposed specific objectives: the first is related to characterize the agroecological production in the municipality; the second to identify the "players", participants and involved in the process; and finally understand and compare the agroecological product markets. In order to achieve the aim of this qualitative study was originally drafted a theoretical review of the relevant issues to the subject, namely: family farming, agro-ecology, markets as social constructions and institutional theoretical approach of Douglass North. The sequence pointed to some historical features of the city studied in order to understand the local dynamics over time; then in the fourth chapter the basis of the theory studied, observation and using interviews with merchants, entities representing related organizations and others are listed particular aspects of each medium proposed marketing study and then trace similarities elements and differences between the three dynamics. It was found that informal institutions are prevalent in the marketplace and that public policies are driven by the formal rules that in many cases limit the operation of these programs such as found in Laranjeiras do Sul, whose products in the PNAE are delivered as conventional and PAA is not even being operated; and in supermarkets there is a mix of formal institutions as the legalization of products and retail standards and informal represented by the desires of consumers and managers on the demand and the change in the habits and customs

Keywords: Institutions. Market. PNAE. PAA. Supermarkets.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Organizações entrevistadas de cada dinâmica de comercialização.....	19
Quadro 2- Formas de comercialização estudadas.....	19
Quadro 3-Variáveis de análise para entendimento das matrizes institucionais pelo viés de Douglass North.....	20
Quadro 4 – As diferentes formas de produção mercantil para Ploeg.....	26
Quadro 5- IDH-M de Laranjeiras do Sul, percentuais e variáveis.....	56
Quadro 6- Renda, pobreza e desigualdade em Laranjeiras do Sul.....	56
Quadro 7- Dados demográficos em Laranjeiras do Sul.....	57
Quadro 8-Produto Interno Bruto (Valor Adicionado bruto a preços correntes-PIB nominal).....	59
Quadro 9- Comparativo entre agricultura familiar e não familiar em Laranjeiras do Sul-Pr.....	60
Quadro 10- Valores repassados ao município de Laranjeiras do Sul entre 2011-2014 no PNAE.....	79
Quadro 11- Modalidades do PAA.....	86
Quadro 12- Repasses do PAA ao Município de Laranjeiras do Sul entre os anos 2010-2015.....	88
Quadro 13- Produtos agroecológicos vendidos em 2011 na cidade de Laranjeiras do Sul.....	89
Quadro 14- Entidades, comunidades e beneficiários por projetos de PAA desenvolvidos por uma cooperativa em Laranjeiras do Sul.....	91
Quadro 15- Quadro comparativo institucional das três dinâmicas.....	127

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução populacional rural x urbana ente os anos de 1970 e 2010 de Laranjeiras do Sul.....	58
Gráfico 2- Evolução do PIB em Laranjeiras do Sul entre os anos 000-2010.....	59
Gráfico 3- Principais produtos da lavoura temporária em Laranjeiras do Sul de 2003 a 2012.....	61
Gráfico 4 – Dados da produção Animal 2000-2012 em Laranjeiras do Sul.....	62
Gráfico 5– Produção em toneladas em Laranjeiras do Sul de 2003 a 2012.....	63

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- A diversidade de tipos atuais de significados da agroecologia, por Wezel et al (2009).....	34
Figura 2- Localização geográfica de Laranjeiras do Sul – Paraná.....	46
Figura 3- Relevo em Laranjeiras do Sul no ano de 1957.....	50
Figura 4 - Casa de colono descendente de italiano- 1965.....	51
Figura 5- Igreja Ortodoxa polonesa em Laranjeiras do Sul- 1965.....	51
Figura 6- Aspectos da cidade de Laranjeiras do Sul em 1965.....	52
Figura 7- Aspectos da cidade de Laranjeiras do Sul em 1965.....	53
Figura 8- Laranjeiras do Sul no ano de 2015.....	54
Figura 9- Laranjeiras do Sul- linha do tempo: 1965-2015. Rua XV de Novembro.....	54
Figura 10– Características de propriedades que trabalham com circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos.....	67
Figura 11- A Feira agroecológica aos sábados em Laranjeiras do Sul.....	71
Figura 12- A feira como elemento de convívio e contato social em Laranjeiras do Sul-PR....	72
Figura 13- Local de realização da feira agroecológica aos sábados em Laranjeiras do Sul-PR.....	73
Figura 14- local de realização da feira nas quintas-feiras em Laranjeiras do Sul-PR.....	74
Figura 15- Novas instalações da feira agroecológica em Laranjeiras do Sul-PR.....	75
Figura 16- Esquema explicativo institucional da feira agroecológica em Laranjeiras do Sul-PR.....	76
Figura 17- Esquema explicativo institucional dos programas PAA e PNAE em Laranjeiras do Sul- PR.....	94
Figura 18 – Esquema explicativo institucional da venda de produtos agroecológicos em supermercados de Laranjeiras do Sul- PR.....	101

LISTA DE SIGLAS

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

CMN – Conselho Monetário Nacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OGM – Organismos Geneticamente Modificados

NSE – Nova Sociologia Econômica

NEI- Nova Economia Institucional

UFFS- Universidade Federal da Fronteira Sul

MST- Movimento Sem Terra

CEAGRO- Centro de Desenvolvimento sustentável e Capacitação em Agroecologia

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar

CAE- Conselho de Alimentação Escolar

CELAR- Central Laranjeirense de Associações Rurais

EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social

GGPAA- Grupo Gestor do Programa Aquisição de Alimentos

APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	CAMINHOS TEÓRICOS DO PERCURSO INVESTIGATIVO.....	22
2.1	AGRICULTURA FAMILIAR.....	22
2.2	AGROECOLOGIA: ASPECTOS TEÓRICOS.....	28
2.3	MERCADOS: CONSTRUÇÕES SOCIAIS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.....	36
2.4	ABORDAGEM TEÓRICA INSITUCIONAL DE DOUGLASS NORTH.....	40
3	CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO.....	45
3.1	LOCALIZAÇÃO E CONTEXTO HISTÓRICO MUNICIPAL.....	45
3.2	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL- IDH-M.....	55
3.3	DEMOGRAFIA.....	57
3.4	COMPOSIÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO-PIB MUNICIPAL.....	59
3.5	AGROPECUÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR.....	60
3.5.1	Produtores orgânicos/agroecológicos.....	61
4	OS MERCADOS DOS PRODUTOS AGROECOLÓGICOS: AS TRÊS DINÂMICAS DE ESTUDO NO CONTEXTO MUNICIPAL E INSTITUCIONAL.....	66
4.1	AS FEIRAS REPENSADAS TEORICAMENTE E EXPLICANDO A PRÁTICA.....	67
4.1.1	Aspectos históricos.....	69
4.1.2	Caracterização atual.....	70
4.2	O MERCADO INSTITUCIONAL PNAE, ELEMENTOS TEÓRICOS.....	77
4.2.1	Aspectos históricos.....	78
4.2.2	Caracterização atual.....	79
4.3	O PAA DA TEORIA À PRÁTICA.....	84
4.3.1	Aspectos históricos.....	87
4.3.2	Caracterização atual.....	92
4.4	O MERCADO TRADICIONAL- OS SUPERMERCADOS NO CONTEXTO DA COMERCIALIZAÇÃO AGROECOLÓGICA: ELEMENTOS TEORICOS.....	95
4.4.1	Aspectos históricos e caracterização atual em Laranjeiras do Sul.....	98
5	ANÁLISE COMPARATIVA DAS TRÊS DINÂMICAS ESTUDADAS.....	103
5.1	ORGANIZAÇÕES.....	103
5.2	HISTÓRIA.....	106
5.3	REGRAS FORMAIS.....	109
5.4	REGRAS INFORMAIS.....	112
5.5	APLICAÇÃO DAS REGRAS.....	114
5.6	FORMAÇÃO DE PREÇOS.....	117
5.7	MOTIVAÇÕES.....	118
5.8	DESMOTIVAÇÕES.....	120
5.9	PERSPECTIVAS.....	121
5.10	RELAÇÕES DE PODER.....	123
5.11	TOMADA DE DECISÃO.....	125
5.12	QUADRO SÍNTESE COMPARATIVO.....	126

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
REFERÊNCIAS.....	133
APÊNDICE.....	141

CAPÍTULO 1

1 INTRODUÇÃO

Este estudo traz elementos que possibilitam a ampliação do debate da comercialização agroecológica via análise qualitativa e institucional, cujas intenções são embasadas na necessidade de melhor investigação e entendimento desse viés de comercialização, da agricultura familiar no município de Laranjeiras do Sul- PR. Assim, buscamos proporcionar novas searas para a discussão da inserção econômica e social dos agricultores familiares que optaram pela produção agroecológica, e que buscaram inseri-las nos mercados; vistos nesse caso sob o prisma de construções sociais.

Nessa dissertação são observados mercados de produtos agroecológicos e o modo como eles comercializam os produtos. Com finalidade de delimitar e organizar o estudo, dividimos a comercialização em três segmentos: primeira, representada pela venda direta ao consumidor através de feira; segunda, organizada pela via de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); terceira, coordenada pelo mercado convencional, ou seja, os supermercados.

O estudo desses mercados é direcionado pela teoria institucional de Douglass North, na qual as instituições são compreendidas como regras formais e informais. É oportuno citar que nas formais englobam-se as leis, normas, decretos, regulamentos, entre outros; todos legalmente formalizados. Já nas instituições informais predomina os costumes, tradições, aspectos culturais, morais, etc; nas quais, segundo a teoria, se aplicam ou evoluem dependendo do contexto e da região. A partir dessa divisão, é possível explicar a forma como os mercados de produtos agroecológicos se apresentam ou estão organizados, sem deixar de considerar o caráter histórico.

No entanto, foi necessária a delimitação do tema de pesquisa que é: o estudo das relações institucionais dos mercados de produtos agroecológicos oriundos da agricultura familiar no município de Laranjeiras do Sul. E, derivando desse tema, surgiu o problema de pesquisa: o conjunto de instituições que regem a comercialização de produtos agroecológicos em Laranjeiras do Sul restringe ou potencializa a formação e o desenvolvimento do referido mercado?

O problema de pesquisa encontrado sugere uma hipótese a ser testada. Essa hipótese sugere que no processo de comercialização de produtos agroecológicos em Laranjeiras do Sul, mediado por um conjunto de instituições, prevalecem os processos que dificultam estes mercados, apesar da criação de políticas públicas como o PAA e o PNAE.

Essa proposta envolve muito mais que a percepção econômica, pois mais marcantes são os aspectos sociais dos mercados propostos pela nova sociologia econômica e o contexto social que a própria produção agroecológica proporciona.

As fases pelas quais se justificam os modelos econômicos vigentes na sociedade são frutos de longas e contraditórias alterações nos hábitos, crenças, costumes e leis. Para tanto, entendê-las é crucial e necessário, pois é a partir da compreensão de como as mudanças nos modos como o agricultor familiar se organiza - para garantir sua reprodução social e sua manutenção econômica no mercado – que encontramos sinais de uma lógica comercial cada vez mais competitiva e dinâmica. É através dos mercados que o agricultor encara o capitalismo, portanto, as trocas mercantis e as formas como são realizadas podem também explicar o sucesso ou as dificuldades no modo como os agricultores familiares vão se reproduzir socialmente, fato que corrobora a importância desse estudo.

Os mercados de produtos agroecológicos representados por feira, mercado convencional e políticas públicas em Laranjeiras do Sul possuem instituições formais e informais que regem suas relações. A identificação dessas instituições e a análise se elas restringem ou potencializam a comercialização, é o objetivo geral desse estudo. Derivando do ponto principal, pontuam-se os objetivos específicos que são: a) Caracterizar a produção agroecológica na área de pesquisa como ciência, prática ou movimento; b) Identificar quais são os “jogadores”, ou seja, os participantes e envolvidos no processo; c) Compreender e comparar a matriz institucional dos mercados de produtos agroecológicos nas suas três dinâmicas, todas estudadas em Laranjeiras do Sul-PR.

A pesquisa não surgiu por acaso, pois quando alguém inicia um longo percurso a ser seguido, como é o caso da elaboração de um trabalho de conclusão de algum curso, deve ser buscado um assunto que possibilite avanços para a sociedade e que também contribuam para o crescimento pessoal e profissional do pesquisador. Por isso, o tema proposto é escolha livre e muito oportuna para ambas as situações.

Justifica-se essa pesquisa a relação com o contexto de vida pessoal da pesquisadora, filha de agricultores familiares que sempre percebeu a dificuldade no trato com os mercados. Assim, surgiu a curiosidade pessoal e acadêmica em investigar sobre o assunto, no intuito de beneficiar, através da pesquisa, os agricultores e, em especial, aos que produzem alimentos agroecológicos. Desse modo, o fato de ser moradora de um dos Municípios limítrofes do local pesquisado, possibilita, enquanto acadêmica e cidadã, contribuir para o desenvolvimento regional, levando em consideração a realidade local dos agricultores familiares.

Outro ponto a ser avaliado é que quando se pensa a produção agroecológica deve-se ligá-la à comercialização, pois são caminhos que andam juntos. Surge então necessidade de entender como se dá a dinâmica e em que bases institucionais os mercados de produtos agroecológico estão embasados, visando encontrar gargalos e possibilidades para alavancar a inserção aos mercados dos produtos agroecológicos produzidos localmente.

E, por fim, espera-se que com o estudo dessa dinâmica, no município de Laranjeiras do Sul, as conclusões possam ser expandidas em alguns aspectos para os outros municípios da Cantuquiriguaçu, promovendo novas linhas de entendimento do processo mercadológico de produtos agroecológicos. Assim o objetivo é contribuir para o direcionamento de novas oportunidades e para a compreensão dos fatores institucionais limitantes ou potencializadores desse processo na região.

Para o desenvolvimento dessa investigação científica, foi utilizada a pesquisa qualitativa, que teve como foco e unidade de análise os mercados de produtos agroecológicos na cidade de Laranjeiras do Sul- PR, em três de suas formas de comercialização já citadas e melhor descritas posteriormente.

Utilizou-se para a pesquisa o que Lakatos; Marconi (2003) considera tipos de documentos: as fontes primárias, como dados históricos e bibliográficos, entre outros; e secundárias, imprensa em geral e obras literárias. Essas fontes são elementos direcionadores da teoria institucional de North, que avalia a evolução e como são aplicadas as instituições ao longo do tempo, sendo por isso necessária a análise desses materiais. Assim, foi realizada a pesquisa de campo, cujo roteiro (apêndice A) foi semi estruturado, pois as perguntas abertas possibilitam maior interação da parte do entrevistado. Portanto, isso foi necessário pelo caráter qualitativo do tema escolhido, da qual foram ponderados três passos, a coleta, elaboração e interpretação das informações obtidas (LAKATOS; MARCONI, 2008). No entanto, a pesquisa de campo foi precedida de pesquisa bibliográfica do tema, que serviu de norteador para o restante do trabalho.

Os entrevistados foram agricultores e representantes de órgãos e entidades diversas que estavam relacionados às três dinâmicas. A quantidade amostral se deu por saturação, pois nesse método o fechamento amostral é suspenso ou interrompido quando, na avaliação do pesquisador, os dados passam a apresentar redundância ou repetição. É usada, portanto, para estabelecer ou fechar o tamanho final da amostragem (FONTANELLA; RICAS; TURATTO; 2008). Foram entrevistados doze pessoas que são tanto agricultores agroecológicos como feirantes; três consumidores da feira; três gestores de supermercados; dois gestores de cooperativas, sendo um relacionado as três dinâmicas e um deles voltado para a gestão de

políticas públicas; além do presidente da Central de Associações de Laranjeiras do Sul e da nutricionista gestora do PAA no município. Também entrevistamos a colaboradora responsável pela comercialização de produtos agroecológicos do Núcleo Luta Camponesa (ligado à Rede Ecovida); duas diretoras de escolas municipais que são receptoras dos programas institucionais (uma creche e uma de ensino fundamental) e, por fim, três merendeiras.

A pesquisa exploratória descritiva combinada buscou descrever completamente o fenômeno, no caso o estudo das instituições do mercado de produtos agroecológicos na área delimitada. Assim, foram consideradas as descrições qualitativas obtidas por meio da pesquisa bibliográfica, observação e dados obtidos com os entrevistados. Esse tipo de pesquisa permitiu que os procedimentos de amostragem fossem mais flexíveis, o que justificou o uso do método por saturação (LAKATOS; MARCONI, 2003).

A amostragem por saturação foi a mais viável, pois essa pesquisa pôde ser ampliada a demais atores envolvidos que foram tratados como “organizações”. Portanto, a pesquisa absorveu conteúdos históricos que não permitiam a inflexibilidade na aplicação do questionário, pois era necessário aplicá-lo para variadas organizações. Lembrando que nesse estudo as instituições são todas as regras formais ou não e, nesse sentido, a aplicação delas e as organizações envolvidas são compostos pelos atores envolvidos, entidades, agricultores, etc. Em resumo: as instituições são as regras do jogo e as organizações os jogadores. A pesquisa de campo foi executada via entrevista por meio de um roteiro pré- estabelecido, mas de direcionamento aberto. As informações foram registradas nas fichas e caderno de anotações e gravadas de acordo com a necessidade e autorização dos participantes, visando deixá-los mais à vontade para formular suas respostas.

Para que se absorvessem os aspectos formais e informais e atendendo as três dinâmicas de canais de comercialização propostas no projeto, as entrevistas das organizações relacionadas aos mercados de produtos agroecológicos foram definidas da seguinte forma: primeiramente, os agricultores agroecológicos feirantes e os clientes da feira; depois os gestores dos supermercados (nos quais são entregues produtos agroecológicos dos agricultores locais citados pelos agricultores); pessoas representantes de entidades gestoras de operacionalização do PAA e do PNAE; e também as escolas receptoras dos produtos desse programa. Ressaltamos que a respeito do PAA não foi possível entrevista com entidades receptoras, pois o programa não estar sendo operacionalizado no Município.

De acordo com o ideário da teoria institucional existe a figura dos jogadores, ou seja, as organizações. No quadro 1 são citadas algumas das organizações entrevistadas. A proposta foi estabelecer uma conversa com os jogadores sobre as regras do jogo.

Quadro 1- Organizações entrevistadas de cada dinâmica de comercialização

DINÂMICA	ORGANIZAÇÕES (OU JOGADORES) ENTREVISTADAS
FEIRA	Feirantes; clientes da feira; associação/cooperativa.
MERCADO TRADICIONAL/ CONVENCIONAL	Gestores dos supermercados aos quais são entregues produtos agroecológicos citados pelos agricultores e pela cooperativa; cooperativa gestora; produtores agroecológicos.
MERCADO INSTITUCIONAL PAA E PNAE	Gestor de cooperativa agroecológica; profissionais relacionadas aos programas da Secretaria Municipal de Educação; nutricionistas vinculadas; dados secundários da CONAB; associações/cooperativas; entidades receptoras dos produtos no caso do PNAE.

Fonte: elaboração da autora, 2014.

Esse estudo ao abordar as três dinâmicas teve caráter comparativo, pois foi observado em cada forma de mercado as suas respectivas matrizes institucionais e os aspectos particulares; no intuito de traçar um paralelo entre as três formas de comercialização de produtos agroecológicos no município. Sobre a análise comparativa, observa-se o que Lakatos; Marconi (2000) citam:

Considerando que o estudo das semelhanças e diferenças entre os diversos tipos de grupos, sociedades ou povos contribui para uma melhor compreensão do comportamento humano, este método realiza comparações com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências. O método comparativo é usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou diferentes estágios de desenvolvimento (LAKATOS; MARCONI, 2000, p. 92).

A pesquisa, tanto bibliográfica quanto a de campo, permitiu o estudo comparativo da matriz institucional das três dinâmicas de comercialização: os mercados locais, representado pelas feiras; o mercado tradicional, representado pelos supermercados; e o mercado institucional, representado pelo PAA e PNAE. Observe o quadro 2:

Quadro2- Formas de comercialização estudadas.

DINÂMICA	DESCRIÇÃO
MERCADO LOCAL E DIRETO	Representados pela venda nas feiras, o produtor vira vendedor ou através de associação.
MERCADO TRADICIONAL/ CONVENCIONAL	Representado pelas redes de varejo de supermercados que comercializam produtos agroecológicos locais.
MERCADO INSTITUCIONAL	Representado pelas políticas públicas PAA e PNAE.

Fonte: Elaboração da autora, 2014. Adaptado de SEBRAE (2010).

A presente pesquisa admite que as três dinâmicas de comercialização não sejam as únicas encontradas na cidade de Laranjeiras do Sul, porém por questões temporais de realização

foram delimitadas as três. Pois entendemos que cada uma engloba um caminho e orientação distinta da outra com relação aos consumidores diretos. Temos, portanto, a feira como venda direta na qual os produtores abordam diretamente os seus clientes; as políticas públicas nas quais entra a ação do Estado, e este vira o cliente dos produtores; e o supermercado em que o varejo é o cliente direto dos agricultores agroecológicos.

Tais organizações foram observadas, trabalhadas e buscadas de acordo com particularidades utilizadas por Douglass North para explicar o atual estado de alguma situação. Desconsiderando que seu principal intuito com isso era a explicação baseada em desenvolvimento econômico, nesse estudo esse fator ficou em segundo plano, pois nosso interesse é o de entender a dinâmica institucional apenas, sem focar nessa análise do economista. Para tanto, foi necessário a busca por elementos que também eram considerados por North. Baseado nesses elementos, foi construído o quadro 3, que serviu de roteiro para os questionamentos das entrevistas.

Quadro 3: Variáveis de análise para entendimento das matrizes institucionais pelo viés de Douglass North.

VARIÁVEIS DE ANÁLISE	QUESTIONAMENTOS
ORGANIZAÇÕES	Quais as entidades ou “jogadores” que fazem parte deste mercado? O que eles fazem? São articulados? Como?
HISTORIA	Quando começou? Por quê? Como? O que mudou? O que permaneceu?
REGRAS FORMAIS	Existem leis, normas, decretos etc, que influenciam os mercados de produtos agroecológicos? Dificultam ou ajudam? Quem controla ou monitora? Existe algum aspecto formal que precisa mudar?
REGRAS INFORMAIS	O que o (a) leva a participar dos mercados de produtos agroecológicos? Qualidade? Preço? Saúde? Costume? Tradição?
APLICAÇÃO DAS REGRAS	O que o (a) leva a permanecer ou sair? Alguma coisa mudou ou pensa que mudará?
FORMAÇÃO DE PREÇOS	O que influencia para formar preço? E para comprar? É caro ou barato? Por quê?
MOTIVAÇÕES	Quais foram os motivos que fizeram aderir a este mercado? O que motiva a continuar?
DESMOTIVAÇÕES	Quais foram as principais dificuldades ao começar participar desse mercado? E atualmente o que dificulta a sua participação?
PERSPECTIVAS	O que pensa sobre esse mercado? Pretende continuar participando? Por quê?
RELAÇÕES DE PODER	Obedece a algum órgão, entidade ou pessoa para participar?
TOMADA DE DECISÃO	Como ocorre a tomada de decisão em relação ao que vender, quanto, como, valor...etc?

Fonte: Elaboração da autora, 2014. Adaptado de Plein (2012).

Tais questionamentos foram abordados nas três dinâmicas propostas de estudo e foram organizadas em cinco capítulos, além das considerações finais. No primeiro, foi descrito os

elementos introdutórios e os delineamentos metodológicos utilizados para a elaboração da pesquisa.

No segundo, foi elaborado o percurso teórico que norteou o entendimento da agricultura familiar, a busca teórica pelo conceito da agroecologia, os mercados vistos como construções sociais e a teoria institucional proposta pelo economista Douglass C. North, eixo de análise do assunto proposto.

No terceiro, apresentamos o estudo e caracterização do município estudado, ou seja, Laranjeiras do Sul. Para isso, utilizamos informações secundárias obtidas e retiradas do Censo, Censo Agropecuário 2006, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), livros de autores locais e documentos; visando apresentar o contexto histórico do objeto empírico estudado e a aplicação da análise institucional de North.

No quarto capítulo, foi abordado o estudo das três dinâmicas ou formas de mercado propostas na aplicação da pesquisa. A partir do uso do roteiro de entrevistas foi identificadas particularidades em cada uma delas. Sendo assim, foi detalhado as informações e dados sobre cada uma das linhas de comercialização com uso de fotos, trechos de entrevistas e teorias anteriormente apresentadas.

No capítulo cinco, depois da análise em separado dos três canais de comercialização, foi o momento de juntar os elementos do capítulo três e pensar em traçar paralelos institucionais, verificando semelhanças e diferenças entre as informações encontradas. Portanto, o que chamamos de estudo comparativo envolve as três linhas de comercialização, a fim de também verificar a hipótese lançada na pesquisa.

CAPÍTULO 2

2 CAMINHOS TEÓRICOS DO PERCURSO INVESTIGATIVO

Este capítulo consiste no referencial teórico. Ele apresenta os conceitos centrais e norteadores do trabalho: a agricultura familiar, agroecologia, mercados e a matriz analítica institucional de Douglass C. North. As informações constantes nesse capítulo são utilizadas como norteadores teóricos para o entendimento da linha de pesquisa, bem como fundamentam e embasam cientificamente os resultados apresentados ao longo das discussões.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

A partir dos anos de 1990, as discussões e rumos teóricos se alteraram para o indivíduo que era visto como sinônimo de precariedade, cujo fim parecia estar na eminência de ocorrer; o agricultor familiar. Essa figura carregava consigo um modo particular e específico de ser e seu debate foi ganhando corpo e tomando forma quando o termo e a noção de *agricultor familiar*, como também sua importância, tornaram-se mais visíveis e discutidos (PICOLOTTO, 2011).

O agricultor familiar tem importância social, econômica e produtiva, apresentando características muito peculiares quando o assunto é o arranjo e re-arranjo produtivo, por isso, possui um contexto de diversidade que é inerente ao modo de organização de seu trabalho e ao modo como interage com os mercados. E a evolução histórica da noção de agricultura familiar, para algumas correntes, é a de que venha do camponês; como para Abramovay (1992) que, pioneiro no Brasil, fez essa distinção entre agricultura familiar e campesinato. Para o autor, a diferença reside especialmente na forma de organização, uma vez que na agricultura familiar ocorre uma maior interação com os mercados. (ABRAMOVAY, 1992; PLEIN, 2012)

Já Lamarche (1993) fala dos agricultores familiares como portadores de tradição fundamentados na centralidade da família, nas formas de produção e no modo de vida, pois “a agricultura familiar não é um elemento de diversidade, ela é a própria diversidade” (LAMARCHE, 1993, p. 18).

O tema agricultura familiar passou a ser discutido também em outros âmbitos além do acadêmico, tendo em vista sua importância para o desenvolvimento do País. Citamos, nesse

sentido, o documento¹ da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (FAO/INCRA, 1994); nele diz que na agricultura familiar os proprietários realizam o trabalho, apesar de admitir que terceiros prestem serviços de modo complementar; portanto, é um segmento no qual ocorre maior diversificação produz. Vejamos:

[...] o “modelo familiar” teria como característica uma relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, adequadas ao alto grau de previsibilidade do processo produtivo (FAO/INCRA, 1994, p.2).

A evolução analítica, o crescimento do debate acadêmico e das demais entidades, como a FAO, os movimentos sociais e os dados Censitários, entre outros; posteriormente, foram utilizadas para dar direcionamento às políticas públicas. Como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no ano de 1996, e outros, como PAA e reformulações no PNAE. Os moldes legais em que se apresentam essas instituições formais passam a direcionar e nortear elementos para posteriores tomadas de decisões, que podem abranger inúmeros agricultores familiares com realidades, concepções, hábitos e costumes diferentes. Além de influenciar também as instituições informais em todo o Brasil, embasados em um mesmo enfoque normativo e jurídico.

O conjunto de instituições e a forma como se desenvolvem ao longo dos anos passam a delinear o comportamento e a organização dos agricultores familiares. Nesse sentido, Abramovay (1997) contribuiu trazendo a família como principal detentora da força produtiva e da gestão, ou seja, o trabalho é em sua maior parte da própria família. Apesar do reconhecimento do autor que isso não seja unânime em todas as esferas (acadêmica, para fins de crédito e outras políticas), ele classifica e enumera como importante três atributos que devem estar presente em todas elas: gestão, trabalho e propriedade familiares (ABRAMOVAY, 1997).

Tais avanços, sejam eles, no meio acadêmico ou entidades, fontes políticas, públicas ou privadas, ou por novas exigências da sociedade; provocaram um grande avanço para a agricultura familiar que até meados do ano de 2006 não era considerada uma categoria social.

¹Nesse documento o objetivo era a busca de novas estratégias para o desenvolvimento rural no Brasil, e além de outros sugeriu a classificação e a diferenciação dos estabelecimentos agropecuários entre a agricultura familiar e patronal sendo essa última não conceituada nessa pesquisa. Esse documento também trouxe elementos para demonstrar o significado econômico e social da agricultura familiar no Brasil, revelando que 85,2% dos estabelecimentos agrícolas eram de agricultores familiares (FAO/INCRA, 1995/96).

Apenas em 24 de Julho de 2014, a Lei 11.326/06², do deputado Assis do Couto, legalmente a instituiu como tal. Para efeitos dessa Lei, o agricultor familiar ou empreendedor rural é aquele que pratica atividades no meio rural e que atendam aos seguintes critérios simultaneamente:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, Art. 3º Trecho de Lei 11.326/06)

A Lei 11326/06 é a forma atual de delimitar legalmente a categoria agricultura familiar. Trata-se de uma instituição formal criada e aprovada na qual se desdobram muitas outras ações em prol da categoria (políticas públicas, programas, convênios, entre outros) e que também passam a afetar as instituições informais. A lei também ampliou o seu alcance ao abranger e beneficiar ainda os silvicultores e agricultores que explorem tanques redes com área de até 2 hectares, além de extrativistas, indígenas, quilombolas remanescentes. Para isso, considera tanto a observância do disposto em partes ou no todo, dependendo de cada caso, como cita o artigo 3º, mencionado anteriormente.

A Lei da agricultura familiar ampliou ainda os horizontes legais para os agricultores, como se percebe na inclusão, na Lei nº 12.058/09, dos incisos 3º e 4º do artigo 3º. Esses incisos dão permissão ao Conselho Monetário Nacional (CMN) de estabelecer critérios e condições de enquadramento para cada grupo, de acordo com as especificidades de seu segmento (silvícolas, indígenas, remanescentes de quilombolas rurais, etc); entre outros direcionados para cooperativas e associações que atendam ou que possuam ligação direta com os agricultores familiares.

Todo o debate, as instituições informais pré-existentes e as formais criadas ou reformuladas, redirecionaram, ao longo do tempo, a forma em que os agricultores familiares se organizavam; levando-os a inserir-se em um sistema mais dinâmico e de constantes transformações. Pois além de todo o elemento da participação familiar característica,

² Com a aplicação desta definição dada pela Lei nos dados do Censo Agropecuário de 2006 sinalizou que no Brasil 84,4% dos estabelecimentos são da agricultura familiar e que a área ocupada por tais estabelecimentos era de apenas 24,3%, ou seja, elevada concentração agrária no país (BRASIL, 2009; IBGE, 2009).

preponderante à categoria, foi necessária maior interação com os mercados e com as relações de troca mercantis.

Os agricultores são partes de um todo ou sistema que se torna mais complexo na medida em que aumentam as relações e interações entre os elementos, ou seja, entre as organizações (incluindo o próprio agricultor). As relações desse sistema bastante dinâmico são estimuladas pelas instituições que o formam e, nesse ponto, as leis estimularam os agricultores por um viés mais objetivo e por vezes mais delimitado. Já os costumes, tradições e o modo como esse agricultor se organiza influencia o sistema de modo mais subjetivo e menos racional, pois tais elementos estão mais ligados às sensações, sentimentos e padrões éticos e morais individuais.

Contribuições teóricas trazem as discussões de Wanderley (2009), que propõe a família como a centralidade de todo o processo, como um ponto crucial para o entendimento da agricultura familiar. Segundo a autora:

O ponto de partida é o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. (WANDERLEY, 2009, p. 156).

Utilizando os elementos absorvidos da citação exposta de Wanderley (2009), observa-se a predominância da família que remete às instituições informais. Já na Lei 11.326/06 o fator predominante vem das instituições formais que regulamentam, direcionam, limitam ou potencializam o desenvolvimento desse tipo de agricultura.

Com o passar do tempo as mudanças econômicas, sociais e tecnológicas acabaram interferindo nos modelos de organização da agricultura. Nesse contexto, a agricultura familiar também acabou sendo inserida em um meio de constantes mudanças, tendo que buscar - com relação aos mercados - a identificação de novas alternativas para proporcionar maior adaptabilidade frente aos processos mutáveis e, de certa forma, dotados de maior imprevisibilidade; que propõe certa e delimitada dependência ao capitalismo.

Na obra de Delgado (2010) percebe-se que tal dependência ao capitalismo e as fases em que esse se impôs, conforme o capital e seu período, marcaram os formatos econômicos, políticos e sociais de suas épocas. Segundo o mesmo autor, a primeira fase foi proposta pelo mercantilismo, no qual as trocas comerciais eram o capital. Na segunda fase, ocorreu a Revolução Industrial, cujo capital derivava das indústrias. E, na terceira - momento atual - evoluiu para o capital financeiro, bancos e seguradoras. Desse modo, cada uma em seu

momento contribuiu para as relações de dependência, de exclusão social nas quais as questões agrárias foram pouco debatidas. Tais mudanças historicamente foram evoluindo, quer sejam por instituições formais ou informais, e passaram a fazer parte do modo de organização econômica e social do agricultor familiar, modelando e remodelando a sua atuação.

O que se pode considerar é que tanto as instituições informais (próximas e inerentes à família e a sua organização interna) quanto as formais, passaram a modelar o comportamento do agricultor familiar. Portanto, elas devem ser consideradas para entender tanto os costumes, tradição e cultura, quanto as leis, normas, programas e convênios. Assim, além de contribuírem para a compreensão de como esses elementos foram criados, extintos, reformulados ou evoluíram; elas explicam o agricultor familiar e sua dinâmica de atuação, quer seja frente ao modo produtivo atual, a forma de organização familiar ou sua interação com os mercados.

Tendo em vista essa dinâmica produzida pelo avanço das instituições, para esse trabalho, o agricultor é, portanto, aquele em que existe a centralidade da família, além de uma forma particular de organizar o seu modelo produtivo. Desse modo, o produtor rural interage com regras formais e informais que o tornam participante de um todo complexo bastante dinâmico e mutável, que enveredou para maior mercantilização dessa categoria.

Ploeg (2006) teorizando sobre o tema buscou identificar e chamou de “graus de mercantilização” buscando demonstrar níveis aos quais as relações mercantis participam dos processos de trabalho e da produção, segundo o autor tais diferentes graus se encontram “nas diferentes inter relações entre agricultura e mercado e no ordenamento associado ao processo de produção agrícola” (PLOEG, 2006, p. 18). Para representar essa teoria utiliza-se o quadro 4:

Quadro 4- As diferentes formas de produção mercantil para Ploeg

Forma de produção de mercadorias	Doméstica (PD)	Pequena (PPM)	Simples (PSM)	Capitalista (PCM)
Resultado da produção	-	+	+	+
Outros recursos	-	-	+	+
Força de Trabalho	-	-	-	+
Objetivos	Auto abastecimento	Sobrevivência	Renda	Mais Valia

Fonte: Ploeg (2006, p. 18).

O quadro 4 representa graficamente a teoria de Ploeg, situando desde um elevado grau de integração aos mercados, proposto pela produção capitalista de mercadorias, até o menos integrado, direcionado ao auto consumo e representado pela produção doméstica.

Em Ploeg (2008) mercantilização é o processo pelo qual o valor de troca, não necessariamente o valor de uso, passa a ter grandes influências na vida social, econômica e cultural das pessoas. Para Ploeg (2008), a agricultura não somente produz alimentos, mas princípios e valores, por isso a mercantilização deve ser entendida como um processo envolto em constantes relações socioculturais.

As interações entre mercados e agricultores familiares, propostas pela mercantilização, geram mudanças que Plein; Filippi (2011) discorrem, em seu trabalho, como sendo a forma na qual o agricultor se “metamorfoseia” frente aos processos de mercantilização. No entanto, essa adaptação ou alteração não muda o entendimento da relevância da família como entidade central no processo.

Nesse sentido, Escher; Schneider (2011) - apesar de considerarem o desenvolvimento em seu trabalho e proporem a figura do “camponês” (não discutida nesta dissertação devido as delimitações estabelecidas para a pesquisa) - contribuem teoricamente para o entendimento das “metamorfoses” como consequência das mudanças na mercantilização, sempre dinâmica:

[...] é possível observarmos que a mercantilização- tanto dos bens de produção e consumo como dos mais diversos aspectos materiais e simbólicos da vida social, política e cultural, bem como da relação humana com a natureza – provoca “metamorfoses” no ser social e modifica suas dinâmicas de reprodução. Isto também é evidente na vida rural. De modo que o resultado da integração das populações e do espaço rural ao sistema de mercados no desenvolvimento do capitalismo não implica necessariamente na “desagregação do campesinato” ou na “urbanização total”, mas numa série de transformações através de transformações através de processos complexos de diferenciação e estratificação socioeconômica, as quais vão modificando suas características tradicionais. (ESCHER; SCHNEIDER, 2011, p. 206-207)

A concepção do agricultor familiar mercantilizado não é consenso no debate acadêmico, porém essa pesquisa levou em consideração tanto as discussões teóricas do assunto, como a observação empírica, confrontando ambas para melhor compreender a situação específica da região de Laranjeiras do Sul. Assim, defendemos que a agricultura familiar sofreu influências e ajustes que proporcionaram novos direcionamentos e novas dinâmicas de estruturação. Tais mudanças ocasionaram a chamada “metamorfose”, no entanto, isso não debilitou a essência do agricultor familiar que mantém enraizada características da essência desse conceito.

Segundo Polanyi (2000), os agricultores familiares que se posicionam contrariamente aos modos e modelos excludentes capitalistas criam, segundo Polanyi (2000), os “contramovimentos”. Tal como citam Escher; Schneider: “Mas, se é verdade que há um ‘movimento’ de aprofundamento da sociabilidade capitalista e do intercâmbio mercantil na agricultura e no

espaço rural, também é certo que isso não ocorre sem contestações e ‘contra movimentos’” (2011, p. 208).

No entanto, mais particular ainda nesse cenário é quando se avalia, dentro do universo da agricultura familiar, os que primam pela produção agroecológica. Ela, portanto, pode ser entendida também como um contra movimento, agregador e mediador de grandes contribuições teóricas e práticas para o entendimento institucional dos mercados de produtos agroecológicos, intuito principal desse estudo.

Para tanto, é necessário a descrição teórica do que é e de onde vem essa seara de discussão: a agroecologia. Nesse sentido, acreditamos importante desenvolver uma reflexão sobre o termo, exposto no próximo tópico.

2.2 AGROECOLOGIA: ASPECTOS TEÓRICOS

A produção agroecológica possibilita grande interação entre os saberes e conhecimentos tradicionais dos agricultores. Ela é fundamental em todo o contexto produtivo, devido as suas interações com o meio ambiente e com a comunidade, o que não é possível na agricultura convencional. Esses temas propõem uma visão da agroecologia como algo que está além dos aspectos produtivos, e que pode ser compreendida como ciência e movimento social.

Os produtos originários da agroecologia competem com a produção convencional proposta pela revolução verde³, assim, nos debates teóricos e produtivos, conforme Ehlers (1999, p. 35), “A proposição inicial da chamada revolução verde, que era acabar com a fome mundial aumentando a produção, é questionada por vários autores e entidades”; o autor pontua ainda na mesma página: “ [...] resultados mais recentes mostram que desde 1985 a produtividade agrícola mundial está em declínio, tanto devido à degradação dos recursos naturais, especialmente a erosão e a salinização dos solos [...]”. Desse modo, segundo o autor:

Se por um lado, “*a modernização*” da agricultura brasileira aumentou a produtividade das culturas direcionadas ao mercado externo, por outro, além de provocar danos ambientais, ampliou a concentração de terras e de riquezas e aumentou o desemprego e o assalariamento sazonal, provocando intensos processos migratórios para os centros urbanos mais industrializados, (EHLERS, 1999, p.46)

³ A revolução verde foi originária nos EUA nos anos 60 e 70 do século XX. A ideia principal era a disseminação dos padrões moto mecânicos, químicos e mais tarde genéticos em todo o globo. Justificava-se como necessária para a produção em maior escala e para o fim da fome mundial. Essa manipulação é verificada no meio agrícola através dos chamados “pacotes tecnológicos”, que vão desde o crédito, insumos ao uso de sementes geneticamente transformadas. (EHLERS, 1999)

Portanto, surge a proposição de trazer a agroecologia como nova seara para a disseminação de meios que promovam mais inclusão social, com produtos diversificados, de maior qualidade e ambientalmente mais coerentes com a natureza.

Os fundamentos da agroecologia se opõem aos propostos pela forma convencional de agricultura que foi evoluindo ao longo dos anos. Após as descobertas de Justus Von Liebig⁴, nem mesmo as descobertas de Louis Pasteur, em seus estudos na microbiologia - cujas conclusões demonstravam a importância de alguns organismos vivos na decomposição da matéria orgânica, bem como na fixação do nitrogênio - abalaram o quimismo proposto por Liebig. Mas, em 1920, começa a ser percebido movimentos contrários ao quimismo de Liebig, que pregava o uso da matéria orgânica e outras práticas que favoreciam os processos biológicos. (EHLERS, 1999)

Esses contra movimentos⁵, Ehlers chamou de “movimentos rebeldes”, pois se opunham ao padrão dominante da época. Eles foram classificados pelo autor em quatro grandes vertentes⁶ que, nos anos 1970, passariam a ser conhecidos como *agricultura alternativa*.

Na Europa surgem: a agricultura biodinâmica, iniciada por Rudolf Steiner em 1924; a agricultura orgânica, cujos princípios foram estabelecidos entre os anos de 1925 e 1930, pelo pesquisador inglês Sir Albert Howard e difundidos, a partir da década de 40, por Jerome Irving Rodale, nos EUA; e a agricultura biológica, inspirada nas ideias do suíço Hans Peter Muller e mais tarde difundida na França por Claude Aubert. A outra vertente, a agricultura natural, surgiu no Japão, a partir de 1935, e baseava-se nas ideias de Mokiti Okada. (EHLERS, 1999, p. 47)

A partir de confrontos teóricos e práticos, iniciou-se uma grande e valorosa batalha acadêmica, científica e política, nas quais instituições formais e informais passaram a evoluir, remodelando e redimensionando elementos até então tidos como verdades indissociáveis. O que provocou, com o passar dos anos, a ampliação do debate entre riscos e vantagens de produtos: convencional, agroecológico, transgênico ou crioulo; que por sua vez atinge a esfera de pauta mundial, com discussões sobre produção e sustentabilidade, que fazem parte da agenda da maior parte dos países do globo.

No Brasil, acompanhando esse debate, surge uma instituição formal, no ano de 2003, a Lei 10.831/03. Ela é fruto da evolução institucional que dispõe sobre a agricultura orgânica e, para efeito dessa Lei, engloba-se no sistema orgânico de produção o que é ecológico,

⁴ Considerado o pai da adubação química.

⁵ A ideia de contra movimentos é semelhante ao proposto por Polanyi (2000).

⁶ Existem ainda outras designações como, por exemplo: permacultura, agricultura ecológica, agricultura regenerativa, entre outras que são variantes das quatro vertentes citadas.

biodinâmico, natural, regenerativo, agroecológicos, permacultura, entre outros; todos necessitando atender os princípios estabelecidos que estão ligados às questões sociais, econômicas, ecológicas e ambientais. Segundo a lei brasileira, em seu artigo 1º:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização e a proteção do meio ambiente. (BRASIL, LEI 10.831/03, artigo 1º)

Essa instituição formal anterior à da agricultura familiar foi elaborada para comportar o papel de norteadora e dar direcionamento Legal, tanto para os aspectos produtivos como para os sociais e ambientais da corrente agroecológica, no entanto, as mesmas leis que buscam esse entendimento podem acabar dificultando o processo. Como podemos notar atualmente a partir das exigências para certificação do produto agroecológico que necessita de selos, vistorias, inspeção, etc. No entanto, ainda existem poucas instituições formais que regulamentam e direcionam os produtos manipulados geneticamente, sendo crime a venda de agroecológicos sem o devido selo. Enquanto, a venda de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) não é prevista como crime pela lei.

Devemos considerar ainda o fato da Lei tratar como orgânicos os produtos agroecológicos, o que pode vir a ser encarado como uma barreira formal entre os militantes da agroecologia. Isso poderia se enquadrar no que autores como Wuerges; Simon (2007) tratam como a ideia de “mercantilização da ecologia”, que trata os orgânicos como um rentável nicho de mercado simplesmente; desconsiderando elementos sociais, ambientais e éticos.

Percebe-se no trecho da Lei 10.831/03 que a sua existência formal busca privilegiar também instituições informais (aspectos sociais e integridade cultural), que na agroecologia são muito mais enaltecidas que na agricultura convencional. No entanto, o termo agroecologia está muito longe de apresentar um conceito definido e concreto, pois é visto por variadas linhas de entendimento como ciência, prática ou movimento.

A organização denominada Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), após a publicação da Lei 10.831/03, reconheceu a agroecologia como ciência⁷ no lançamento do Marco referencial da Agroecologia, no ano de 2006. Segundo a organização, a agroecologia demarca um novo foco e possui sentido multidimensional que se concretizam quando, ao mesmo tempo, se cumprem os aspectos: econômicos, relacionados à renda, trabalho e acesso ao mercado; ecológicos, que tem relação aos recursos naturais prezando pela sua manutenção, melhoria ou qualidade; sociais, cuja atenção se volta para a inclusão social e segurança alimentar; culturais, diretamente vinculadas às tradições e elementos culturais próprios de cada cultura; políticos, que direcionam e organizam as mudanças e participações em decisões; e, por fim, os aspectos éticos relacionados aos valores. (BRASIL, MARCO REFERENCIAL, 2006)

Ressaltamos que não é necessária a avaliação da EMBRAPA para que a agroecologia seja entendida como ciência, mas como nesse estudo a proposta é a análise das instituições, nada mais justo que se avaliem elementos colocados à disposição por uma organização desse porte. Pois poderão ser encontrados elementos formais ou não que podem ter promovido a potencialização ou barreiras para a comercialização de produtos agroecológicos. Assim, uma das dimensões para que se complete o sentido multidimensional proposto pela EMBRAPA, é o acesso ao mercado; unidade de análise desta dissertação.

Além de organizações, também partilham desse entendimento autores como Gliessman (2005) que considera que a agroecologia além do caráter científico, alia saberes populares voltados para a sustentabilidade da agricultura⁸. Azevedo (2011) entende a agroecologia como ciência que se preocupa e respeita o meio ambiente e que defende a preservação da natureza, ainda que ela traga elementos de um movimento social anterior ao seu caráter científico.

Para Altieri (2004; 2012), a agroecologia é também ciência. O foco de análise do autor é o agroecossistema, que valoriza os saberes populares e propõe a interação entre os aspectos agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos; ele também discute possíveis conseqüências para o meio ambiente. Para Caporal et al (2011), é uma ciência que direciona elementos para a sustentabilidade ou desenvolvimento rural sustentável, que possui inter relações e interações com as mais variadas ciências, além dos saberes tradicionais dos agricultores. Conforme o autor, a agroecologia:

⁷ Sobre esse reconhecimento da agroecologia como uma ciência, não serão debatidos nesse estudo as divergências internas na entidade, apesar de reconhecer que tal conceito não necessariamente foi unânime.

⁸ Nesse estudo não serão abordados os debates entre sustentabilidade, desenvolvimento sustentável ou desenvolvimento rural sustentável. Apenas são apresentadas as visões dos autores.

[...] busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo tanto a compreensão, análise crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar, holística. (CAPORAL, 2011, p.88)

Essa particularidade multidimensional da agroecologia corresponde aos elementos captados de outras ciências. É, portanto, a partir dos variados olhares para a agroecologia que cumpre o prisma multidimensional, pois uma só vertente científica não explica todos seus elementos fundadores, por isso, a importância do caráter interdisciplinar que a envolve.

Já a agroecologia como prática é sinalizada por Leff (2002), que trata da agroecologia como um novo paradigma produtivo, relacionada com agricultura que absorve os conhecimentos tradicionais, científicos, técnicas e práticas. Para Leff (2002), o saber tem relação direta com o saber ambiental e da importância prática desses. Assim, ele cita que pelo modo convencional os conhecimentos são testados em laboratório, já para a agroecologia e os saberes tradicionais os conhecimentos são testados na prática, no cultivo pelos agricultores. Ou seja, o saber como prática, para o autor, é de suma importância, pois [...] “remetem à recuperação dos saberes tradicionais, a um passado no qual o ser humano era dono do seu saber, a um tempo em que seu saber marcava um lugar no mundo e um sentido de existência.” (LEFF, 2002, p. 36)

A agroecologia foi analisada como um movimento social por Brandenburg (2002; 2011), que direciona a análise para um contra movimento à lógica industrial de produção, citando que, em períodos anteriores à chamada modernização agrícola nos anos 1960, já existiam formas e métodos ecológicos de produção que eram visualizados e realizados por imigrantes europeus. O autor pondera, no entanto, que somente a partir dos anos de 1970, a agricultura alternativa surge com mais força, em um contexto social mais organizado e dinâmico, em face às preposições da revolução verde. Na ótica desse trabalho, Brandenburg cita que o movimento agroecológico no Brasil se constituía em sua grande maioria de agricultores familiares que passam a integrar o movimento, as associações de agricultores, organizações não governamentais e demais entidades; ampliando assim a visualização da agroecologia como movimento social.

Brandenburg (2002) fala que esse movimento se deu em três momentos distintos: o primeiro, na sua gênese como um contra movimento ao processo de industrialização na agricultura com o uso de agroquímicos; o segundo momento, ocorre um crescimento em forma de rede, uma maior organização na qual surgem novos grupos, novas formas de organização

comercial para os produtos agroecológicos (feiras, sacolões, venda direta na propriedade) com aumento do apoio inclusive dos consumidores; e no terceiro momento, ocorre a institucionalização que passa a ser fomentada pelo Estado requerendo uma nova reorganização de estrutura, beneficiamento e comercialização, a partir da emergência dos chamados “riscos sociais” e através do aparecimento de indicadores demonstrando a crescente crise socioambiental. (BRANDENBURG, 2002)

No ano seguinte, Almeida (2003) publica outro artigo contrapondo o de Brandenburg, alegando que a agroecologia não se constituía ainda em um movimento social, conforme suas palavras:

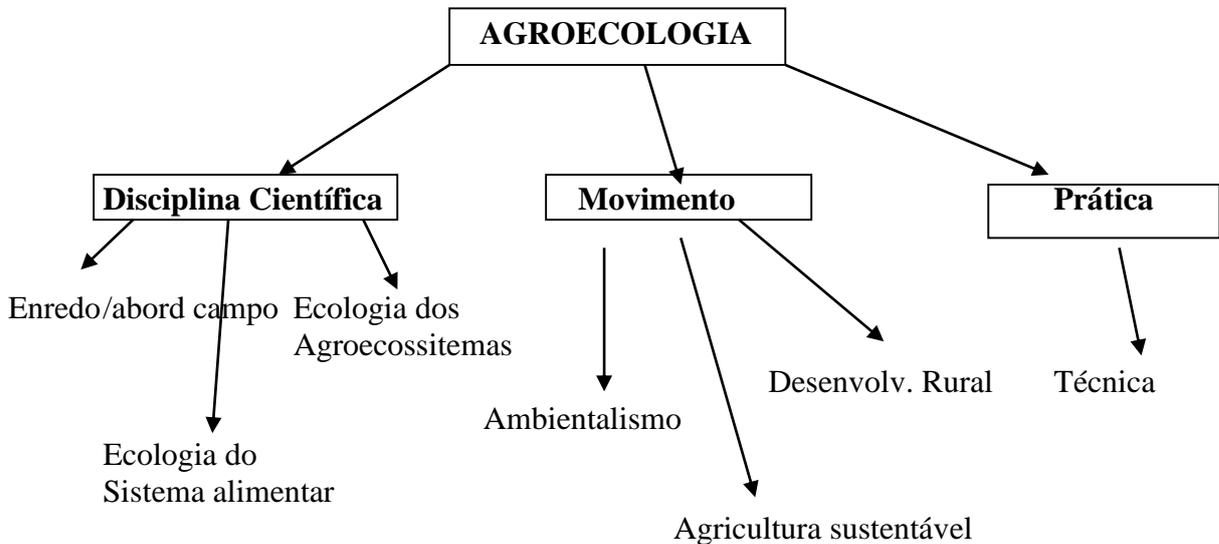
Por enquanto, a agroecologia é a expressão de iniciativas de grupos ou agentes sociais mais ou menos isolados, ainda pouco orgânicos, com resultados técnicos e sociais em diferentes amplitudes, agentes esses que **poderão vir a integrar um movimento social**, mas que **atualmente, não o constituem e não representam um movimento social**. Em suma, se a proposições agroecológicas quiserem abrir a via para um movimento social, devem transcender a lógica contestadora dominante que visa exercer uma pressão puramente institucional e isolada. (ALMEIDA, 2003, p. 512)

Segundo o autor, a agroecologia não representava naquele ano o movimento social citado por Brandenburg, mas deixa a entender que dependendo da forma como se organizassem, as ações poderiam vir a se tornar um movimento social.

Contribui para análises, a visão que trouxe Wezel et.al (2009) para o debate da agroecologia como ciência, prática ou movimento social, “*Today, the term ‘agroecology’ means either a scientific discipline, agricultural practice, or political or social movement*”⁹ (WEZEL et al, 2009, p. 1). Ele propõem o esquema representado pela figura 1:

⁹ Atualmente, o termo agroecologia significa tanto uma disciplina científica, prática agrícola ou movimento político e social.

Figura 1-A diversidade de tipos atuais de significados da agroecologia, por Wezel et al (2009)



Fonte: Elaboração da autora, 2015. Adaptado de Wezel et al (2009, p. 3). Tradução nossa.

A figura 1 representa sistematicamente a ideia dos autores, e para cada uma delas existe uma subdivisão mais específica. Porém, nesse trabalho os subgrupos não serão objeto de estudo, apenas as três vertentes originárias, que em parágrafos anteriores já foram explanadas, e agora focam as análises de acordo com Wezel et al (2009), para sintetizar o exposto.

No artigo citado no parágrafo anterior, estudou-se a agroecologia e como ela era vista de acordo com as três vertentes nos Estados Unidos da América (que foi entendida como ciência com maior ênfase, mas também como prática e movimento); na Alemanha, como disciplina científica; na França, como prática; e no Brasil, de acordo com os autores, se observam as três linhas de pensamento, porém com maior intensidade para prática e movimento.

Em Wezel et al (2009), percebe-se que foram avaliados aspectos teóricos para tais conclusões, e a forma na qual a agroecologia se apresentava dependia do histórico nacional. Segundo o artigo, a agroecologia até os anos 1960 era vista como disciplina científica que buscava elementos da agronomia e da ecologia e que seguindo os movimentos ambientalistas da mesma década acabou fomentando os movimentos agroecológicos em 1990. Já a agroecologia como prática, segundo o mesmo trabalho, surgiu em 1980, recorrentemente interligada aos movimentos.

Segundo Wezel et al (2009), a agroecologia se classifica em dois momentos distintos. O primeiro chamado de “a velhice da agroecologia”, que compreendeu os períodos de 1930-1960, quando surgem a junção de várias disciplinas, entre elas a agronomia e a ecologia (além

de zoologia, fisiologia botânica, etc). O termo foi primeiramente utilizado por Bensing, em 1928, entre outras publicações posteriores¹⁰ que a direcionaram para o campo científico.

No segundo momento, entre os anos de 1970-2000, ocorre o que foi chamado de “expansão da agroecologia”, na qual ela continuou sendo vista como disciplina científica, porém cresceu o seu enfoque como um movimento, e, a partir dos anos de 1980, como prática. Cita-se do original Wezel et al (2009, p. 3) “*From the 1970s agroecology continued to be defined as a scientific discipline, but also gradually emerged both as a movement and as a set of practices beginning in the 1980s.*”¹¹ Nesse momento, também crescem os enfoques para o sistema alimentar, a produção de alimentos, consumo e distribuição.

Para a análise brasileira, segundo o mesmo artigo, a agroecologia se desenvolveu através de diferentes tipos de movimentos. Mas com base em práticas agrícolas tradicionais e não na ciência, surgem, a partir de 1970, movimentos com intuito de promover a agricultura familiar, a soberania alimentar e proporcionar maior autonomia; além de criticar os modelos implantados pela modernização agrícola. São citados autores, eventos e entidades que atuaram e deram origem a esse movimento.

Portanto, para esse estudo, absorvendo tudo que já foi citado anteriormente por autores e entidades, argumenta-se que para o município de Laranjeiras do Sul, bem como para a região da Cantuquiriguaçu, a agroecologia seja uma mistura de elementos das três vertentes. Pois apesar de terem enfoques aparentemente diferentes, apresentam similaridade no objetivo.

A agroecologia no Município se dá através do conhecimento científico, dos experimentos e da pesquisa, da prática e do uso passado de geração em geração dos saberes tradicionais dos agricultores e do ponto de vista de movimento. Pois além de ter se embasado e utilizado de mais variadas contribuições, os praticantes e defensores da agroecologia, em Laranjeiras do Sul, são em sua maioria ligados a movimentos sociais ou entidades de militância.

E pensando na agroecologia como propulsora para os aspectos ambientais, sociais e econômicos, é importante o estudo institucional de seus mercados, pois esse acesso é uma das dificuldades encontradas por muitos agricultores familiares agroecológicos.

Desse modo, e tendo a agroecologia também como um movimento social, se propõe o estudo dos mercados como construções sociais, conforme abordado pela Nova Sociologia Econômica, embasados no tópico seguinte.

¹⁰ Vide artigo original WEZEL, *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. 2009.

¹¹ A partir da década de 1970, a agroecologia continuou a ser definida como uma disciplina científica, mas também surgiram gradualmente tanto como movimento e como um conjunto de práticas que começam nos anos de 1980. (tradução nossa)

2.3 MERCADOS: CONSTRUÇÕES SOCIAIS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Mudanças econômicas, políticas, legais, de hábitos ou costumes - percebidas nas últimas décadas - fizeram com que o acesso aos mercados e as relações mercantis fossem se reordenando e reorganizando, para atender a essas tendências ou mudanças. Nesse contexto, insere-se o agricultor familiar agroecológico que pela sua particularidade inerente necessita de um estudo dos mercados sob uma ótica menos rígida e mecanicista, que se propõe pelo viés da Nova Sociologia Econômica (NSE), ou seja, como construções sociais.

Nesse sentido, Abramovay (2004, p. 58) fala que “mercados devem ser estudados sob o ângulo institucional, sociológico, histórico, como construções sociais.” Por isso, a relação que esse trabalho estabelece entre Nova Sociologia Econômica e Nova Economia Institucional. O autor analisa o fato de o mercado ser chamado pelo singular e, poder, por isso, vir a ser tanto enaltecido como demonizado. Portanto, de um lado é tratado como solução universal e mágica e de outro lado como um elemento ruim e pejorativo. Ou seja, entre Deus e o diabo, conforme sugere no título de seu texto.

Os mercados para a pesquisadora não podem ser entendidos em seu sentido pejorativo, mas como modos e maneiras efetivas de se buscar maior interação sob os aspectos econômicos e a reprodução social. Trata-se de um processo pelo qual todos estão sujeitos e tem necessidade de estarem convivendo, mesmo que alheio à vontade. No entanto, a forma e o tipo de mercados que optamos por nos inserir, dá o direito e também o dever de aceitar as consequências, sejam elas boas ou más. Os mercados não são em sua essência malignos e capitalistas selvagens, apesar de ter adquirido ao longo do tempo essa conotação. Partilha-se, portanto, do entendimento da Nova Sociologia Econômica que visualiza-os como propulsores e amplificadores dos aspectos sócios culturais.

Algumas das tendências de mudança mercadológica citadas anteriormente e, nesse caso em particular, para o agricultor familiar, a partir de 1990; são observadas por Wilkinson (2008) como três tendências. Segundo ele, a primeira delas trata de mudanças de regulação, organização e acesso aos mercados tradicionais, e por resultado até os produtores tidos como consolidados, viram-se pressionados e ameaçados pelas cadeias de commodities; a segunda tendência seria o surgimento de novos mercados que poderia oferecer novas oportunidades aos agricultores familiares, como exemplo, dos agroecológicos (nesse caso pode-se pensar no PAA e PNAE); por fim, a terceira tendência que, segundo o autor, quando pressionados pela produção em escala dos mercados de commodities, surgem dos agricultores familiares críticas ao modelo dominante. Assim, tinha-se em vista as questões ambientais e as pressões para a

desintensificação agrícola, o que indiretamente favoreceria aos modelos produtivos da agricultura familiar, especialmente nesse caso o de produtos agroecológicos.

O mercado pela compreensão da economia neoclássica, conforme critica Steiner (2006, p.31), “[...] resume-se ao nome dado ao encontro de uma curva de oferta e uma curva de demanda, resultante de agentes cujas relações estão esvaziadas de qualquer conteúdo social.” Além do autor pontuar elementos que tratam da racionalidade econômica que esse mercado traz enquanto comportamento, e cuja lógica se encontra na definição de resultados logicamente possíveis a partir dessa ação racional. (STEINER, 2006)

Tal concepção economicista partilhando do ideário de *Homo Economicus*, ou seja, o homem movido unicamente por questões materiais e financeiras, não consegue mais responder a uma série de elementos que o dinamismo das relações mercantis promovem atualmente, em especial, ao de produtos agroecológicos. É, portanto, necessário a visão do *Homo Sociologicus*, aquele que é motivado e que tem maior preocupação com o meio social no qual está inserido, com a satisfação pessoal e a aceitação.

Começa então a ser questionado o entendimento do mercado, visto tal qual uma máquina dura e engessada, no qual são propostos elementos da Sociologia aliada à Economia, na busca por construir esse novo olhar para o mercado, que vem com a sociologia econômica. Segundo Rambo (2011, p. 65), “Fundadores da sociologia clássica Vilfredo Pareto, Émile Durkheim e Max Weber, lançam as primeiras ideias acerca da sociologia econômica.”¹² Ressalta-se que a busca era por um status de equilíbrio entre as duas vertentes, tanto a sociologia quanto da economia, e nunca a exclusão ou repúdio a uma ou outra. Pontuando sobre isso, Cavalheiro cita:

A própria Sociologia Econômica não pretende recusar a Teoria Econômica, nem pretende considerá-la como uma ciência definitiva que não deixa dúvidas, dado que seus princípios explicativos são muito parciais para isso. Na verdade, a Sociologia Econômica busca seu caminho unindo análises sociológicas e econômicas de maneira a obter uma explicação “mais eficiente” para os fatos socioeconômicos do que a explicação fornecida apenas pela Economia. (CAVALHEIRO, 2010, p. 43)

São duas contribuições da sociologia econômica para Steiner (2006). A primeira busca descrever o que ele chamou de dispositivos e comportamentos sociais nas articulações que cercam a relação mercantil. Segundo, a sociologia econômica busca elementos e preposições teóricas dessas articulações que possibilitam essas transações.

¹² Não serão descritas as contribuições de cada autor, pois não é o foco do trabalho. O intuito é de apenas servir como contextualização da Nova Sociologia Econômica.

Valorosas contribuições também postularam sobre os mercados autores como Karl Polanyi. Em sua obra *A Grande Transformação*, que posteriormente embasou estudos de Granovetter na Nova Sociologia Econômica, o mercado é abordado e explicado não somente pela economia, mas pelas relações sociais, assim, segundo Polanyi (2000, p. 65) “[...] a economia do homem, como regra, está submersa em relações sociais.” O autor continua na mesma página discorrendo sobre a influência dos aspectos sociais na economia, pois “[...] Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social.” Essas contribuições do autor retratam a importância do fator social para a reprodução familiar.

As contribuições científicas da sociologia econômica geraram novas correntes de análise, entre elas está a da nova sociologia econômica que fundamenta a pesquisa dos mercados nessa dissertação. É importante que eles deixam de ser vistos como os vilões, o elemento mau da sociedade moderna, e passem a ser considerados como construções sociais.

A Nova Sociologia Econômica, segundo Cavalheiro (2010), “[...] restaura a compreensão dos fenômenos econômicos como sociais e, em decorrência, o mercado deixa de ser visto como uma “entidade” à parte e abstrata, passando a ser visto como algo construído socialmente”. (CAVALHEIRO, 2010, p. 41)

Mark Granovetter, considerado precursor da NSE, entre os anos de 1970 e 1980, contribui propondo uma análise estrutural do modo como esses mercados se organizavam. Sobre essa contribuição, Plein; Filippi (2010) ponderam:

Dentro da chamada Nova Sociologia Econômica uma contribuição relevante para compreender os mercados é dada por Mark Granovetter, sobretudo em três artigos semanais (1973, 1985 e 1992). O autor é representante de uma abordagem estrutural dos mercados e, de modo geral, os principais fundamentos abordados pelo autor nessas obras dão conta de que: as relações econômicas estão enraizadas (*embedded*) nas relações sociais; metodologicamente, os mercados são vistos como extrapolações de redes sociais; as instituições econômicas são construções sociais; os mercados são estruturas socialmente construídas. (PLEIN; FILIPPI, 2010, p. 324)

Em Granovetter (1985; 2007) identifica-se o comportamento do ser humano embebido ou enraizado em relações interpessoais, e esse comportamento - apesar de avaliado sob a ótica do aspecto econômico - possui bases a partir de sua inserção social. Não entraremos no mérito de sua teoria, porém, o quadro institucional que se deseja identificar, em três formas de acesso aos mercados de produtos agroecológicos, no Município; está enraizado e estruturalmente composto de uma série de instituições, que formais ou informais, geram a matriz institucional

específica, tanto da feira como dos supermercados ou de políticas públicas. O PAA e o PNAE, nesse caso.

Sobre o enraizamento da economia, Wilkinson (2002) diz ser emprestado e retrabalhado de Karl Polanyi por Granovetter, e o situa como conceito fundador da economia sociológica. Diz ainda sobre o *embeddedness*, “Hoje essa noção de enraizamento se encontra difundida numa variedade de disciplinas e de subdisciplinas, inclusive fora do âmbito direto da economia” (WILKINSON, 2002, p. 809). Isso porque, em princípio, este conceito fora adotado para o enraizamento dito como econômico, mas com sua difusão ampliou-se o campo de visão teórico. A partir dessa ampliação, podem ser incluídas e analisadas novas linhas de pesquisa, inclusive na identificação de como os agricultores familiares agroecológicos de Laranjeiras do Sul estão enraizados quanto à vertente agroecológica: como ciência, movimento ou prática?

Essas relações sociais se apresentam em sua maioria a partir de instituições informais, sendo essas de grande importância para a reprodução social do agricultor familiar agroecológico. Desse modo, o “enraizamento” poder ser fruto de mudanças, crenças, costumes e hábitos históricos. Tendo, portanto, total relevância para a matriz analítica de Douglass North, bem como a formalidade institucional que de certa maneira os mercados exigem, e que vem na intenção de reduzir as incertezas, dar maior previsibilidade e confiança entre os interessados. Existe, portanto, uma relação muito próxima entre a NSE e as instituições, como também o “enraizamento” institucional nas relações sociais, e isso justifica o delineamento teórico compreendido entre nova sociologia econômica, mercados e teoria institucional.

Entendido que os mercados aqui estudados são vistos como construções sociais, conforme propõe a nova sociologia econômica, indagamos. Quais serão os mercados estudados? Como se dá esse acesso? Segundo Wilkinson (2008, p. 16), “podemos identificar quatro formas tradicionais de acesso aos mercados: acesso direto, sobretudo no caso do mercado local (informal); intermediação via atravessador; integração com a agroindústria e compras por parte do poder público.”

Nessa dissertação, direcionam-se as análises em três dessas formas citadas direta ou indiretamente por Wilkinson, a saber: o mercado local direto representado pelas feiras; o intermediário ou convencional representado pelos supermercados; e o institucional, representado pelas políticas públicas PAA e PNAE, sendo todos canais relativos aos produtos agroecológicos oriundos da agricultura familiar em Laranjeiras do Sul-Paraná.

A ideia é que propondo uma união entre NSE e a Nova Economia Institucional, possa ser dado esse enfoque teórico entre instituições e mercados como construções sociais.

Tendo em vista as contribuições propostas pela sociologia econômica e, posteriormente, pela nova sociologia econômica, permanecem os questionamentos: como esses mercados são influenciados? Quem os influencia? Quais são os contextos através dos quais eles se limitam, justificam e perpetuam? Tais anseios propõem-se a entender, através de um elo entre a NSE e a Nova Economia Institucional (NEI), e mais especificamente da teoria institucional de Douglass North; que a seguir será fundamentada, juntamente com as reflexões sobre como aliar instituições e mercados.

2.4 ABORDAGEM TEORICA INSTITUCIONAL DE DOUGLASS NORTH

Com as contribuições do enfoque teórico de Douglass C. North, vislumbra-se o entendimento da composição da matriz institucional dos mercados de produtos agroecológicos de Laranjeiras do Sul, em três canais de comercialização. O conceito de instituições será o norteador de toda a pesquisa para a compreensão da estrutura e dinâmica desses.

O autor, de onde partem as ideias básicas desse trabalho, é representante da chamada Nova Economia Institucional (NEI) que é posterior à economia institucionalista, cujos trabalhos de origem são encontrados em Thorstein Veblen, John Commons e Wesley Mitchell; chamado de “antigo institucionalismo”. Surge então como uma nova vertente, a “Nova Economia Institucional”, com as contribuições de Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglass North, dos quais partem as ideias que serão debatidas nesse estudo. E mais recentemente, uma terceira corrente chamada de “neoinstitucionalismo” que procura fazer um resgate do antigo institucionalismo, sendo um referencial Geoffrey Hodgson que apresenta esforços para dialogar com Douglass North (PLEIN, 2012).

As instituições, que são o princípio dessa contribuição teórica, podem ser entendidas por autores com outros direcionamentos conceituais ou outras vertentes¹³, porém nesse trabalho será abordado apenas pela concepção de Douglas North. Ressaltamos que apesar do autor utilizar o desempenho e a eficiência econômica para compor sua teoria geral, nesse estudo, esse aspecto é desconsiderado. São absorvidas as ideias e contribuição das instituições, de sua evolução e da dinâmica institucional, que são obtidas através da matriz institucional. No entanto, de onde vêm os trabalhos de North? Como ele chegou ao estudo das instituições, tal

¹³ Apesar de representar grande importância os aspectos teóricos das outras vertentes, não serão abrangidos tais conceitos, tendo em vista a impossibilidade temporal para tal.

qual é reconhecido hoje, e de onde originou o Prêmio Nobel em 1993? Esse percurso será abordado pela contribuição de Gala (2003).

Para Gala (2003), a evolução teórica analítica de North se concretiza em 1993 quando ganha o Prêmio Nobel, passando a ser referencial no estudo de desenvolvimento de economias de longo prazo. Basicamente, conforme cita Gala (2003, p. 89), “Numa obra com muitas incursões históricas e algumas inovações teóricas, o autor procura demonstrar como o crescimento de longo prazo, ou a evolução histórica, de uma sociedade é condicionado pela formação e evolução de suas instituições.” Depois de estudar a produtividade industrial de transporte marítimo, conclui que as evoluções institucionais foram mais importantes que as tecnologias, e, partir de então, desenvolve seus trabalhos no sentido de entender tais instituições e seu papel na evolução das sociedades.

É pertinente ponderar dois momentos teóricos para North. No primeiro ocorre a mudança dos estudos cliométricos para a análise institucional, que segundo Gala (2003) fica clara entre as obras *The Economic Growth of the United States 1790-1860*, do ano de 1961; e *Institucional Change and American Economic Growth*, 1971. O segundo momento, nos textos posteriores, quando embasado em estudos institucionais históricos, procura formular uma teoria institucional de desenvolvimento, estudando diversas civilizações ao longo do tempo (Egito, Grécia, Europa, Roma entre outras). Para, dessa forma, entender a evolução das sociedades, transitando entre elementos teóricos e históricos as próximas obras vão delineando a teoria do autor.

Na obra *The Rise of the Western World (1973)*, os debates são em torno do conflito entre aumento populacional e o esgotamento dos recursos das sociedades no fim do feudalismo; o entendimento dessa evolução institucional que fez da Europa o berço da civilização ocidental. Já nos avanços teóricos de 1981, North distancia-se um pouco do aspecto histórico, no entanto, não deixa de usá-lo para avançar teoricamente. Como no trabalho *Structure and Change in Economic History*, de 1981, no qual captando diversos traços das sociedades, passa a abordar temas como instituições políticas e econômicas, demográficas e ideológicas. E por fim, em 1990, North chega ao cerne de suas intenções, com o texto *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Após 20 anos de estudos, o autor conclui que não é possível entender a evolução das sociedades sem uma teoria institucional e inclui os conceitos de incerteza (dificuldades na tomada de decisão), custos de transação, instituições, organizações e dinâmica da matriz institucional. (GALA, 2003)

Pois bem, compreendendo até 1990 a evolução teórica de Douglass North, propõe-se admitir que, assim como para entender a evolução das sociedades, é necessária a análise das

instituições que as compõe. Por isso, para os mercados de produtos agroecológicos feiras, mercado convencional e PAA/PNAE, em Laranjeiras do Sul, esse entendimento é necessário, como também a dinâmica da matriz institucional desses mercados.

Segundo North (1990, p. 03), “*institutions are the rules of the game in a society or, more formally, are the humanly devised constraints that shape human interaction*¹⁴”. Nessa obra e na do ano seguinte, conforme observam Plein; Filippi (2010), “o conceito de custos de transação teve um papel central, ao passo que, nas obras de 1994e 2005, cultura, história, evolução e mudança assumem maior importância na análise feita por North”.

A ideia é que as instituições existem, são criadas ou desenvolvidas para reduzir as incertezas e custos de transação, que podem se desdobrar em dois aspectos: formais e informais, cujo conceito é ampliado, no artigo de 1991, conforme segue:

*Institutions are the humanly devised constraints that structure political, economic and social interaction. They consist of both informal constraints (sanctions, taboos, customs, traditions, and codes of conduct), and formal rules (constitutions, laws, property rights). Throughout history, institutions have been devised by human beings to create order and reduce uncertainty in exchange. (...) They evolve incrementally, connecting the past with the present and the future; history in consequence is largely a story of institutional evolution in which the historical performance of economies can only be understood as a part of a sequential story. Institutions provide the incentive structure of an economy; as that structure evolves, it shapes the direction of economic change towards growth, stagnation, or decline (NORTH, 1991: 97).*¹⁵

Apesar de evoluir no conceitual ainda persistia uma lacuna na teoria, tal como se pretende trabalhar nesse estudo, que é a ideia da evolução das instituições, que vem a ser preenchida pelo trabalho de 1994, onde segundo North (1994, p. 360):

*Institutions are the humanly devised constraints that structure human interaction. They are made up of formal constraints (e. g., rules, laws, constitutions), informal constraints (e. g., norms of behavior, conventions, self-imposed codes of conduct), and their enforcement characteristics.*¹⁶

¹⁴As instituições são as regras do jogo em uma sociedade ou, mais formalmente, são os constrangimentos humanamente concebidos para estruturar a sua interação.

¹⁵ As instituições são os constrangimentos humanamente concebidos que estruturam as interações políticas, econômicas e sociais. Elas consistem em restrições informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta) e regras formais (constituição, leis, os direitos de propriedade). Ao longo da história, as instituições foram criadas por seres humanos para criar ordem e reduzir a incerteza em troca. (...) Elas evoluem de forma incremental, que liga o passado com o presente e o futuro; a história, em consequência, é basicamente uma história da evolução institucional, na qual o desempenho histórico da economia só pode ser entendido como parte de uma história sequencial. As instituições fornecem a estrutura de incentivos de uma economia, como essa estrutura se desenvolve, molda a direção da mudança econômica para o crescimento, estagnação ou declínio.

¹⁶As instituições são os constrangimentos humanamente concebidos que estruturam a interação humana. Se constituem de restrições formais (por exemplo, regras, leis e constituições), restrições informais (por exemplo, normas de comportamento, convenções, códigos de conduta) e suas características de execução.

Com relação aos escritos de North (2005), com o amadurecimento teórico, permite-se falar que as instituições criadas, remodeladas ou extintas delimitam o que se percebe no presente e representam a tentativa de permanência ou de influência para mudar o caminho (*path dependence*).

Portanto, o entendimento do conceito de instituições para Douglass North é de que elas podem ser formais (que abrangem as leis, decretos, normas, entre outros aspectos legais) e as informais (que são os costumes, cultura, hábitos, tradição, padrões morais, éticos ou ideológicos, entre outros) que regem as relações, incluindo-se na análise as formas como essas são aplicadas ou evoluem ao longo do tempo. As formais podem ser criadas ou extintas com maior facilidade, enquanto que as informais são mais difíceis de serem modificadas, criadas ou extintas, pois são mais subjetivas, tendo relação com o contexto pessoal.

Para efeitos da pesquisa, as instituições serão as regras ou normas dos mercados de produtos agroecológicos e as organizações, pessoas e entidades envolvidas no processo; e que dão dinâmica às instituições. North (1990) trabalha metaforicamente essa discussão usando a comparação que as instituições são as regras do jogo e as organizações são os jogadores:

*Organizations include political bodies (political parties, the Senate, a city council, a regulatory agency), economic bodies (firms, trade unions, family farms, cooperatives), social bodies (churches, clubs, athletic associations), and educational bodies (schools, universities, vocational training centers. They are groups of individuals bound by some common purpose to achieve objectives*¹⁷, (NORTH, 1990, p. 05).

O fato é que o molde institucional do mercado de produtos agroecológicos de Laranjeiras do Sul depende não somente das instituições e das organizações, mas da forma como elas se integram e se relacionam ou seu *enforcement*. E esse é o propósito dessa pesquisa: compreender essa matriz institucional.

Para propor um desfecho teórico e a complementaridade entre instituições, organizações e a forma como elas evoluem para a matriz institucional, segue a contribuição de Favareto (2006), que apesar de tratar em sua tese o desenvolvimento rural, não deixa de apresentar reflexões importantes para pensar na matriz institucional dos mercados de produtos agroecológicos, aliado aos preceitos da nova sociologia econômica:

¹⁷Organizações incluem corpos políticos (partidos políticos, o Senado, o conselho da cidade, as agências de regulação), os corpos econômicos (empresas, sindicatos, agricultores familiares, cooperativas), os órgãos sociais (igrejas, clubes, associações atléticas) e órgãos de educação (escolas, centros de formação das universidades, e de formação profissional). Eles são grupos de indivíduos vinculados por um propósito comum para alcançar os objetivos

Mais do que as regras do jogo, mecanismos formais ou informais que incidiram condicionando o comportamento dos agentes, há também um jogo de regras. Os valores, visões, convenções e aparatos legais são produto da ação de agentes encarnados, com interesses específicos. Compreender a dinâmica das instituições do desenvolvimento rural não é algo que se alcance a partir de uma abordagem formalista nem meramente cognitiva. É preciso alcançar aquilo que se poderia chamar de *embeddednes*, das instituições, seu enraizamento nas estruturas sociais que lhe sustentam. (FAVARETO, 2006, p. 193)

Para concluir, considera-se nesta pesquisa a complementaridade entre instituições, organizações, mercados; como também a interação, evolução ou aplicação (enforcement) entre elas, para verificar as suas dificuldades ou potencialidades e seu estudo será especificamente aplicado aos mercados de produtos agroecológicos, possibilitando novas linhas de debate ao tema.

Através do entendimento da agricultura familiar, sendo essa envolvida em um processo que desencadeia em relações mercantis, que são construídas socialmente, tal qual a nova proposta da sociologia econômica. Busca-se então, através da análise institucional de Douglass North, o entendimento da matriz institucional das três formas de mercado, já citadas em momentos anteriores. Mas primeiramente, é pertinente realizar uma breve descrição do local de estudo para o alcance dos objetivos desse estudo.

CAPÍTULO 3

3 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO

Um dos requisitos para verificar algum fato pela Teoria Institucional, proposta nesse estudo por Douglass North, é o entendimento e a absorção da história no processo. Por isso, foi necessário buscar elementos do contexto histórico do município de Laranjeiras do Sul, pois esse tipo de informação histórica faz parte e corrobora com a aplicação da matriz analítica institucional do autor.

Por isso, neste capítulo, buscou-se abranger elementos que poderiam estar associados às formas como as matrizes institucionais dos mercados de produtos agroecológicos estão organizados pelo viés histórico do local. Pois, o desenho atual geográfico, político, social e ambiental em Laranjeiras do Sul remete aos acontecimentos históricos da região, às mudanças demográficas, à redução de área territorial ou, ainda, ao fato da cidade já ter sido capital de Território. Os acampamentos e assentamentos e mais recentemente a vinda da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), também são fatores de impacto para a região.

Para entender a situação atual municipal, primeiramente, serão elencados alguns acontecimentos e situações históricas, além de alguns dados apontados nos últimos anos, no Município.

3.1 LOCALIZAÇÃO E CONTEXTO HISTÓRICO MUNICIPAL

O município de Laranjeiras do Sul faz parte do território da Cantuquiriguaçu¹⁸, estado do Paraná, e tem como municípios limítrofes Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras, Virmond e Marquinho.

No decorrer de seu desenvolvimento, Laranjeiras do Sul apresentou momentos consideráveis e particularidades, um deles foi ter sido Capital do Território do Iguassú¹⁹; apesar desse fato ter durado pouco tempo. Sua evolução, comum a muitos municípios do estado do

¹⁸ Pertencem ao Território da Cantuquiriguaçu os municípios: Porto Barreiro, Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná, Virmond e Diamante do Sul. Ressaltando que o *Território da Cantuquiriguaçu* provém da classificação dada pelo Programa Territórios da Cidadania do Governo Federal lançado em 2008, no qual o objetivo é a universalização de programas básicos e promoção de desenvolvimento econômico através de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável (BRASIL, 2015)

¹⁹ Para direcionamento da leitura explica-se que quanto à nomenclatura *Iguassú*, escrita dessa forma refere-se ao Território Federal e *Iguaçu* ao município criado depois da extinção do Território (MUSSOI, 2002).

Paraná, tem sua origem principalmente na migração e imigração. A emancipação política ocorreu em 30 de Novembro de 1946.

Possui, atualmente, 672,084 km² de território, pois foram desmembrados algumas localidades que posteriormente se tornaram municípios, o que alterou significativamente a área territorial de Laranjeiras do Sul, como exemplo: Rio Bonito do Iguaçu e, mais recentemente, em 1996; Porto Barreiro (IBGE, 2014). Ainda sobre essa redução da extensão territorial, Mussoi (2002, p. 25) cita que “A área original de Laranjeiras do Sul era de 7610 km², mais de doze vezes a área atual. As divisas do Município naquele tempo eram com Guarapuava, Pitanga, Campo Mourão, Foz do Iguaçu, Clevelândia e Mangueirinha.”

Segundo o Censo (2010), a população era de 30.777 pessoas e a estimada para 2014²⁰ era de 32.036 habitantes. Geograficamente o Município está localizado na região Centro Oeste do Paraná, latitude 25° 24' 28" Sul e longitude 52° 24' 58" Oeste (PREFEITURA MUNICIPAL, 2015). Note-se, na figura 2, a localização do município no Estado do Paraná.

Figura 2- Localização geográfica de Laranjeiras do Sul - Paraná



Fonte: IBGE, 2015.

O nome Laranjeiras do Sul possui duas vertentes explicativas: uma, de acordo com o site da Prefeitura Municipal, é de origem Kaingangue “Nerinhê”, e seu significado é laranja; já o termo “do Sul” foi acrescentado no intuito de adicionar elementos que diferenciassse a localidade de outras, que já possuíam o mesmo nome. A outra vertente, disponível no site do Ibge (2014), confere o nome à uma homenagem ao primeiro médico do local, o chamado Dr. Laranjeiras.

O atual município de Laranjeiras do Sul, até meados do século XVIII, era habitado por indígenas chamados *Dorins*, considerados rudes nos relatos escritos do Padre Catequista

²⁰Estimativas da população com data de referência 1º de Julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 28/08/2014.

Francisco das Chagas Lima, conhecido na época como Padre Chagas; e considerado o primeiro cronista do Paraná. No ano de 1848, chega ao local, o pioneiro José Nogueira do Amaral, que juntamente com Domingos Floriano Machado recebem o primeiro documento de propriedade de terras. Mas o que marca o início da atual identidade de Laranjeiras do Sul foi a criação do Distrito Policial, pela Lei Estadual 185, de 25 de Abril de 1898. (PREFEITURA MUNICIPAL, 2015)

Grande contribuição para a localidade ocorreu com a criação do Distrito Judiciário de Laranjeiras, no ano de 1911. Dois anos depois aconteceu a primeira medição oficial da então denominada Fazenda Laranjeiras.

Em 13 de Setembro de 1943, quando fora criado o Território Federal do Iguassú, a capital estava instalada em Foz do Iguaçu. Essa realidade se modificou em 31 de Maio de 1944, quando o decreto 6.550 transferia a capital para Iguaçu, ex- vila Laranjeiras e ex- vila Xagu. Sobre o Território, e para validar a sua grandiosidade, cita-se:

O Território Federal do Iguaçu foi criado no dia 13 de setembro em 1943, no período histórico conhecido como Estado Novo, sendo essa abrangência, o Oeste e Sudoeste do Paraná e a região Oeste de Santa Catarina, correspondendo a 65.854 quilômetros quadrados, sendo 51.452 quilômetros quadrados oriundo do Estado do Paraná e 14.402 quilômetros quadrados provenientes de Santa Catarina. (BIESEK, 2004, p. 6)

A instalação do Território em Laranjeiras do Sul se deu por intermédio do Coronel Garcez do Nascimento²¹. A justificativa para a escolha da região foi sua localização geográfica, no caso, a proximidade com uma cidade de maior porte, Guarapuava. Segundo Mussoi:

Garcez juntamente com uma comissão selecionou dois locais para instalação do Município: Passo Liso e Laranjeiras, optando por essa última, uma vez que a BR 277 estava em construção e possivelmente passaria nas proximidades da mesma, como de fato passou. Ele permaneceu no cargo até a queda de Vargas em 1945. (MUSSOI, 2002, p. 78)

Porém, a extinção do Território foi muito rápida e no dia 18 de Setembro de 1946, o que era considerado um sonho para muitos virou uma decepção, o status de Capital se alterou, situação proposta pelo artigo 8º. Ou seja, uma instituição formal determinou a extinção do Território Federal, como também a volta da então chamada Iguaçu à condição de Distrito de Guarapuava (PREFEITURA MUNICIPAL, 2015). Sobre isso, pontua Lopes (2002, p. 148), “O

²¹ O território teve dois governadores: Coronel Garcez do Nascimento e Frederico Trotta.

Território Federal do Iguazu foi extinto antes mesmo de houvesse tido tempo para a devida implementação do conjunto de ações planejadas inicialmente".

Muitos foram os debates políticos e ideológicos sobre o Território, os conflitos entre índios e colonizadores, as dificuldades de logística, as estradas feitas à picareta e carroças, puxadas por burro. A corrupção também foi um fator decisivo no rumo tomado pelos acontecimentos históricos. (MUSSOI, 2002)

No entanto houve mobilização e empenho de lideranças locais, que conseguiram com o Decreto de Lei nº 553, de 21 de Setembro de 1946; a criação do Município de nome Iguazu, que mais tarde se denominou Laranjeiras do Sul²². (PREFEITURA MUNICIPAL, 2015)

Segundo Mussoi (2002), inicialmente a subsistência vinha da caça, pesca e a coleta de frutos, porém sem fins econômicos, mas no decorrer do tempo também naquele local começam as práticas de extrativismo com finalidade econômica. Nas palavras do autor:

As principais fases do extrativismo econômico em nosso Município ocorreram com a extração de erva mate, do início do século até a década de 30 e com a extração da madeira a partir da década de 40.

Em 1948, a extração da madeira representava 80% do valor econômico das atividades extrativas do Município. Somando a produção de lenha e carvão que são seus derivados, o valor econômico representado pela exploração da madeira chegava-se a 87% do total. (MUSSOI, 2002, p. 111)

Para Mussoi (2002), a atividade agrícola se moveu em dois sentidos: o primeiro, para a subsistência com métodos rudimentares, ferramentas manuais, associação à criação de animais, e grande predominância do número de membros da família que contribuíam com o desempenho do trabalho; os principais produtos cultivados, em 1948, no município são: milho, feijão, mandioca e arroz. O segundo, com relação a fase da agricultura comercial ou de mercado, foi impulsionada, a partir de 1970, pela revolução verde. A partir da revolução verde, ocorreu a gradual substituição da mão de obra do campo pelo trabalho mecanizado, a alteração da paisagem rural e das ferramentas utilizadas, além da substituição da policultura de subsistência pela monocultura exportadora. Tais aspectos foram impulsionados pelos colonos migrantes que também, nas palavras de Mussoi (2002, p. 115), contribuíram para esse processo “[...] a instalação do Banco do Brasil no Município que realizou uma política de crédito voltada para o setor rural, a fundação da Cooperativa Camilas e do Sindicato Patronal Rural”.

²² O atual Município de Laranjeiras do Sul teve vários nomes em variadas épocas, como exemplo, “Campos de Nerinhê”, “Sesmarias dos Nogueiras”, “Aldeia do Chagú”, “Terras do Chagú”, “Campo das Laranjeiras”. Em 1898, “Distrito Policial de Laranjeiras”, “Colônia Militar Mallet”, em 1911; e no mesmo ano “Distrito Judiciário de Laranjeiras”. Em janeiro de 1944, “Xagú”; em maio de 1944, “Iguassu” (Capital do Território); em 1946, com a extinção do Território, passou a denominar-se “Iguazu”. E, em 1947, “Laranjeiras do Sul”. (MUSSOI, 2002)

Os elementos citados anteriormente transformaram e direcionaram a maioria das ações dos agricultores e de todos os habitantes da região, tanto na cidade como no interior. Algumas considerações sobre esse aspecto evolutivo podem, assim como todo o contexto inicial histórico local, propor novas análises e, assim, explicar a maneira pela qual a cidade de Laranjeiras do Sul encontra-se atualmente organizada e como adquiriu a dinâmica que possui no século XXI.

Ao observar os escritos de Camargo (1999) e Mussoi (2002), ambos os autores locais, percebe-se que historicamente o local possui aspectos gerais de transformação e mutação. Citados, desse modo, a importância do Tratado de Tordesilhas e a passagem dos jesuítas que influenciaram uma área extensa. Ressaltamos, também, os elementos particulares do local, como o fato de os “campos de Nerinhê” serem conhecidos como terras de degredo. Segundo, Marcondes (1998); Camargo (1999):

A região era considerada extremamente selvagem, tanto que, as famílias pioneiras enfrentavam tempos muito difíceis. A falta de estradas, a distância da civilização mais próxima, as feras, e, principalmente os índios que não se limitavam a atacar caravanas, casas e matar o gado, constituíam-se em sérios obstáculos. Os Dorins, rudes e bárbaros segundo a descrição do Padre Chagas, também envenenavam as fontes de água, causando grandes baixas entre os sertanistas e povoadores. Camargo (1999, p. 18).

O fato é que a questão indígena é muito presente em todo o contexto histórico brasileiro, e, em Laranjeiras do Sul, isso também foi fator preponderante para entendermos o seu contexto local. Camargo (1999) relata que os primeiros contatos entre indígenas e o chamado “homem branco” ocorreu de forma pacífica: “até mesmo ao ponto de trocarem presentes, como escreveu Pedro Fernandez, integrante da comitiva de Dom Alvar Nunes Cabeza de Vaca que aqui passou em 1541” (CAMARGO, 1999, p. 21). Os índios, no entanto, ao perceberem que estariam perdendo o que consideravam seu, começaram a conflitar com os novos ocupantes. Não iremos detalhar essa questão na discussão desse trabalho - mesmo reconhecendo a sua importância -, pois isso ampliaria os debates para além dos limites definidos para essa pesquisa.

Grandes transformações aconteceram no decorrer do tempo, muitas guerras entre índios e homens brancos, disputas por terras. Caravanas que chegavam, passavam, saíam; outras que ficavam na região e davam-lhe novos contornos. Assim, a partir da exposição de figuras, expostas na sequência do trabalho, vamos propor uma visualização de tal evolução; partindo de dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A figura 3, por exemplo, demonstra visualmente os campos de Laranjeiras do Sul no ano de 1957, com seu relevo e vegetação.

Figura 3- Relevo em Laranjeiras do Sul no ano de 1957, de acordo com o IBGE



Fonte: Acervo fotográfico Ibge, 2014.

Segundo Camargo (1999), um dos primeiros posseiros desta região foi Pedro de Siqueira Cortes, que fazia parte dos “bandeirantes guarapuavanos”. Ele foi um dos principais desbravadores, o terreno que possuía foi permutado por outro de igual valor com Domingos Floriano Machado (este morto em um ataque indígena) e, posteriormente, passado aos herdeiros. Desses, alguns venderam, e então o terreno se subdividiu em vários outros, pois conforme o autor a área possuía cerca de quatro mil alqueires.

Nos anos de 1950, se intensificaram as alterações demográficas e com elas os costumes. Novas tradições foram se incorporando, novas espécies e formas de cultivo e produção, especialmente, percebidas pela vinda de italianos, poloneses, entre outras. Esses imigrantes vinham em busca de terras cultiváveis, muitas vezes, fugindo de más condições de vida em suas terras de origem. Os campos já não eram mais aqueles conhecidos e citados pelos habitantes indígenas. Já se percebiam as influências dos imigrantes e a forte presença de serrarias, consideradas por muitos na época como necessárias para o desenvolvimento da agricultura, pois a região era composta basicamente de mata fechada. A mata foi sendo substituída pelas “terras de planta” e, posteriormente, vão se formando os povoados e surge o comércio e os centros para efetuar as trocas de mercadorias. Nesse período, a religião também se desenvolveu e foi fator de grande importância para as famílias.

Tais mudanças podem ser confirmadas na figura 4, pois já se percebem alterações nos hábitos. Gradativamente, as paisagens e, da mesma forma, as instituições vão evoluindo. Os campos já ocupam maior área, e percebe-se o uso de madeira serrada nas propriedades, conforme é possível observar na figura 4:

Figura 4- Casa de colono descendente de italiano- 1965

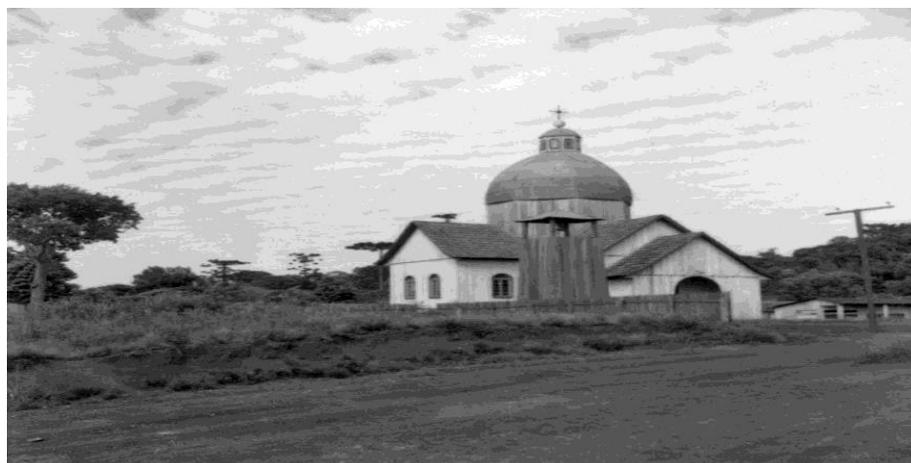


Fonte: Acervo fotográfico Ibge, 2014.

As instituições informais - representadas pela fé, pela religião pelos costumes e pela cultura - influenciaram fortemente a forma pela qual se organizavam as comunidades no local, como se estipulavam os laços de amizade, de trocas afetivas e das relações comerciais, como também estimulava a formação de grupos.

Na figura 5 temos, um exemplo de organização muito importante e norteadora para muitas ações e formações de grupos da época, a Igreja. No ano de 1906, foi construída a primeira capela em Laranjeiras do Sul, em homenagem a Nossa Senhora Sant'Ana. Em, 1933, foi constituída Paróquia, após várias modificações, contribuição e empenho dos moradores locais. Segundo, Camargo (1999):

Figura 5- Igreja Ortodoxa polonesa em Laranjeiras do Sul- 1965



Fonte: Acervo fotográfico Ibge, 2014.

Nas figuras 6 e 7, apresentadas posteriormente, já se observam construções maiores, novas delimitações de espaço e a Igreja católica, corroborando com a sua construção a influência da religião para o local.

Figura 6- Aspectos da cidade de Laranjeiras do Sul em 1965



Fonte: Acervo fotográfico Ibge, 2014.

Segundo informações relatadas no livro: “*Laranjeiras do Sul: um espaço em construção*”, do ano de 2002, o autor Arno Bento Mussoi, diz que o povoado que originou a cidade teve início por volta de 1900. Isso aconteceu, segundo ele, com o estabelecimento de pequenos comerciantes nas margens do que chamou de “picadão”, que ligava Guarapuava à Foz do Iguaçu e, em 1901, com a instalação do Batalhão de Engenharia para desenvolvimento da linha telegráfica a Foz do Iguaçu²³. Ainda segundo o autor, em 1938, cria-se o primeiro quadro urbano com demarcação de quadras e lotes.

²³ Para se ter ideia da importância desse trajeto, segundo o autor Camargo (1999, p. 83), passou por esse caminho “[...] ninguém menos que Alberto Santos Dumont, já famoso mundialmente por seus inventos, principalmente os protótipos dos aviões 14- Bis, em 1906, e o Demoiselle, em 1907.” Viagem essa feita a cavalo de Foz do Iguaçu para Guarapuava.

Figura 7- Aspectos da cidade de Laranjeiras do Sul em 1965



Fonte: Acervo fotográfico Ibge, 2014.

Nas últimas décadas, a cidade viveu um momento de transformações. Estas decorrentes, não só de alterações nos hábitos, crenças e Leis, localmente instituídas; mas também por estar se vivendo em um mundo globalizado, da era da informação, das altas tecnologias, da explosão demográfica, o que também impactou a cidade.

Dois fatores merecem ser citados para entender o atual contexto local: os assentamentos da reforma agrária que aqui se instalaram e a vinda da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Ambos proporcionaram uma dinâmica muito maior e influenciaram uma série de outras situações, como a demografia, a dinâmica comercial e populacional não só da cidade, mas de uma região inteira.

Figura 8- Laranjeiras do Sul no ano de 2015



Fonte: Elaboração da autora, 2015

Percebe-se nas figuras 7 e 8, a Rua XV de Novembro em situações e momentos históricos bastante distintos. A primeira imagem nos anos de 1965 e a segunda imagem em 2015. Se comparadas, elas demonstram claramente a ampliação e alteração nos hábitos e costumes e, também, registram as modificações na geografia da cidade, apesar do ainda pouco incentivo e desenvolvimento industrial. Façamos um breve e simples comparativo entre as figuras:

Figura 9: Laranjeiras do Sul- linha do tempo: 1965-2015, Rua XV de Novembro



Fonte: Elaboração da autora, 2015. IBGE, 2014.

Desde meados do Século XVIII, muita coisa mudou e não foram apenas as alterações geográficas, mas principalmente Leis, costumes e a incorporação de novas tradições. Isso pode ser percebido quando se pontua a criação do Território, depois formalmente a sua transferência da Capital de Foz do Iguaçu para a atual Laranjeiras do Sul e, logo em seguida, sua extinção.

Questiona-se, no entanto, como seria se a Capital estivesse aqui permanecido? Como seria, atualmente, a configuração econômica, política e socialmente a região?

Pode-se ainda pensar historicamente outro ponto de grande relevância, que pode fazer parte do senso comum, mas que nunca deve ser deixado de lado. Como foram tratados os legítimos moradores destas terras? Onde estão os indígenas? Será que tais instituições formais e informais foram eficientemente aplicadas?

São algumas pontuações que devem ser elencadas para que no decorrer deste trabalho possamos, enquanto leitores e pesquisadores, questionar não só a validade moral e ética dos dados, mas de verificar potencialidades ou fraquezas que foram deixadas para trás, com a aplicação ou a não aplicação das instituições.

O que se buscou, com a sequência de imagens e com a discussão das relações entre as fotografias e o contexto histórico, foi a ilustração visual de uma realidade que foi pouco a pouco sendo construída. Por isso, a importância dos fatos históricos como: a origem indígena, os desbravadores, as lutas pelas terras, as dificuldades as quais os pioneiros passaram, a conquista e a perda do status de Território, em tão pouco tempo. Assim, podemos pensar o que isso representaria caso tivesse continuado. Enfim, o que importa nesse estudo é a comprovação que, assim como para a matriz analítica de Douglass North, a História importa para Laranjeiras do Sul e para os mercados de produtos Agroecológicos. A História importa, pois é delineada por ela que explicaremos também os próximos capítulos desse trabalho e, também, a sequência seguinte de dados mais atuais sobre a cidade. O objetivo é afunilar esse estudo para os mercados de produtos agroecológicos.

3.2 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL- IDHM

O IDH-M varia de 0 a 1, no sentido de quanto maior melhor. Os valores mais próximos de 1 representam maior desenvolvimento para o município. O IDH-M de Laranjeiras do Sul apresentou nos anos de 1991, 2000 e 2010, respectivamente, os índices de 0.464, 0.598 e 0.706, ou seja, houve um crescimento considerável; e segundo classificação do PNUD (2010) está situado na faixa alta. Observe-se o quadro 05, com as variáveis componentes de tal índice:

Quadro 5- IDH-M de Laranjeiras do Sul, percentuais e variáveis

VARIÁVEIS	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,246	0,449	0,594
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	24,06	32,74	42,96
% de 5 a 6 anos na escola	27,01	63,95	89,05
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	42,46	58,31	89,70
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	21,74	58,18	63,56
% de 18 a 20 anos com médio completo	7,81	29,85	36,69
IDHM Longevidade	0,654	0,737	0,835
Esperança de vida ao nascer (em anos)	64,26	69,20	75,11
IDHM Renda	0,620	0,647	0,709
Renda per capita	379,54	447,07	659,33

Fonte: Elaboração da autora, 2015. Adaptado de IBGE e PNUD (2014).

Observando o quadro 5, pode-se perceber que no período analisado houve um aumento em todas as variáveis e o indicador que apresentou maior crescimento foi na educação. Isso pode ser explicada por ações do Governo Federal, tais como ampliação da Educação de Jovens e Adultos e programas como o Bolsa Família, que incentiva os filhos a permanecer na escola, o que também favoreceu a redistribuição de renda.

Com relação ao aumento da longevidade, podem ser citados os investimentos em saúde, ampliação de atendimento via sistemas de saúde, além dos avanços da tecnologia que também fomentaram a medicina com novos medicamentos e equipamentos de uso médico. Já com relação à renda, o incremento aconteceu devido à novas formas de organizações e dinâmicas de trabalho, ao aumento dos postos de trabalho e isto relaciona-se diretamente com o aumento da variável educação, que proporcionou uma realocação de jovens para novos trabalhos.

O incremento na renda foi de 73,72 %, no período, sendo que esse dado pode ser relacionado com o Índice de Gini, que varia de 0 a 1; mas, ao contrário do IDH-M, quanto menor; melhor. Em Laranjeiras do Sul nos anos de 1991, esse índice, foi de 0,69; em 2000, apresentou 0,58; e 2010, foi de 0,54. Esses dados corroboram com as informações do IDH- M, pois são inversamente proporcionais, ATLAS BRASIL (2013). Observe no quadro 06:

Quadro 6- Renda, pobreza e desigualdade em Laranjeiras do Sul

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	379,54	447,07	659,33
% de extremamente pobres	24,29	9,96	4,60
% de pobres	48,49	30,38	14,43
Índice de Gini	0,69	0,58	0,54

fonte: Elaboração da autora, 2015. Adaptado de Pnud;Ipea (2013)

Note-se que a diminuição numérica do Índice de Gini representa uma redução das desigualdades o que apresenta proporcionalidade quando comparado ao aumento do IDH-M. Quando se avalia os números apresentados, compreendemos que houve uma redução significativa do percentual de pobres e extremamente pobres, ou seja, pode-se sugerir que houveram instituições, quer sejam formais ou não, que evoluíram de maneira significativa em benefício da população laranjeirense.

3.3 DEMOGRAFIA

A população urbana é de 25.031 habitantes e a rural de 5.746 (CENSO, 2010). Até a década de 1970, seu crescimento foi observado de maneira gradual, porém a partir dos anos 1980, com a vinda de colonos²⁴ dos estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina, houve um acréscimo populacional considerável, passando então para mais de 62.000 habitantes (CENSO, 2010). A maioria vinha em busca de terras para o desenvolvimento da agricultura, assim como em grande parte dos municípios paranaenses, o que pode justificar as expressões culturais mescladas em cada um desses.

Porém, na década de 1990, ocorreram processos de divisão territorial com a formação de novos municípios, sendo esses: Virmond, Rio Bonito do Iguçu e Porto Barreiro. A população então decresce novamente para 30.025 habitantes (CENSO, 2010; MUSSOI 2002; PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL; ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013). Estas informações estão resumidas no quadro 7, apresentado a seguir:

Quadro 7- Dados demográficos em Laranjeiras do Sul

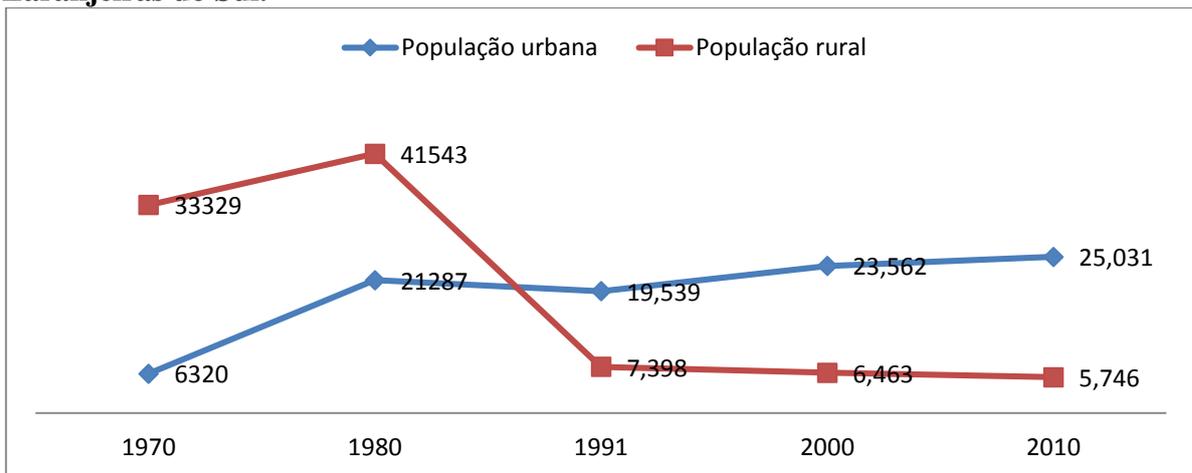
População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	26.937	100,00	30.025	100,00	30.777	100,00
População residente masculina	13.274	49,28	14.726	49,05	14.992	48,71
População residente feminina	13.663	50,72	15.299	50,95	15.785	51,29
População urbana	19.539	72,54	23.562	78,47	25.031	81,33
População rural	7.398	27,46	6.463	21,53	5.746	18,67
Taxa de Urbanização	-	72,54	-	78,47	-	81,33

Fonte: Elaborado pela autora, 2015. Adaptado de Censo (2010); IBGE (2014).

²⁴ Os colonos referem-se, conforme Plein (2003, p.35), à “uma forma de organização, do trabalho e da produção, baseada no labor de um grupo doméstico familiar, ligado por laços de parentesco e consangüinidade, sobre uma pequena propriedade de terra.”

O que se percebe pela tabela 7 é que gradativamente a população foi aumentando, porém esse aumento entre os anos 2000 e 2010 foi mais lento. A população do município é em sua maioria residente na zona urbana, e apenas 18,67 % são da zona rural, o que representa 81,33% de taxa de urbanização.

Gráfico 01- Evolução populacional rural x urbana ente os anos de 1970 e 2010 de Laranjeiras do Sul.



Fonte: Elaboração da autora. Adaptado de IBGE (2013).

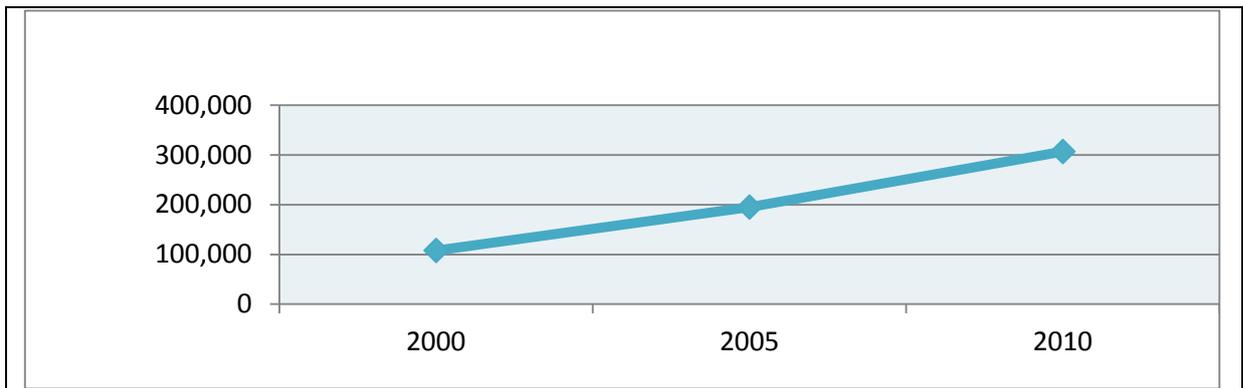
Segundo Mussoi (2002), esse acréscimo acentuado na população em dez anos, entre 1970 e 1980, se explica especialmente pela conjuntura da época e pela migração dos colonos do Sul, em específico, de Santa Catarina e Rio Grande do Sul que migravam para a zona rural e para a urbana. Isso devido à um processo de migração promovido pelo êxodo rural e a vinda de pessoas das mais variadas regiões do Brasil para trabalhar na construção de usinas hidrelétricas locais, como a (Salto Santiago). Com o término dessa obra, muitos trabalhadores foram demitidos ou ficaram sem empregos, e foram procurar oportunidades em outros lugares, o que provocou nas palavras de Mussoi (2002, p. 94), “um processo de esvaziamento”.

Pelo gráfico, pode-se perceber a montanha russa que foi a demografia na cidade, especialmente a partir dos anos de 1980, com a criação de outros municípios. O que explicou a população rural declinar e inverter a lógica do local, que era essencialmente rural e passou a ser considerado essencialmente urbano.

3.4 COMPOSIÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO-PIB MUNICIPAL

O Produto Interno Bruto representa a soma monetária de todos os bens e serviços finais que são produzidos em determinado lugar, em certo período de tempo. Nesse sentido, em Laranjeiras do Sul, essa soma apresentou evolução nos últimos anos. Note-se, pelo gráfico 2, tal crescimento na década 2000-2010.

Gráfico 2- Evolução do PIB em Laranjeiras do Sul entre os anos 2000-2010



Fonte: Elaboração da autora. Adaptado de IBGE (2010).

Esse crescimento observado ocorreu de maneira gradativa no período de 2000-2005, porém nos anos de 2005-2010 houve um maior deslocamento mediano, conforme visualmente observa-se no gráfico acima. Já para os anos posteriores à 2010, o crescimento foi observado nos itens Indústria e Serviços, porém no quesito agropecuária, relativo a um período de vinte e quatro meses, houve uma redução em valores apresentados. Isso representa numericamente que houve uma pequena redução nessa atividade econômica em Laranjeiras do Sul, conforme quadro 8:

Quadro 8 - Produto Interno Bruto (Valor Adicionado bruto a preços correntes-PIB nominal)

Variável	2010 (mil reais)	%	2012 (mil reais)	%
Agropecuária	42.098	13,61	41.897	12,64
Indústria	48.760	15,79	54.490	16,44
Serviços	218.188	70,60	235.051	70,92

Fonte: Elaboração da autora, 2015. Adaptado de IBGE (2012).

Nesse estudo apesar da pesquisadora compreender a importância de tal assunto, por questões metodológicas e temporais os conceitos mais específicos relativos à indústria, serviços

e outros dados econômicos e financeiros não serão focados com maior aprofundamento, apenas alguns itens e conceitos relativos à agropecuária; conforme segue.

3.5 AGROPECUÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com o último censo agropecuário realizado em 2006, o município apresenta 1641 estabelecimentos rurais, cuja representatividade da agricultura familiar é de 75% deles, ou seja, 1.226 são caracterizados por pequenas propriedades, com a área de 16.555 há. Em análise pela média, seria em torno de 10 ha para cada estabelecimento agropecuário. (IBGE, 2006)

Já os estabelecimentos chamados não familiares apresentavam um número bem menor, são 415 estabelecimentos, porém com maior disponibilidade de área, perfazendo um total de 40.331 ha para cultivo, ou seja, representam uma média de 97 ha cada estabelecimento (IBGE, 2006). Esses dados reproduzem a concentração de terra atualmente, o que pôde ser observada e citada em partes do histórico municipal neste mesmo capítulo. Ou seja, é um processo que permanece desde muito antes de Laranjeiras se tornar município, fator esse comum à maioria dos municípios brasileiros.

O documento ou a instituição formal que representa legalmente o agricultor familiar é a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Ela registra um total de 1.456 agricultores, e desses 998 estão ativas, direcionando à conclusão de que são quase mil agricultores legalmente considerados familiares. (MDA, 2015)

Quadro 9- Comparativo entre agricultura familiar e não familiar em Laranjeiras do Sul-Pr

	Estabelecimentos	%	Área ocupada (ha)	%
Agricultura Familiar	415	25	40.331	70,90
Agricultura Não Familiar	1.226	75	16.555	29,10
Total	1.641	100	56.886	100

Fonte: Elaboração da autora. Adaptado de Sidra IBGE (2006).

Essa disparidade numérica apresentada pelo quadro 9 tem relação direta com o que Mussoi (2002) chamou de agricultura comercial e também com os resultados que ela introduziu no meio rural. Uma pequena parte dos agricultores que se embrenharam por esse caminho tiveram maior êxito econômico, porém a maior parcela sofreu os percalços impostos pela nova forma de trabalho, do desconhecimento da leis de mercado e a falta de capital próprio, que acabou gerando endividamento e perda de terras. (MUSSOI, 2002)

No que se refere à distribuição fundiária das propriedades, de 1641 estabelecimentos rurais e agropecuários do município 80% são de propriedade do produtor num total de 1306 estabelecimentos, que somados possuem a uma área de 53.731 ha. Os arrendatários (87) representam 5,3% do total, e em conjunto possuem uma área de 1993 ha. Os parceiros (12) correspondem a 0,73% dos estabelecimentos e tem uma área 411 ha. (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006)

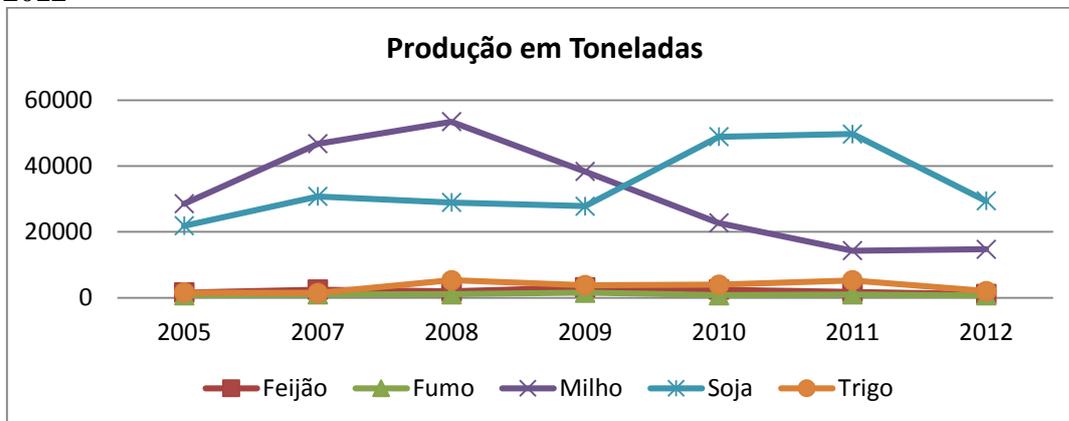
Os assentados sem titulação definitiva vivem em uma área de 1160 ha. Assim, (74) correspondem a 4,5%; e os ocupantes (91) representam 5,54 % dos estabelecimentos e ocupam uma área de 865 ha. Há também os produtores sem área (71), eles somam 4,33% dos estabelecimentos agropecuários. (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006)

Verifica-se que em 20% dos estabelecimentos consultados os moradores (335) não são proprietários da área em que vivem, o que soma uma área de (4.429 ha), isso corresponde a 7,6% dos 58.161 ha destinados a agropecuária. (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006) A seguir, são apresentados alguns dados relativos à produção agropecuária em Laranjeiras do Sul, abrangendo tanto agricultores familiares quanto não familiares.

3.5.1 Produção Agrícola

De acordo com o Censo (2006), os estabelecimentos apresentam-se divididos a partir das atividades desenvolvidas. 811 possuem lavoura temporária, juntos totalizam uma área de 28.119 alqueires. Observe, no gráfico 3, os principais produtos da lavoura temporária:

Gráfico 3 – Principais produtos da lavoura temporária em Laranjeiras do Sul de 2003-2012

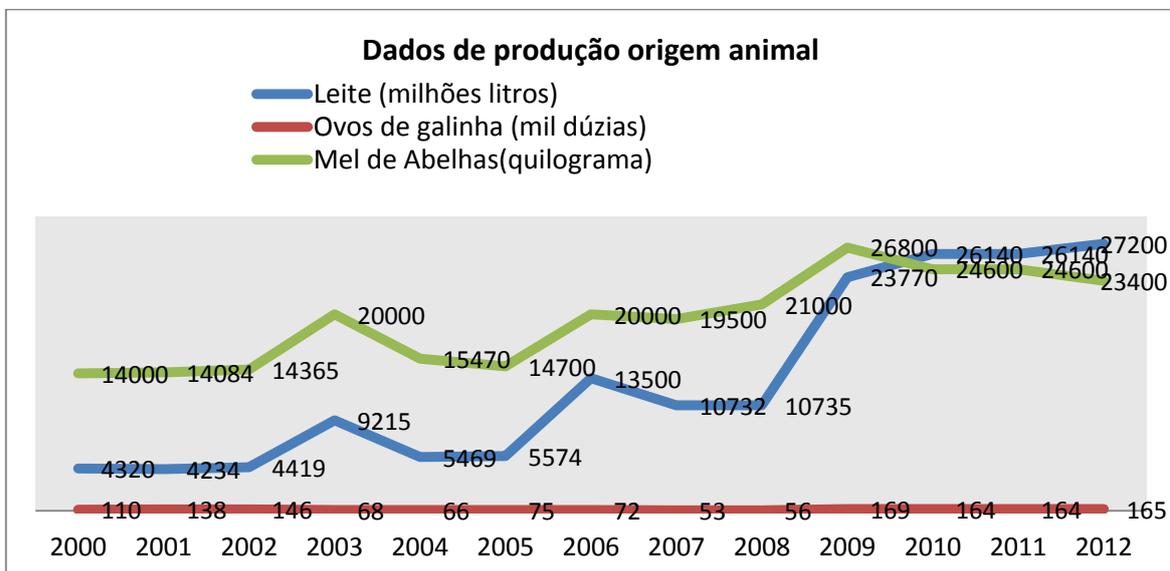


Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de IBGE (2012).

Em Laranjeiras do Sul, assim como grande parte dos municípios do Estado do Paraná, ocorre a predominância do plantio de milho e soja e, com menos representatividade, do feijão, trigo e fumo, sendo esse último mais recorrente em pequenas propriedades. Com relação à queda de produção, observada tanto no milho quanto na soja, após o ano de 2008, pode se propor algumas considerações. Nos anos 2008, 2009 (principalmente em relação à soja) e 2010, o município e a região sofreram com estiagens consecutivas, isso prejudicou o ciclo produtivo do milho e da soja. O que levou um incremento na produção da pecuária leiteira que direcionou áreas antes usadas para o plantio de oleaginosas para formação de pastagem e, especificamente com relação ao milho, tendo em vista o aumento na pecuária, muitas áreas plantadas não são colhidas em grão, mas sim cortadas para silagem; e por isso não são computadas a produção, diminuindo assim a produção apresentada.

A pecuária e a produção animal apresentam-se como principal atividade em 716 estabelecimentos, que somam 28.732 alqueires. Ela é, para muitos agricultores, uma alternativa à produção de fumo e uma forma de renda mensal, que garante maior autonomia para algumas famílias. Observe o gráfico 4:

Gráfico 4– Dados da produção Animal 2000-2012 em Laranjeiras do Sul.



Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de IBGE (2012).

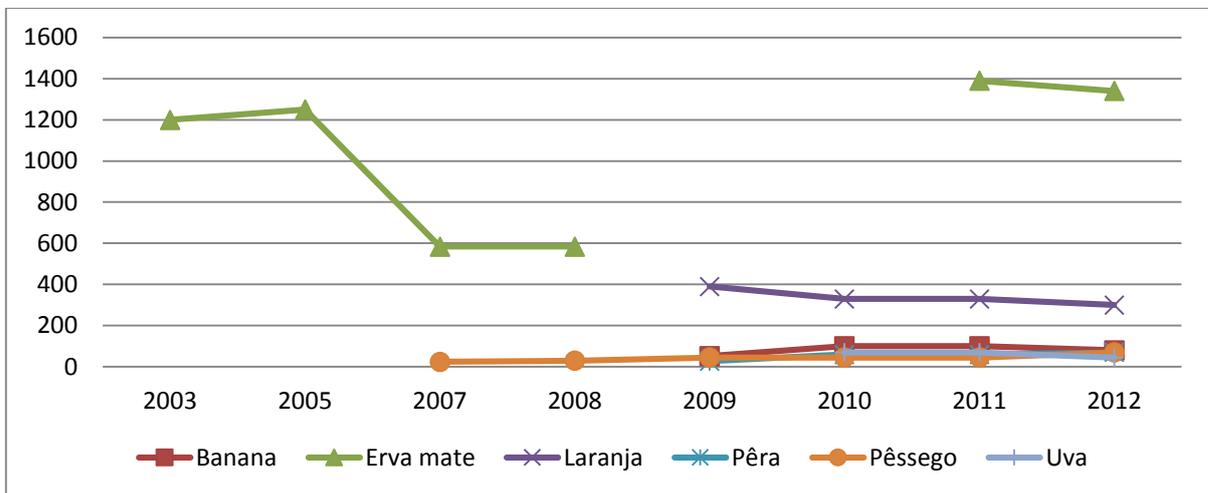
Tal alavancagem ocorreu devido à uma série de mudanças e criação de instituições que movimentaram essa mudança, formalmente a partir do ano de 2008 políticas voltadas para a agricultura familiar foram incentivadas pelo governo Lula, houve maior direcionamento de recursos para o Pronaf e para linhas de aquisição de animais que incentivou agricultores a

aderirem a pecuária leiteira e de corte como fonte de renda. Também subjetivamente, ou seja, instituições informais fizeram com que a percepção do desgaste da produção de soja e milho e a sazonalidade de rendas provindas desses (especialmente depois das estiagens) movimentaram a mudança para a pecuária leiteira que proporciona rendimentos mensais na propriedade.

Já a produção de mel foi sendo incentivada pelas associações criadas no município de Laranjeiras do Sul e a demanda que sempre existiu desse produto.

Apenas 25 estabelecimentos dedicam-se a lavoura permanente ocupando uma área de 487 alqueires, observe-se no gráfico5:

Gráfico 5– Produção em toneladas da lavoura permanente em Laranjeiras do Sul de 2003 a 2012



Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de IBGE (2012).

Novamente instituições são percebidas rapidamente nessa análise, pois entre os anos de 2008 e 2009 houve uma grande movimentação com relação aos produtos de lavoura permanente. E apesar de já existir o PNAE em 2009, a sanção da Lei 11.947/09 a ampliou para toda a educação básica, incentivando os agricultores a produzirem tais alimentos para vender nesse mercado, com potencial crescimento. Isso incrementou a produção de cítricos, pêssego, uva, entre outros. Já a erva mate foi impulsionada, após certo período de estagnação, pelas exportações desse produto para países como a China, que passou a utilizá-la em alguns de seus compostos alimentares, como o chá, por exemplo.

A horticultura e fruticultura são desenvolvidas em 246 alqueires que são representados por 54 estabelecimentos. A produção florestal de florestas plantadas (exóticas e não nativas) ocorre em 18 estabelecimentos e ocupa uma área de 374 alqueires. Já a produção de floresta

nativa ocorre em 13 estabelecimentos, abrangendo uma área de 188 alqueires. (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006; IBGE, 2012)

Essa situação de manipulação, oriunda de décadas passadas, traz consequências até hoje. Elas são percebidas nos dados expostos no gráfico 03, que demonstra a concentração de terras pela agricultura não familiar. Dentro desse universo apresentado, observamos, nesse estudo, os agricultores familiares na cidade de Laranjeiras do Sul e, especificamente, os produtores agroecológicos e orgânicos.

3.5.2 Produtores orgânicos e agroecológicos

Uma forma de pensar em alternativas ao modelo convencional de agricultura é propor a agroecologia - que emerge em Laranjeiras do Sul a partir dos anos 2000, especialmente com a criação dos assentamentos e, posteriormente, impulsionados pela chegada da Universidade Federal da Fronteira Sul – como modelo de produção e consumo que vem conquistando adeptos e mostrando efetivamente seu espaço.

Um fato causador de estranheza ocorreu no decorrer dessa pesquisa e motivou ainda mais o estudo do tema. No ano de 2014 a informação que constava cadastrada no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) era de que Laranjeiras do Sul possuía quatorze produtores de orgânicos, sendo 13 deles agricultores e uma cooperativa. Ou seja, treze produtores e uma entidade certificada. (MAPA, 2014) No ano de 2006, eram apenas 2 certificados e 49 que produziam agroecologicamente, porém, sem certificação. (IBGE, 2006) Na época de confecção do projeto esse dado soou como vitória aos defensores da agroecologia, porém verificando os dados cadastrados no mesmo site e comparando com a planilha atualizada, em maio do ano de 2015, para surpresa (e desta vez negativa), de um total de quatorze produtores restam apenas doze, ou seja, ocorreu uma redução. (MAPA, 2015)

Mas o que efetivamente levou o número inicial de dois produtores no ano de 2006 para quatorze em 2014? E por que em 2015 ocorreu uma redução no número de produtores? Pode estar aí um grande gargalo institucional? Quais foram as instituições que possibilitaram essa redução? Será que foram elementos informais, como a desmotivação dos produtores ou o excesso de fiscalização e de exigência legal das organizações responsáveis pela normatização? Enfim, espera-se que ao final desse trabalho possamos, enquanto pesquisadores, buscar elementos que sejam norteadores para o entendimento institucional de tais tipos de questionamentos, pois eles afetam diretamente aos produtores que primam pela produção agroecológica.

Durante as pesquisas feitas por meio de entrevista com os feirantes, realizadas nos meses de agosto a outubro de 2015, obteve-se a informação que famílias que produzem de modo agroecológico abrangem um total de vinte e quatro, divididas em dois grupos. Essa informação é valiosa para pensarmos institucionalmente a questão, pois se cadastradas no MAPA são apenas treze. Porém efetivamente existem produzindo vinte e quatro famílias. É certo que o processo está sendo barrado por algum tipo de instituição que não permite eficiência na legalização efetiva dessas outras famílias, quer sejam as leis, ou isso seja devido à fatores subjetivos e pessoais de alguns agricultores.

Para iniciar um processo de análise mais específico, passamos para o capítulo que começa a descrever as três dinâmicas de comercialização estudadas em Laranjeiras do Sul, município no qual as pesquisas se realizaram.

CAPÍTULO 4

4 OS MERCADOS DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS: AS TRÊS DINÂMICAS DE ESTUDO NO CONTEXTO MUNICIPAL E INSTITUCIONAL

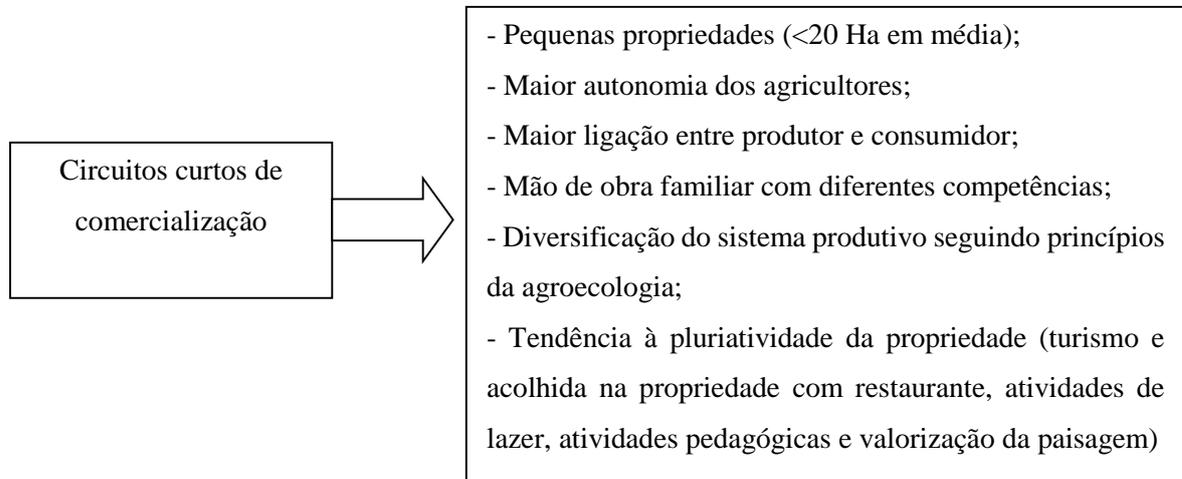
Neste capítulo, são citados elementos e resultados encontrados na pesquisa de campo, que envolvem atores relacionados às três dinâmicas de mercados, propostas pelo estudo: a feira agroecológica; o mercado convencional, representado pelos supermercados; e o mercado institucional, representado pelo PNAE e PAA.

Inicialmente optou-se pelo estudo dos feirantes, que são os agricultores familiares que tornam a produção agroecológica local possível de ser comercializada. Eles participam da feira, colocam seus produtos nos supermercados e também participam do PAA e PNAE, mesmo que isso ocorra por intermédio de cooperativa ou associação. Ou seja, os agricultores agroecológicos são a peça chave desse estudo e do início do entendimento da matriz institucional dos três canais de comercialização.

O intuito dessa pesquisa foi buscado nas três linhas de distribuição, tendo em vista abordar circuitos curtos de comercialização. Entendendo que a junção entre agricultura ecológica, representada aqui pela agroecologia, e os circuitos curtos de comercialização afetam positivamente várias e diferentes dimensões tanto na “[...] economia local, trazendo oportunidades de trabalho e de renda; na dimensão social com a aproximação de produtores e consumidores; e na dimensão ambiental, com a valorização da paisagem e dos recursos naturais”. (Darolt 2013 apud Mundler 2008, p. 150) Justifica-se que para esse estudo serão considerados circuitos curtos: como a feira pela venda direta ao consumidor, o PAA e o PNAE. Segundo Darolt (2013), o mercado institucional atende o que pode ser chamado de consumidor coletivo, que se encontram em circuitos curtos de comercialização. Os supermercados, conforme também sugere Darolt, (2013) requerem proximidade geográfica, participação ativa do consumidor e, quando necessário, apenas um intermediário conhecedor do processo. Nesse caso, os produtores agroecológicos de Laranjeiras do Sul, pois acessam o mercado tradicional via um único atravessador: a cooperativa ou associação.

Na figura 10, nota-se o viés dos agricultores nos quais se justificam os canais estudados nesse trabalho e que sempre estão de acordo com a realidade local.

Figura 10– Características de propriedades que trabalham com circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos



Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de Darolt (2013).

O capítulo se estrutura da seguinte forma: primeiramente, alguns alinhamentos teóricos específicos de cada dinâmica, a busca por elementos históricos do modo como ocorre a organização no Município e, em seguida, as caracterizações atuais de cada dinâmica estudada, na seguinte ordem: feira, as políticas públicas PNAE e PAA e, por fim, os supermercados.

4.1 AS FEIRAS REPENSADAS TEORICAMENTE E EXPLICANDO A PRÁTICA

A feira é uma forma de comercialização muito utilizada e conserva certa mística. Exige preparação, vontade e dedicação, valorizando as instituições informais, os contatos, os laços de amizade, a união em torno da programação e arranjo, o que reforça a ideia de equipe e coletividade nas decisões sobre preços. E se observada por outro prisma, valoriza também as instituições formais, pois todos os produtos que estão expostos e são colocados à venda seguem normas, leis e atendem aos padrões exigidos pela certificação dos produtos.

Para Dulley et al. (2000) - e confirmado em Laranjeiras do Sul a partir das observações da pesquisa de campo - os participantes da feira são pequenos agricultores familiares associados ou filiados a associações. Nesse caso é uma cooperativa na qual além da ajuda mútua partilham e geram conhecimentos agrícolas. O autor reconhece que as feiras para o consumidor existe a oferta de maior variedade de produtos, tendo em vista a participação de vários produtores, cada um contribuindo com o que possui para venda em sua propriedade, fato esse também percebido na feira.

A pesquisa de campo permite que se encontrem elementos que só são percebidos com uma boa observação e perguntas, conforme foi feito na feira agroecológica estudada. Nela confirmou-se o que pondera Canuto (2011 apud ABREU et al., 2012) quando fala que a agroecologia é mais voltada para circuitos curtos comerciais alternativos, e com concepções mais orientadas para o social, cultura e político.

As feiras devem ser vistas muito além dos aspectos econômicos que a envolvem, pois são também meios de mercados fomentadores de construções sociais. Amaral (1988, apud MUNARO; LIMA, 2009) cita que as feiras são muito mais que simplesmente pontos para comercializar, pois ali circulam além de bens, culturas e pessoas. E além de pontos de venda, existe uma grande relação entre economia e cultura, fato esse chamado pela autora de retratos totais das sociedades rurais, que representam lugares para encontros e articulação política. A pesquisadora conclui que as feiras são delimitações de espaços vitais para a reprodução de muitas famílias de agricultores familiares.

Cavalheiro (2010) quando fala das feiras livres as considera como: “fenômeno social multifacetado que envolve dimensões econômicas, geográficas, culturais, estruturais, psicológicas e sociais, com uma diversidade de atores sociais que se inter-relacionam para realizar as trocas mercantis” (CAVALHEIRO, 2010, p. 166). Trata-se, portanto, de uma relação muito maior que a econômica, vista como simples constituição de mercado, para o entendimento que compreenda-as como um conjunto de instituições que visam, em primeira e também última análise, a concepção do fator humano como essencial e único; envolvendo para tal muito mais que a simples preocupação econômica.

As feiras produzem e permitem algumas particularidades que lhes são inerentes, como pontos positivos podem ser citados: o contato muito próximo com os consumidores que representam mais um canal de reprodução social; a feira agroecológica tem um cunho social e filosófico, isso pode ser positivo para a ampliação e propagação das ideias e dos ideais dos feirantes; o fato do pagamento ser a vista; ampliação de clientela; entre outros. Já elementos que podem ser vistos como pontos a ser melhorados, ou a se pensar, são: as variações climáticas podem ser empecilhos por tratar-se de sua realização em locais abertos; o pouco tempo para a produção dos produtos que deve ser resolvido com o trabalho em equipe, conforme se observa na feira em Laranjeiras do Sul; e deslocamentos e horários fixos. (CAVALHEIRO, 2010)

Nesse sentido, partilhando dos sentimentos dos autores já citados, abordamos a feira em Laranjeiras do Sul como esse ponto de encontro que, muito além da questão econômica, demonstra elevado grau de interação, de troca de saberes e experiências, de reprodução social com cunho ideológico, político. É, portanto, relevante a pesquisa de aspectos históricos da

atuação da feira no Município. Para isso, recorremos as entrevistas coletadas pela pesquisadora entre os feirantes agroecológicos.

4.1.1 Aspectos históricos

O aspecto histórico da feira agroecológica em Laranjeiras do Sul se funde com história de luta e coletividade. Para explicar o que atualmente representa a feira no município é preciso voltar aos anos de 1997, pois nesse ano é que se pode dizer que tem início o caminho que desencadeou o que representa a produção agroecológica e a feira estudada.

Essa história tem início no dia 08 de Junho de 1997, pois na ocasião cerca de 200 (duzentas) famílias acamparam as margens da BR 158, entre os municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu. Na época, muitas discussões surgiram porque se de um lado o senso comum inaceitável da maioria da população chamavam aquelas pessoas de “desocupados”, por outro lado, existia um sentimento de luta, ideal comum e de busca por igualdade e direitos. Após muitas lutas, conquistas, desânimos e força de vontade, no ano de 1998, com a ocupação da chamada Fazenda Rio do Leão, foi provocada uma nova discussão que culminou com a sua desapropriação, em 1999. Isso beneficiou, na época, 74 (setenta e quatro) famílias, com uma área para cada uma de cerca de 14 (quatorze) hectares. Atualmente, devido a cessão para uso de três lotes destinado a UFFS, são 71 (setenta e uma) famílias beneficiadas. (COOPERJUNHO, 2015) Além dessas famílias existe ainda outro grupo que partilha de um histórico muito semelhante, apenas em outro local do município, que possui também agricultores que realizam a feira agroecológica e juntamente com uma mesma cooperativa, dividem o mesmo espaço, num pensar coletivo e mais abrangente do que elementos puramente econômicos.

Inicialmente cada família em seu lote iniciou sua produção e pensou em suas formas de trabalho de modo individual, porém essa realidade durou pouco. E, em um curto período, as famílias começaram a comercializar seus produtos nas próprias casas, de porta em porta na cidade ou na sede da comunidade, através de uma associação que, posteriormente, se transformou em uma cooperativa e passou a gerenciar toda a comercialização da produção agroecológica das famílias. E, é através dessa cooperativa que hoje é operacionalizada a feira e canaliza os esforços para o desenvolvimento da coletividade.

Com essa visão de coletividade proposta pela cooperativa, a comercialização da produção local ganhou força e a feira passou a representar não só incremento na renda, mas uma forma de reprodução social daquelas famílias antes marginalizadas, e que passam a

representar ou buscar a representação de um ideal de vida, muito além das questões meramente econômicas.

As instituições informais as quais aquelas famílias inicialmente acampadas partilhavam, ou seja, a união, os hábitos, a ajuda mútua e o pensar coletivo foi fortalecido pela intervenção do Estado que, por meio de instituições formais, possibilitou a estabilidade e o desenvolvimento na região de novos hábitos, novas práticas produtivas. Novos hábitos que partem daquelas mesma famílias antes discriminadas por boa parte da população e que hoje consome produtos na feira agroecológica, só possível graças ao empenho e a luta de aproximadamente vinte anos atrás.

4.1.2 Caracterização atual

Após o entendimento e partilhando de aspectos da história da feira no município estudado, é importante a caracterização atual da mesma para que posteriormente possa ser cumprida a sua análise institucional.

A feira agroecológica acontece duas vezes na semana: nas quintas-feiras a partir das quinze horas e aos sábados das nove às onze e trinta. Inicialmente a produção agroecológica era comercializada nas próprias casas dos produtores e na sede da Cooperativa da qual os produtores fazem parte. Com o aumento da procura pelos produtos ocorreu a possibilidade de compor uma feira, que passou a acontecer todas nas quintas de toda semana, e, posteriormente, foi ampliada para funcionar em mais dias da semana. Conforme relato de um dos entrevistados: *“no começo a gente trazia duas ou três caixas de verduras, hoje veja....só daqui onde estamos consigo contar trinta e cinco caixas.”*(ENTREVISTA 5 AGRICULTOR FEIRANTE, AGOSTO, 2015), o que demonstra o avanço ocorrido e a adesão da sociedade em consumir produtos da feira, fato que justifica o acréscimo de mais um dia na semana, o sábado, para seu funcionamento.

Na figura 11, é possível observar o momento da realização da feira e o modo que os produtores se organizam para comercializar seus produtos. Observe:

Figura 11- A Feira agroecológica aos sábados em Laranjeiras do Sul



Fonte: Elaborado pela autora, pesquisa de campo. Agosto (2015)

A figura 11 demonstra o que o entrevistado 5 quis dizer com a “*quantidade de caixas*”, ou seja, o aumento de produtos colocados à disposição dos consumidores tendo em vista a ampliação da demanda.

Os principais produtos comercializados nos dois dias são: hortifruti, com uma variedade bastante grande e panificios, leite e seus derivados como, por exemplo, queijos e iogurte, fabricados no município. São oferecidos outros produtos, oriundos de outros lugares, que não são processados em Laranjeiras do Sul como: café, cereais, trigo, chia, linhaça, derivados da cana de açúcar, entre outros. Como complemento e oportunidade de negócios ocorre, também, a venda de alimentos como o pastel frito na hora, sonhos e café.

Além dos aspectos já citados sobre os pontos positivos da realização da feira, convém observar que na feira em Laranjeiras do Sul, do ponto de vista dos feirantes, possui muito mais cunho ideológico e filosófico do que propriamente econômico. A maioria dos entrevistados disse participar da feira tendo em vista a possibilidade de colocar à disposição da sociedade produtos diversificados e de melhor qualidade, tendo em vista a não utilização de agrotóxicos e insumos químicos, a um preço que toda a população possa adquirir (não se tratando de um nicho de mercado). Foi citado também, durante as entrevistas, que a feira é, para alguns, o momento em que mais ocorre o convívio e a socialização com pessoas diferentes daquelas que já se conhece na comunidade, trata-se, portanto, de uma grande ferramenta de integração social.

Figura 12- A feira como elemento de convívio e contato social em Laranjeiras do Sul- Pr.



Fonte: Elaborado pela autora, pesquisa de campo Agosto (2015).

Notamos pelo aspecto organizacional, as cadeiras dispostas, a venda do café, dos pastéis e sonhos, que se preza também, além da venda dos produtos, pelo acolhimento e satisfação dos consumidores. Uma entrevistada relatou que frequenta a feira aos sábados para socializar com os agricultores e lá tomar seu café da manhã antes de sair às compras ou fazer demais atividades.

A feira, durante o período da pesquisa de campo, realizava-se na praça central Municipal, sempre em um local aberto e à sombra de uma frondosa árvore. Conforme é possível observar na figura 13:

Figura 13- Local de realização da feira agroecológica aos sábados em Laranjeiras do Sul-Pr.



Fonte: Elaborado pela autora, pesquisa de campo. Agosto (2015).

Registramos, na figura 14, o espaço no qual é realizada a feira às quintas, que é ao lado de um ginásio de esportes. Na mesma praça que é realizada aos sábados. Observe:

Figura 14 - Local de realização da feira nas quintas-feiras em Laranjeiras do Sul-Pr



Fonte: Elaborado pela autora, pesquisa de campo Agosto (2015).

Quanto aos consumidores que frequentam a feira, observamos, nas entrevistas, que a opção de escolha é na maioria pela qualidade dos produtos, seguida do preço, que todos consideraram compatíveis com outros produtos. Segundo uma entrevistada que esteve em uma feira agroecológica em Curitiba, os preços e a qualidade em Laranjeiras do Sul são muito bons. Ela exemplificou:

Eu fui uma vez em uma feira dessas em Curitiba, estava lá passeando na minha filha e fui com ela, só tinha madame comprando, carrão e “camionetão”, não tinha povo como a gente comprando, era uma elite, dava de ver pelo estilo que era para rico só. Se a gente fosse lá com dez reais arriscava sair com um pé de alface, aqui não, eu realmente “faço a feira”, com pouco dinheiro compro de tudo, com variedade, e preço acessível, sem nada de veneno além de conversar com os amigos. (ENTREVISTA 02, CONSUMIDORA DA FEIRA AGROECOLÓGICA, OUTUBRO, 2015)

Essa citação retrata a expectativa cumprida pela feira diante das exigências dos clientes. E apesar dos entrevistados feirantes não citarem elementos ideológicos da realização da feira, percebemos nas entrevistas que ela representa a satisfação e o reconhecimento da melhor qualidade esperada nos produtos, principalmente, pela não adição de agrotóxicos.

Uma consumidora ressaltou a participação em movimentos sociais e, portanto, elencou os aspectos relacionados às questões ideológicas e de cunho social, ela falou que *“a feira não vai deixar ninguém rico vendendo verdura, mas o que representa para esse povo que tá aqui é muito mais que o dinheiro, conheço eles e sei que fazem pela sociedade, para todo mundo ter acesso a um bom alimento.”* (ENTREVISTA 01, CONSUMIDORA DA FEIRA, OUTUBRO DE 2015)

Segundo o gestor da cooperativa que operacionaliza a venda de produtos agroecológicos, a decisão do que vender, para que vender e para quem é feita na coletividade dos participantes. Sobre os clientes da feira citou que para alguns a questão da produção agroecológica ainda não está aparente, o diferencial do produto não está claro na mente das pessoas, conforme citou o gestor *“algumas pessoas só compram lá porque tão passando, porque é mais barato, mais fresco, mas o que a gente queria é que todos soubessem a grande diferença do que está sendo oferecido ali.”* (ENTREVISTA 1, AGRICULTOR E GESTOR DE COOPERATIVA, 2015)

Em tempos de verão e dias sem chuva o ambiente da feira é favorável, porém no inverno e nos dias chuvosos se torna um ponto negativo ser um espaço ao ar livre. Esse empecilho será minimizado após a construção da futura instalação da feira, que segundo projeto da prefeitura municipal, será coberto e terá água encanada, num espaço composto por quiosques fechados

em estilo colonial. A construção dessa estrutura para receber a feira, poderá, se concretizada, ser uma importante ferramenta de marketing. O local passará a apresentar um diferencial e isso pode atrair novos clientes, devido a melhor infraestrutura. Visualmente também contribuirá com a cidade, que ganhará um espaço agradável de trocas culturais. Observe na figura 15:

Figura 15- Novas instalações da Feira em Laranjeiras do Sul- Pr.

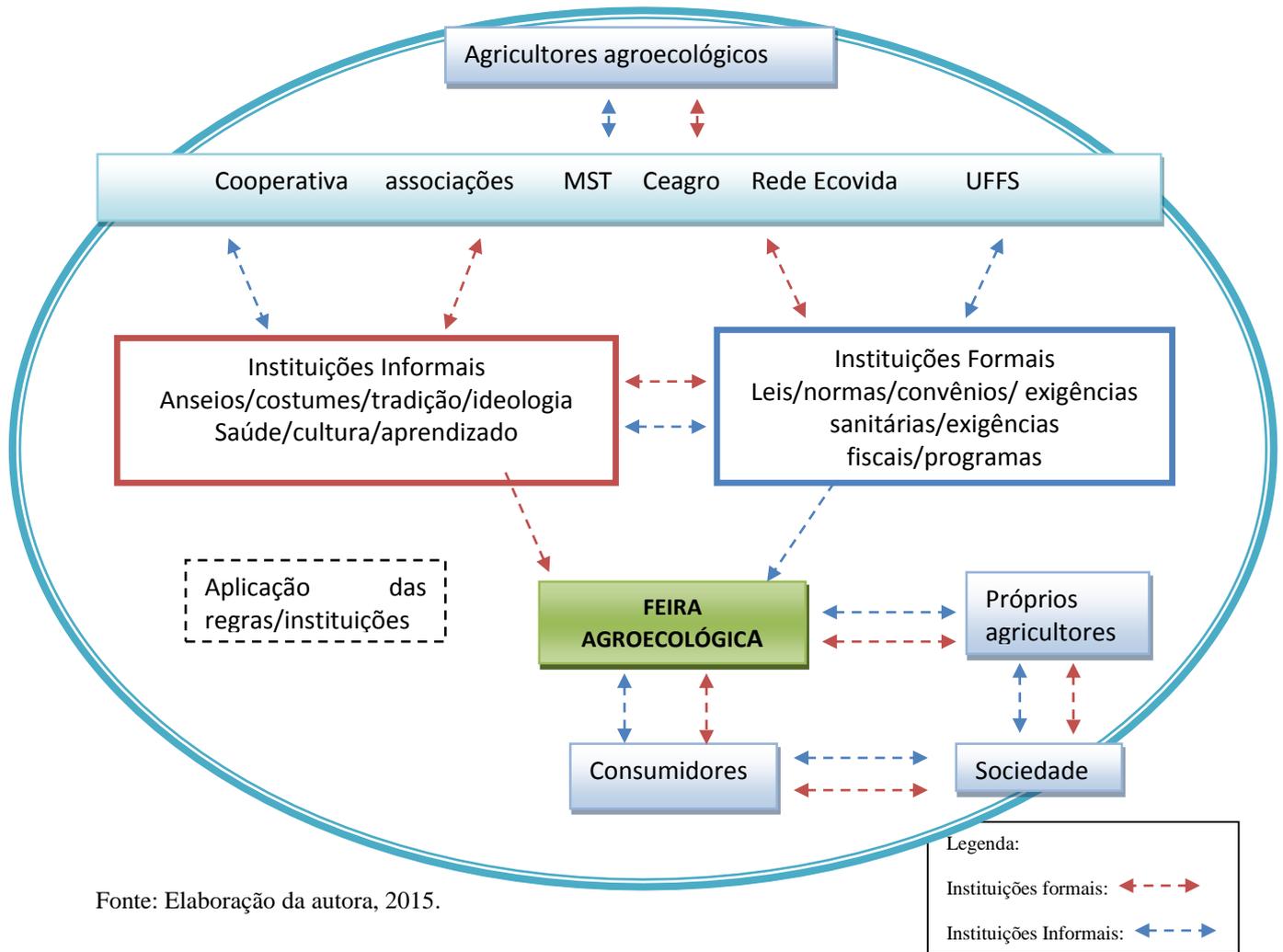


Fonte: Elaborado pela autora, pesquisa de campo. Outubro (2015)

No mês de outubro, quando terminaram as entrevistas com os feirantes, a imagem da figura 15 representava em que ponto as obras estavam e a previsão de término era para mais alguns dias. Ressaltamos que no local também ocorreriam, em outros dias da semana, feiras de outras modalidades, como produtos não agroecológicos, artesanato, entre outros.

Pelo embasamento teórico e de informações observadas com a pesquisa a campo, é proposto o esquema explicativo da dinâmica institucional da feira conforme a figura 16:

Figura 16: Esquema explicativo institucional da feira agroecológica em Laranjeiras do Sul-Pr



Fonte: Elaboração da autora, 2015.

A figura 16 representa de forma sistemática o emaranhado institucional no qual as feiras se constituem, sendo que ao topo estão os agricultores que produzem agroecologicamente e abaixo as organizações ou entidades que fazem parte e que foram citadas durante as entrevistas. Essas, por sua vez, direcionam a aplicação de instituições formais e outras as formais. Tudo isso culmina na feira. As setas vermelhas representam as instituições informais e as azuis as formais que são moldadas, criadas e evoluem com a interação entre todos os participantes do processo de comercialização. Como se trata de uma visão cíclica, fica demonstrado que a dinâmica não é finita. Gradativamente, as instituições vão evoluindo e dinamizando outros processos, que iniciado com os agricultores se direcionam para a sociedade em geral; que em alguns casos mesmo sem perceber acabar participando do processo de formação e crescimento institucional desse mercado.

4.2 O MERCADO INSTITUCIONAL PNAE: ELEMENTOS TEÓRICOS

Na última década, ocorreram muitas mudanças e transformações no âmbito nacional e não menos para os agricultores familiares. Impulsionados a partir do governo de Luis Inácio Lula da Silva, os agricultores familiares passaram a participar com mais efetividade de programas e ações governamentais, através de estruturação e reestruturação de mecanismos que fomentassem a comercialização para essa categoria, como por exemplo, o PNAE, (GRISA; SCHIMITT, 2013). O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem suas origens a mais de 50 anos na Campanha de Merenda Escolar em 1955, porém é somente no ano de 1979 que passa a se chamar PNAE, por isso se diz que se encaixa no contexto de reestruturação.

Trata-se de um programa público no qual inicialmente o Governo Federal usava seus recursos para compra de alimentos de fornecedores grandes e especializados. A partir de 1994, com a descentralização dos recursos do programa para o município, pela Lei 8.913 de 12/07/1994, alguns direcionamentos foram tomados a fim de fomentar e proporcionar a compra dos alimentos de fornecedores locais. (TRICHES, 2010)

Em 2009, a sanção da Lei 11.947/09 promoveu legalmente a ampliação do Programa para toda a educação básica, que incluiria inclusive a Educação de Jovens e Adultos e alunos do Programa Mais Educação (BRASIL, 2014). Esse é um dos motivos pelo qual foi ampliado o mercado para a agricultura familiar, tendo em vista o aumento da demanda por alimentação escolar. Assim, além de promover um grande avanço nas instituições informais através de uma formal, o PNAE estabeleceu um “elo institucional entre a alimentação oferecida nas escolas públicas e a agricultura familiar local ou regional, mediada pela valorização da diversidade de hábitos alimentares.” (MALUF, 2009, p.1) Tal mudança legal foi impulsionada e teve grande apoio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), particularmente a criação de um Grupo de Trabalho de Alimentação Escolar, que se compôs por representantes do Conselho e do FNDE, visando a discussão da evolução da política institucional. (GRISA; SCHIMITT, 2013)

Essa mesma lei trouxe um grande avanço para a agricultura familiar, a garantia que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) fossem destinados para a compra de produtos dessa categoria. Dessa forma, promove-se um novo rumo de venda da produção agrícola e um novo modo de incentivar maior integração dos agricultores familiares ao mercado (BRASIL, 2014). Esse percentual mínimo promoveu mais integração e valorização do produto local, ligando e reconectando a produção aos consumidores, que passam a valorizam as instituições informais. Ou seja, com a aplicação

uma instituição formal são valorizados os aspectos locais como hábitos, costumes, tradições que fazem parte de cada localidade e que não é diferente em Laranjeiras do Sul. Em entrevista com a nutricionista responsável pelo PNAE, ela citou que existem aspectos legais do Programa que exigem que sejam valorizados os aspectos locais. Segundo a entrevistada:

[...] eu não posso servir vatapá aqui em Laranjeiras do Sul, por exemplo, tenho que valorizar o que é daqui, é uma exigência Legal, o problema é que em alguns casos não está acontecendo o resgate, mas criando-se valor, tem crianças que a gente pede: você já viu um pé de alface? Elas respondem: sim no mercado...tudo é no mercado. Outro exemplo disso é por exemplo em uma escola rural que a gente fez batata caramelizada e a mãe da criança ligou para saber se era verdade que o filho tinha comido isso...pois a criança queria saber que batata que era, e isso na escola do interior, imagina nas da cidade, na verdade o que era para resgatar para as crianças está sendo apresentado em alguns casos[...] (ENTREVISTA 01, NUTRICIONISTA PNAE, JUNHO, 2015)

Pensando nos elementos citados anteriormente podemos chamá-los de instituições, as Legais que são as exigências do PNAE, ou os anseios dos beneficiários e os fornecedores do Programa. Vamos entender então um contexto histórico do local objeto de estudo no próximo tópico.

4.2.1 Aspectos históricos

No município de Laranjeiras do Sul, bem como outros, o PNAE passou a influenciar diretamente a merenda oferecida aos alunos, pois não só são valorizados os agricultores e os produtos locais, mas o fato de colocar à disposição dos alunos alimentos mais frescos que só pode ser proporcionado pela oferta local. Ou seja, ocorreu uma diminuição do uso de alimentos enlatados e industrializados como anteriormente era observado. Com isso, os costumes são reincorporados aos hábitos das crianças. A alimentação que anteriormente era ofertada não respeitava os valores e tradições locais, como por exemplo, as “latas de almôndega” que apareciam na merenda, desde uma escola de Curitiba até o menor município do Estado. Desse modo, se olharmos com frieza, os alimentos industrializados que são enviados para as escolas não fazem parte do cardápio costumeiro da maioria das famílias e são ainda produtos de menor qualidade. No entanto, mais relevante ainda é saber que os alimentos enlatados não são tão saudáveis, nutritivos e saborosos quanto os alimentos frescos da agricultura local. Os enlatados, por exemplo, além de serem alimentos com alto teor de conservantes (utilizados para aumentar a durabilidade da comida) têm um valor nutricional menor, principalmente, por se tratarem de alimentos pré-prontos, que apresentam, em geral, níveis elevados de sódios. Tudo isso contribui

com a avaliação negativa desse produto, se comparado ao produto fresco da agricultura ecológica.

Segundo entrevista com a profissional responsável pelo Programa no município, na secretaria de Educação, o primeiro registro data do ano de 1996, ano que foi formalizado o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) que é uma exigência formal para que exista o repasse do Governo Federal, porém ela não possuía dados sobre os valores totais da época.

Com relação à dados e números oficiais do PNAE, tendo por base os recursos repassados pelo FNDE, observe o quadro 10:

Quadro 10- Valores repassados ao município de Laranjeiras do Sul entre 2011-2014 no PNAE.

	Entidade	2011	2012	2013	2014
MODALIDADE					
PNACN	Creche		58.800,00	91.200,00	101.600,00
PNAEN	EJA		1.860,00	6.420,00	7.080,00
PNAFN	Ens. Fundamental		142.260,00	151.620,00	246.080,00
PNAPN	Pré Escola		53.592,00	71.000,00	86.000,00
PN+FN	Mais Educação		35.880,00	64.584,00	240,00
PNAEE	Atend. Educ. Especializado			2.800,00	14.200,00
TOTAL GERAL		274.620,00	292.392,00	387.624,00	455.200,00
ADQUIRIDO DA A. F.		82.935,81	72.344,60	138.395,95	114.660,53
%		30,20	24,74	35,70	25,18

Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de FNDE, 2015.

O que se percebe pelo quadro 10, é que nos últimos anos houve um incremento significativo no valor dos repasses, exceto na modalidade do PN+FN, que é referente aos alunos que cursavam o Mais Educação. Porém no geral houve um aumento nos valores repassados, mas que apenas dentre os quatro anos analisados, em dois cumpriu-se a exigência Legal de no mínimo 30% do valor ser de compras dos agricultores familiares. O que demonstra um gargalo institucional, que pode ser explicado conforme constatado nas entrevistas com os agricultores. O fato de ser um programa que não podem acessar diretamente, pela burocracia envolvida, ou pelo viés de entrevistas com a entidade gestora, de não haver mobilização pela maioria dos agricultores familiares.

4.2.2 Caracterização atual

Os recursos são repassados pelo Governo Federal aos municípios. No município de Laranjeiras do Sul quem faz a execução é a secretaria de Educação tendo em vista os beneficiários que são as escolas. Apesar de outras entidades beneficiárias poderem ser cadastradas, desde que exista esse cadastramento diretamente com Brasília, nesse caso de Laranjeiras do Sul, segundo a nutricionista responsável pelo Programa: “ *temos a APAE, e a Escola Santana Vicentina, que fizeram esse cadastro e são as duas entidades beneficiárias que fizeram o cadastro para 2015*” (ENTREVISTA 01, NUTRICIONISTA PNAE, JUNHO, 2015). Por meio das informações obtidas junto as profissionais nutricionistas, responsáveis das duas instituições, foi consenso que a qualidade dos produtos oferecidos e repassados pelo programa é boa, porém a quantidade é pequena quando comparado com o que gostariam de oferecer através desse programa.

A articulação entre as entidades se dá por meio de gestão centralizada, pois a prefeitura recebe o recurso, faz o edital e o repasse posteriormente para os beneficiários. Ou seja, o dinheiro não é repassado para as escolas, ele fica com o município fazendo a gestão do recurso e às escolas cabe o recebimento da alimentação, mediante cardápio previamente pensado e de acordo com as características locais de Laranjeiras do Sul.

Uma informação bastante interessante coletada na entrevista é a valoração per capita repassada aos alunos. Conforme a citação abaixo, a entrevista fala sobre as mudanças ocorridas até o contexto atual. Vejamos:

Mudou muita coisa, com as Leis de 2009 e 2013, primeiro foi em 2009 primeiro com os repasses foi um reajuste bem grande, quando eu entrei na merenda em 2005, era R\$ 0,13 per capita na pré escola, hoje a gente já está com R\$ 1,00 per capita, porque o governo passou a mudar a política, pois não era mais uma política pra resolver a fome, que começou com o Fome Zero né, nesse contexto década de 60 o Brasil brigava para combater a fome, independia se isso tinha valor nutricional, assistência técnica, se era um alimento seguro, era pra dar de comer para essas crianças, depois já começou a trabalhar com a questão da mudança, da transição nutricional, já se começa a caminhar para uma situação de sobrepeso, trabalhamos hoje com a obesidade. Isso tudo influenciado pela mudança da Lei que em 2009 passa a pensar na aquisição de alimentos da agricultura familiar pensando na nova temática que surge dos alimentos seguros[...]. (ENTREVISTA 01, NUTRICIONISTA PNAE, JUNHO, 2015)

Atualmente, percebemos essa nova preocupação citada na entrevista 01 em relação à a origem dos alimentos. A preocupação de atender a legislação federal para alimentos na merenda, os percentuais de cada componente quer seja proteína, carboidrato ou outro. Houve ainda o incentivo para esse viés de alimentos seguros com as instituições formais com o

incremento de 30% no preço para alimentos agroecológicos. Em Laranjeiras do Sul, nesse ano de 2015, não está sendo adquirido hortaliças por problemas de logística e produção. Segundo a nutricionista existe a demanda que são um total de 22 (vinte e duas) escolas, mas que os agricultores não conseguem entregar a produção necessária. Hoje apenas os agricultores agroecológicos participam do Pnae através da Cooperativa ao qual são associados, mas que apesar de colocarem produtos junto ao mercado esses não recebem os 30% a mais na precificação. Citou ainda que o Programa adquire atualmente panificios da cooperativa, mas que esses são comprados como convencionais.

No mês de junho ao qual se realizou a entrevista o município estava com o percentual mínimo de compra da agricultura familiar cumprido, na ocasião estava com 43% (quarenta e três por cento) do recurso voltado para compras dos agricultores familiares. Atualmente existe a falta de mobilização dos agricultores no geral para participar do PNAE. Segundo a entrevistada citou, não existe interesse para participação, pois a maioria dos agricultores alega que o Programa não é uma forma de comercialização que traga retornos financeiros relevantes e por isso a falta de interesse. Diferentemente do caso dos agricultores filiados à cooperativa que colocam sua produção mesmo sendo agroecológica como convencionais para por questões de ideologia no programa, mesmo não recebendo os 30% a mais tendo em vista seus produtos serem de qualidade superior por ser agroecológicos, o que foi corroborado pelo depoimento da entrevistada. Isso é cultural da cooperativa citada. (ENTREVISTA 01, NUTRICIONISTA PNAE, JUNHO, 2015). Citou ainda que na secretaria de educação são ministradas palestras, realizados projetos de hortas agroecológicas, porém pela falta de produção para atender a demanda as compras tem que ser realizadas nos mercados convencionais. Ou seja, existe uma incoerência entre o que é falado e efetivamente o que é feito, apesar de falar que o preço do mercado tradicional é bem superior que o que poderia ser comprado dos produtores agroecológicos.

Por parte da secretaria de educação foram realizadas palestras, ciclos de reuniões e conversas para incentivar os agricultores a participarem, porém sem sucesso em ampliar a quantidade de participantes. Desde 2009 é quase todo voltado para os participantes filiados à cooperativa já citada anteriormente, pois segundo informações obtidas na secretaria de educação alguns agricultores querem vender individualmente e não se filiar a uma associação, por exemplo, por questões informais específicas de cada agricultor.

Já por parte dos agricultores agroecológicos existe uma dificuldade de logística e de produção para disponibilizar sua produção no PNAE, pois para atender todas as escolas são necessárias muitas quantidades de um determinado alimentos, por exemplo, cerca de 200

(duzentos) pés de alface por vez, sendo que para isso ser produzido precisa de tempo, tendo em vista a não utilização de insumos químicos. Participam, portanto, com produtos cujo ciclo produtivo tenha menos dependência das variações climáticas como mandioca, batata, abóbora e os panificados, porém sem o incremento dos 30% legalmente instituídos para os produtores agroecológicos. Pela visão da nutricionista, os agricultores não conseguem acessar o PNAE agroecológico por questão de produção, pois existe a vontade e o interesse pela ideologia do grupo. E questionados os agricultores sobre isso, a maioria concordou que não existe a produção necessária e também percebemos que alguns citaram a feira como prioridade, pois não exige um planejamento produtivo e não existe demanda programada para esse canal.

Percebe-se, portanto que a dificuldade não é somente legal, mas que as restrições estão também presentes no ciclo produtivo e na dificuldade de produção para cumprir a demanda municipal.

Quanto aos beneficiários, foi entrevistada a direção de uma creche e de uma escola municipal e também merendeiras que fazem a alimentação dos alunos e recebem os alimentos vindos dos agricultores e dos supermercados repassados pelo PNAE. As duas diretoras elogiaram muito o programa e o trataram como uma conquista Legal para a população no geral. Diretamente influenciados pelos alunos, ressaltaram a importância do alimento de qualidade para as crianças e quanto às expectativas, apesar da desconfiança com o futuro do programa, pois tendo em vista a opinião da diretora da escola municipal *“[...] eu acredito e confio que vai melhorar, que vai avançar, mas as crises deixam dúvidas, a gente não sabe os governos municipais que vão assumir a partir do próximo mandato como vão se portar frente ao Programa.”* (ENTREVISTA 03, DIRETORA DE ESCOLA MUNICIPAL, OUTUBRO, 2015)

A diretora da creche ressaltou que os alimentos recebidos são de muito boa qualidade, apesar dela não saber identificar quais poderiam ser agroecológicos ou convencionais. Um ponto de grande importância foi encontrado nas entrevistas com as merendeiras da creche e de outra escola municipal, que ressaltaram a qualidade dos produtos recebidos dos agricultores familiares como superior aos recebidos dos supermercados. Quando perguntadas se saberiam dizer quanto desses alimentos eram agroecológicos, disseram não saber, mas que a escola municipal recebia produtos da cooperativa que operacionaliza a feira e que fazia a gestão do PNAE. Os produtos recebidos eram mandioca e cenoura. Já na creche somente o pão não seria agroecológico. Vale ressaltar, portanto, que os produtos que os agricultores agroecológicos entregam no Pnae são colocados junto ao Programa como convencionais e não existe o entendimento da direção e das merendeiras sobre o que seria agroecológico ou convencional. Essa informação fica apenas com os gestores do programa, ou seja, a secretaria de educação e

o início da linha os agricultores sabem e tem consciência de estar entregando produtos agroecológicos.

Em todas as entidades municipais receptoras não existe poder de decisão sobre o que comprar ou sobre preços, pois essa gestão não é a parte final do processo, mas a inicial que vem da secretaria de educação enquanto gestora e na figura da nutricionista responsável.

A diretora da creche quando questionada sobre o que poderia melhorar, citou uma informação e percepção muito interessante, “[...] eu acredito que para melhorar ainda mais do que já temos seria a inclusão de alimentos orgânicos, substituir tudo por esses”. (ENTREVISTA 02, DIRETORA CRECHE MUNICIPAL, OUTUBRO, 2015) Essa pontuação demonstrou a preocupação da diretora e a influência cada vez maior do debate dos orgânicos e agroecológicos, influenciados nas palavras da diretora pela saúde e também pela UFFS. Citou ainda que existe uma parceria com a Universidade para a elaboração de uma horta na creche, que será produzida de modo agroecológico.

As merendeiras da creche citaram que os produtos vindos da cooperativa são aparentemente mais frescos que os dos supermercados. Quando questionada a merendeira da escola municipal sobre o contexto histórico, a participação e a inserção dos produtos agroecológicos, ela citou:

Daqui do oito de Junho, sempre vinha muita verdura boa, bem melhor que a dos mercados, vinha muita coisa, agora não vem mais, na nossa escola só ta vindo os pão e cuca, não sei por que quase tudo vem do mercado, acho que é por causa das licitação. (ENTREVISTA 04, MERENDEIRA CRECHE MUNICIPAL, OUTUBRO, 2015)

Segundo a merendeira da creche pesquisada, é muito importante que as verduras como cenouras, batatas, mandiocas e outros legumes viessem através da cooperativa, pois seriam produtos que, apesar de entrarem no Programa como convencionais, são produzidos agroecologicamente, e isso seria muito importante; pois são alimentos para confecção das “papinhas” dos bebês dos berçários. Já a merendeira de uma escola municipal citou os avanços do Programa, por outras searas, como segue:

[...] faz vinte e um anos que sou merendeira, e muita coisa mudou, antes a gente fazia “calo” nas mão de descascar mandioca, vinha tudo sujo num saco, hoje vem tudo limpinha e picada, as carne vem picadinha e separada por porção, ta muito bom agora. (ENTREVISTA 05, MERENDEIRA ESCOLA MUNICIPAL, OUTUBRO, 2015)

São muitas as contribuições do PNAE para o município. Em nenhuma das entrevistas foram encontradas pontuações de cunho negativo, apenas elogios e anseios para que as instituições formais passem a ampliar o seu acesso. Motivações para que a população, os agricultores e entidades passem a incorporar os elementos intrínsecos que o Programa oferece e que são colocados de maneira direta aos cidadãos, porém percebidos em poucas ocasiões como grandes fomentadores do desenvolvimento local.

Vale ressaltar ainda que enquanto o mercado dos produtos agroecológicos não cumpre o seu papel - pois os produtores colocam a produção agroecológica como convencionais quanto ao preço, ou seja, sem o acréscimo de trinta por cento – a consequência é que para muitos consumidores a especificidade do produto (sem agrotóxicos) e sua qualidade nutricional superior passa despercebido. Ou seja, eles não são diferenciados dos produtos convencionais disponibilizados pelo supermercado, que muitas vezes percorrem grandes distâncias, diferentemente dos produzidos localmente.

4.3 O PAA: DA TEORIA À PRÁTICA

O Programa de Aquisição de Alimentos conhecido como PAA possui suas origens em um momento mais recente comparado ao PNAE. Surge em 2003, no âmbito do Programa Fome Zero, no artigo 19 da Lei 10.696/2003, que cita a finalidade de incentivar a agricultura familiar através de ações vinculadas à distribuição de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar, bem como à formação de estoques estratégicos. No ano de 2011 a Lei 10.696/03 foi alterada pela 12.512/2011 (BRASIL, LEI 10.9696/2003; LEI 12.512). Portanto, pode-se avaliar que o PAA visa não só a ampliação do acesso à alimentação, mas e incentivar a agricultura familiar com uma nova possibilidade de agregar renda e contribuir para reprodução social das famílias com esse novo mercado.

A instituição formal que criou o PAA busca em sua essência a amenização de barreiras, para que o agricultor familiar possa colocar seus produtos ao mercado e melhorar a situação de pessoas em insegurança alimentar, utilizando de artifícios como a dispensa de licitação e favorecendo assim a dois públicos: os agricultores familiares representados pela Lei 11.326/2006 que são os fornecedores e que, portanto, passam a atuar nesse novo mercado agregando renda. E os consumidores representados pelos cidadãos em insegurança alimentar, que passam a consumir alimentos produzidos localmente com tradições e costumes locais. O que proporciona a revalorização da cultura local, são, portanto. instituições formais

beneficiando e ampliando a revalorização das instituições informais. (BRASIL, CARTILHA PAA, 2012).

A impulsão nas instituições informais, na revalorização local e na ampliação da produção agroecológica, pode ser entendida e visualizada na citação:

Além disso, o Programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e também redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o associativismo. (BRASIL, CARTILHA PAA, 2012, p. 3)

O PAA em sua análise pode ser entendido como um programa muito completo com relação à teoria. Não se questiona a sua aplicação prática, porém seu ideal filosófico, sua motivação social possui muitos elementos que podem ser considerados como formadores de uma sociedade mais justa, por exemplo: quando ocorre a redistribuição por parte e interesse do Estado de alimentos, quando ocorre o incentivo à produção diversificada e a agroecologia. Ainda citamos que aspectos legais do Programa permitem e regulam um adicional de 30% (trinta por cento) aos preços fixados para os produtos agroecológicos, que corrobora tal incentivo frente aos produtos convencionais.

A formalidade do PAA é definida por um Grupo Gestor (GGPAA) de cunho deliberativo formado pelos ministérios: do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura Pecuária e Abastecimento; o Planejamento, Orçamento e Gestão; da Fazenda e da Educação. Esses ministérios juntos têm a atribuição de orientação e acompanhamento da execução do PAA, que através de Resoluções definem: o funcionamento das modalidades, o método de definição de preços, condições de doação e formação de estoques, entre outras medidas. A operacionalização do PAA ocorre por estados, pelo Distrito Federal, municípios e pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Pecuária e Abastecimento (MAPA). Nos períodos anteriores à 2012 tal vínculo era com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDS). (BRASIL, CARTILHA PAA, 2012).

O Programa existe sob algumas modalidades, visando o melhor funcionamento e criando linhas de ação para que seja mais eficiente e eficaz em relação aos resultados esperados. As modalidades atuais do PAA são as explicitadas no quadro 11:

Quadro 11- Modalidades do PAA

Modalidade	Forma de acesso	Limite	Origem do Recurso	Ação
Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea	Individual	R\$ 4,5 mil	MDS	Responsável pela doação de produtos adquiridos da agricultura familiar a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 4,8 mil		
Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Disponibiliza recursos para que organizações da agricultura familiar formem estoques de produtos para posterior comercialização.
Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Voltada à aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender a demandas de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar.
Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 4 mil por semestre	MDS	Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional. Atende os estados do Nordeste.
Compra Institucional	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	-	compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

Fonte: MDA, 2015.

Na modalidade de compra com doação simultânea a finalidade é o atendimento das demandas locais de suplementação alimentar, visando o Direito Humano à Alimentação adequada. Assim, o objetivo foi incentivar que a produção local atenda às demandas alimentares da rede socioassistencial, entidades públicas de alimentação e nutrição (restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos), e em alguns casos da rede filantrópica e pública de ensino. Já na compra direta a finalidade é a sustentação de preços de determinados produtos específicos pelo GGPA e a constituição de estoques públicos desses produtos para o acesso à alimentação. Com relação à formação de estoques, o objetivo é apoiar financeiramente a formação de estoques de alimentos, visando agregar valor à produção e sustentar os preços.

Esses alimentos depois são comercializados pela organização de agricultores ou destinados aos estoques públicos. No PAA Leite, a finalidade é a distribuição de leite para pessoas em situação de insegurança alimentar e incentivar a produção leiteira em determinadas regiões do Brasil. (CARTILHA PAA, 2015)

4.3.1 Aspectos históricos

O contexto histórico do PAA é mais recente, pois, segundo registros, iniciou legalmente no ano de 2003. Por isso, os primeiros registros de participação são superiores nesse ano.

Nas entrevistas e no site oficial da cooperativa agroecológica, que operacionaliza e difunde o programa no município, a informação é que a venda pelo PAA iniciou no ano de 2005 com a comercialização de produtos panificados. Isso ocorreu através de um grupo de mulheres que trabalhava na cozinha comunitária da sede de um assentamento de reforma agrária. Conforme consta no site oficial da cooperativa:

No ano de 2005 o grupo recebeu equipamentos para uma cozinha comunitária da Secretaria Estadual de Trabalho. A produção começou com três mulheres, que além de produzir para o consumo da comunidade, começaram a entregar os produtos para as escolas municipais, e assim através da Associação Comunitária do Assentamento acessaram pela primeira vez o Programa Aquisição de Alimentos – PAA. (COOPERJUNHO, HISTÓRICO SITE OFICIAL, 2015)

A partir de então, as ações foram evoluindo e passaram juntamente com outras formas de comercialização a fazer parte da rotina dos agricultores, porém a produção agroecológica é comercializada de forma convencional, com poucos produtos colocados junto ao programa como tal. Conforme pode ser percebido no quadro 12 que demonstra alguns valores encontrados junto ao site da CONAB, entidade diretamente relacionada ao desenvolvimento do programa.

Quadro 12- Repasses do PAA ao Município de Laranjeiras do Sul entre os anos 2010-2015.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
CPR ESTOQUE MDS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CPR ESTOQUE MDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CPR DOAÇÃO MDS	271.281,95	467.368,00	514.266,04	0,00	0,00	0,00
CPR DOAÇÃO MDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COMERCIALIZADO VIA COOPERATIVA COM VIÉS AGROECOLÓGICO	71.214,00	102.889,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaboração da autora, adaptado de CONAB (2015).

Os valores constantes no quadro 12 e disponíveis no site da CONAB demonstram que entre os anos de 2010 a 2012 houve um incremento anual considerável em valores monetários. Porém, nos anos posteriores, em nenhuma das modalidades descritas houve valores repassados para o Município. Isso se torna, portanto, uma problemática que merece análise e que deve buscar o entendimento de quais instituições que dificultaram esse repasse. Assim, formulamos a seguinte indagação: Quais foram as dificuldades para que os agricultores conseguissem acessar tal mercado? Assim, além de entraves formais, podemos encontrar outras possíveis explicações para a questão. Desse modo, recuperamos o trabalho de Costa Junior; Plein (2015) que ao observar dados na cidade de Francisco Beltrão – Paraná, refletiu sobre o PAA. Apesar de reconhecermos as particularidades de cada região, ainda assim podemos estabelecer paralelos importantes, principalmente por se tratar de regiões do mesmo estado. Segundo, Costa Junior; Plein (2015):

[...] há uma grande crise envolvendo o PAA no estado, com fiscalizações por parte do Tribunal de Contas da União (TCU) e, inclusive, abertura de investigação criminal por parte da Polícia Federal chamada “Operação Agrofantasma”, iniciada em 2012 e deflagrada em setembro de 2013 em 15 (quinze) municípios do estado, culminando na prisão preventiva de gestores da CONAB no Paraná e agricultores familiares. (COSTA JUNIOR; PLEIN, 2015, p. 14-15)

E para maior estranheza, ao analisar esses valores, descobrimos que ínfima parte são de venda de produtos agroecológicos. Pela pesquisa de dados secundários, descobrimos que para os anos de 2010 e 2011 foram duas cooperativas que operacionalizaram o PAA Doação, mas apenas uma com viés agroecológico, sendo para essa o valor de R\$ 71.214,00 (setenta e um mil

duzentos e quatorze reais), e para o ano de 2011 o valor de 102.889,00 (cento e dois mil oitocentos e oitenta e nove reais). E como o interesse dessa pesquisa é voltado para a produção agroecológica, o objetivo foi de identificar desses valores quanto representava ou quais produtos eram comercializados como agroecológicos. Assim, chegamos à conclusão que apenas no ano de 2011 é que foram vendidas hortaliças, conforme informações detalhadas no quadro 13:

Quadro 13-Produtos agroecológicos vendidos em 2011 na cidade de Laranjeiras do Sul

Produto	Quantidade em Kg
ABOBRINHA	1.000
ALFACECRESPA	450
ALFACEORGÂNICO(A)	840
AMENDOIM	400
BATATA>DOCE	1.000
BETERRABA	900
BISCOITO>CASEIRO	3.120
BRÓCOLIS	450
CENOURA>ORGÂNICO(A)	800
CENOURA VERMELHA	800
CHEIRO VERDE	180
CHUCHU	2.500
COUVE MANTEIGA	660
DOCE DE FRUTA	2.410
MACARRÃO CASEIRO	3.020
MELANCIA	1.200
MILHO DE PIPOCA	250
MILHO VERDE	510
PÃO CASEIRO, SOVADO	3.500
RAIZ DE MANDIOCA COM CASCA	1.250
REPOLHO ORGÂNICO(A)	800
REPOLHO VERDE	2.900

Fonte: Elaboração da autora, 2015. Adaptado de CONAB, 2015.

Considera-se, portanto, que existem instituições que estão dificultando a entrada de produtos agroecológicos ao PAA, ou que esses são comercializados como produtos convencionais. Portanto, os valores apresentados no quadro 13 foram comercializados pela cooperativa com cunho agroecológico, o que pode gerar desmotivação por parte dos agricultores produtores, pois apenas 800 kg de repolho, 800 kg de cenoura e 840 kg de alface são contextualizadas como *orgânicas*.

Outro fator de considerável importância, para avaliar a colocação no PAA de produtos agroecológicos como convencionais, é o fato de perder a identidade pregada pelos agroecologistas, pois o contexto ideológico, social e a confiança no produto passam despercebidos aos olhares da sociedade, conforme afirma Niederle; Almeida (2013, p. 49):

“Desse modo, reconhecem-se os mercados institucionais como circuitos de venda direta em que a qualidade do produto é assegurada pela confiança produzida na recorrência das relações entre os agricultores familiares e consumidores beneficiários”.

Em relação à outra cooperativa que operacionalizava o PAA, ressaltamos que os produtos não eram comercializados como agroecológico, pois não possuíam agricultores certificados. Em entrevista e matérias repassados pelo gestor do programa, na referida instituição, encontramos informações que o primeiro projeto foi no ano de 2006, via central de associações e que, posteriormente, devido às implicações Legais foi necessária algumas providências como a emissão de notas. Por isso, a operacionalização do Programa passou a ser através de uma cooperativa que inicialmente tinha como norteador a produção, coleta, transporte e comercialização de leite, mas que poderia gerir a participação em projetos de PAA. Em entrevista, o gestor do Programa dessa cooperativa citou: *“o programa é muito bom, a Lei é excelente, o que falta é apoio e recursos físicos e humanos para operacionalizar e colocar em prática o que a Lei determina”* (ENTREVISTA GESTOR PAA, COOPERATIVA 2 E PRESIDENTE DA CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES, OUTUBRO, 2015), e exemplificou citando que no ano de 2013 cerca de 50% (cinquenta por cento) dos recursos destinados ao programa foram devolvidos ao Tesouro Nacional, demonstrando que realmente existe algum gargalo operacional e não falta de recursos financeiros que não permitem o avanço do Programa.

Um dos elementos que podem ser avaliados foi as denúncias e investigações nas quais o PAA foi submetido em anos anteriores, o que gerou descrença principalmente dos agricultores quanto ao Programa, que foi considerado por alguns entrevistados como extrapolação das questões Legais. Quando perguntado ao referido coordenador sobre as perspectivas e motivações, ele citou que não somente em Laranjeiras, mas nas palavras do gestor PAA da cooperativa 2, em Outubro de 2015: “[...] infelizmente o PAA vai muito devagar, por dois motivos: o primeiro por causa da crise no governo Federal, onde cortes vão ser feitos e pode ser que o programa seja afetado e outro ponto é a questão da operacionalização, que é pouco prática e muito engessada.” Citou ainda que os aspectos formais no Estado do Paraná estão atrapalhando, fazendo referências as normas que são exclusivamente paranaenses e que travam o processo; que inclusive não permitiram a aprovação do último projeto inscrito pela cooperativa, que foi a proibição de serviços de terceiros. Porém havia no projeto, também, entregas de carnes que passariam por frigorífico e que não poderiam ser comercializadas.

Apesar da Cooperativa 2, na qual foi entrevistado o coordenador do PAA, não ter comercializado o produto agroecológico, é interessante apresentar alguns dados obtidos quando pensados em reprodução social e o PAA como mercado para o agricultor familiar bem como

entidades, comunidades e pessoas beneficiadas por projetos desenvolvidos pela mesma. Conforme o quadro 14:

Quadro 14-Entidades, comunidades e beneficiários por projetos de PAA desenvolvidos por uma cooperativa em Laranjeiras do Sul.

	PROJETOS	2006/2007	2007/2008	2009	2014 (não aprovado)
INFORMAÇÕES					
Comunidades envolvidas		6	16	18	35
Agricultores envolvidos		25	71	108	160
Produtos Ofertados		32	64	65	73
Entidades atendidas		4	8	16	27
Pessoas Beneficiadas diretamente		433	2073		5962
Recursos aplicados		32.308,00	138.388,75	248.192,00	1.157.634,90
Período de operacionalização		09/2006 à 03/2007	09/2007 à 07/2008	01/2009 à 11/2009	Início fim de 2014 à 2015

Fonte: entrevista membro da CELAR e coordenador do PAA na Cooperativa 02, Outubro 2015.

Mesmo não vendo nesses dados os produtos agroecológicos como não pensar em quanto esses valores e números representam para os agricultores? E para a comunidade? São valores que gradativamente foram crescendo e demonstrando a potencialidade do Programa, não desconsiderando os percalços encontrados. Barreiras essas institucionais, sejam legais ou informais, que fizeram com que o caminho traçado fosse impedido por entraves. Notamos no projeto datado do ano de 2014 que não fora aprovado por questões já tratadas e descritas pelo coordenador do programa na cooperativa que pleiteava o recurso. Seria, no entanto, um incremento de grande valia para o desenvolvimento local, independente de serem produtos agroecológicos ou não. Quando pensados em mercados para a agricultura familiar, além de serem dados que façam pensar institucionalmente o PAA, com relação à sua formalidade e suas subjetividades, onde estaria o erro?

Tais apontamentos anteriormente citados levam à busca de compreender como está atualmente o PAA em Laranjeiras do Sul, abrangendo em alguns momentos o todo, mas sempre estipulando um link com os produtos agroecológicos repassados aos cidadãos por essa dinâmica de mercado.

4.3.2 Caracterização atual

Atualmente, o PAA em Laranjeiras do Sul representa um anseio para muitos, pois não está sendo operacionalizado como deveria, conforme entrevista junto ao presidente da Central

Laranjeirense de Associações Rurais (CELAR), e coordenador da operacionalização do Programa junto à uma cooperativa: “[...] aqui sempre tem gente me ligando, os receptores, as entidades que recebiam os produtos sempre me ligam pra ver quando vai ter de novo, todo dia vem gente aqui [...]”. (ENTREVISTA PRESIDENTE DA CELAR, OUTUBRO, 2015) E citou ainda:

Só que esse ano a gente deu uma parada. Saiu a conferência a gente participou, aprovamos uma moção contra uma resolução da Conab no Paraná, que essa resolução diz que as entidades que operacionalizam o PAA teriam que ter qualquer produto que fosse semi industrializado ou modificado teria que ter laudo da vigilância sanitária, por exemplo: milho verde, com palha não, sem palha tinha que ter laudo da vigilância de como você descascou como foi, entendeu? Então tinha que ter o local adequado e isso, não to dizendo que não é bom, mas teria um custo que inviabiliza. [...] tratava ainda que toda e qualquer instituição que operacionalizasse e tivesse convênio, por exemplo a nossa cooperativa, não pode contratar serviços de terceiro, daí você veja bem, como é que nós vamos abater animais que tem que ter frigorífico né, [...], seriam só entidades que tivessem um frigorífico próprio, então, e a gente sempre pegou serviços de terceiros para tá dentro das normas. Lembrando que isso foi só no Paraná, foi feito moções contra isso e para saber o porquê[...]. (ENTREVISTA GESTOR PAA, COOPERATIVA 2, OUTUBRO, 2015)

Ressaltando que a referida entidade não operacionalizou PAA agroecológico, porém tendo em vista o estudo das instituições para o programa, é necessário avaliar o desgaste institucional informal aos quais os agricultores foram submetidos, e incluídos nesses os produtores agroecológicos que também sofreram com as situações de desgaste do Programa.

Nas entrevistas realizadas com os produtores na feira, uma agricultora citou que através de uma associação estaria sendo encaminhado um projeto de PAA agroecológico, porém ainda não havia respostas quanto à sua aprovação. Segundo ela, são processos muito burocráticos.

Sobre os preços, foram identificados apontamentos que no início do Programa eram bons, mas que agora baixaram ou inviabilizam em alguns casos a comercialização, como exemplo da batata doce.

O PAA representa para o município de Laranjeiras do Sul, para os agricultores - em especial os agroecológicos - e as entidades receptoras, um anseio. Esse programa é citado por feirantes e gestores de cooperativas e gestores municipais como um excelente programa, porém com pouca aplicação prática do que formalmente está expresso, bem como para as entidades pela sua operacionalização. Ao mesmo tempo em que representa uma incerteza por parte principalmente dos agricultores, tendo em vista as investigações sofridas nos últimos anos, que descredenciou informalmente o programa frente as percepções das organizações relacionadas, tais como: entidades receptoras, de operacionalização, agricultores e a sociedade em geral.

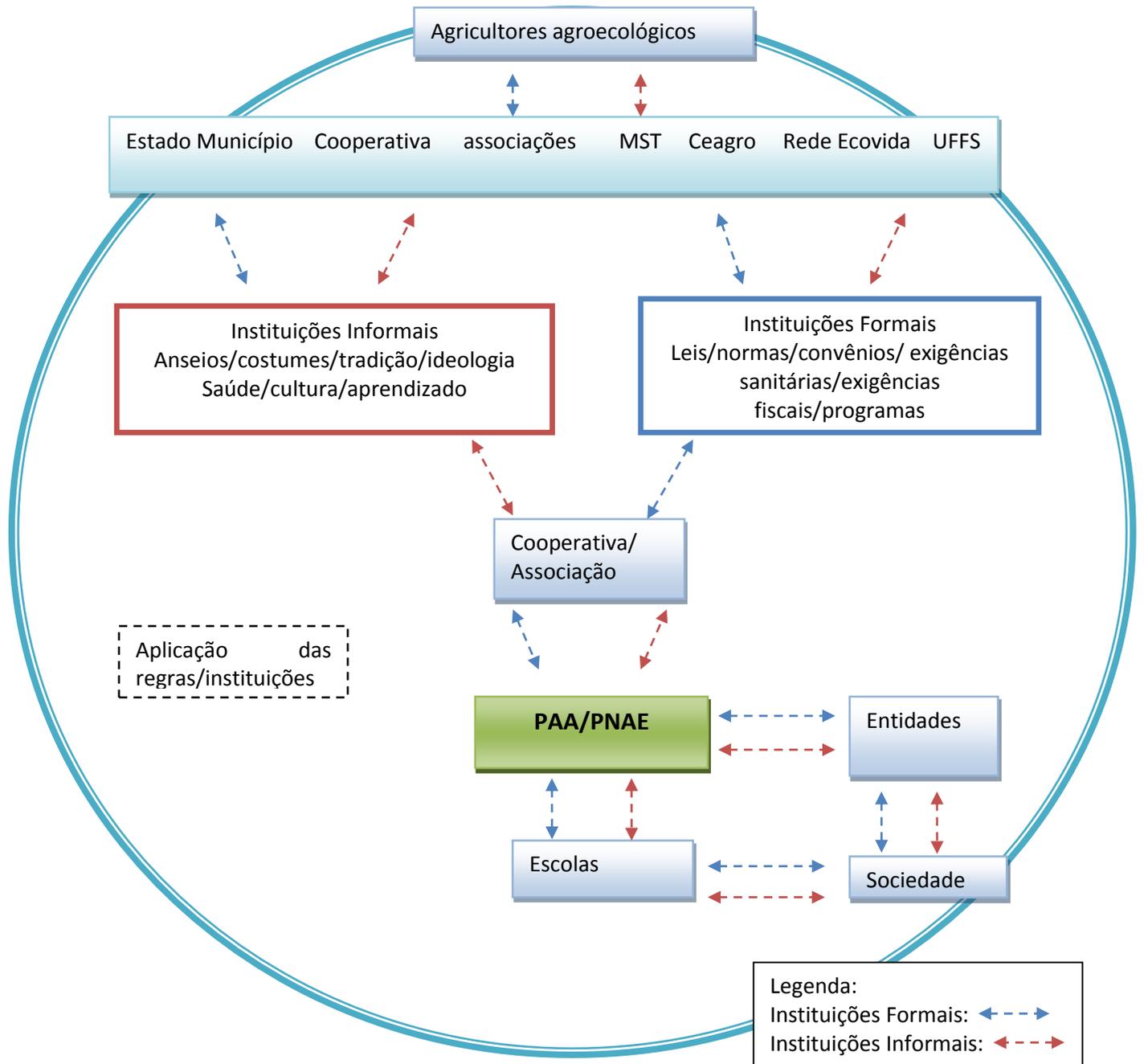
Sobre esse ponto de ruptura que claramente afetou o andamento do Programa, observamos duas citações: a primeira delas de um agricultor ligado à Rede Ecovida, que disse durante entrevista na feira: “ [...] *nós não participamos mais do PAA desde aqueles “rolo” das investigação, o último foi em 2011 terminou em 2012 eu acho.*”(ENTREVISTA 3 AGRICULTOR FEIRANTE, AGOSTO 2015) Já o gestor do PAA, em uma cooperativa que operacionalizava os recursos, porém não agroecológicos; citou que depois de duas investigações não foram encontradas irregularidades, e que além do custo de logística, por parte dos agricultores, teve o caso dessas fiscalizações que afetaram o andamento do programa. Conforme cita:

[...] a partir do momento que deu aquela questão das fiscalizações das denúncias, que eu considero que aquilo não era má intenção do pessoal da CONAB, era boa intenção de fazer funcionar o programa, aí eles extrapolaram em algumas coisas Legais, até porque as questões Legais estavam definidas pra quem trabalha atrás de mesa e achando que era só fazer um estalar de dedos que as coisas aconteciam, foi muito ruim, porque o que aconteceu: a resolução que foi criada pela CONAB esse ano é pra não fazer o programa, pessoal com má vontade enorme, por um lado se eles (os funcionários) tiverem fazendo o PAA o salário deles vai cair da mesma forma[...], porque o que aumento foi o serviço para os funcionários, e não as pessoas para fazer. (ENTREVISTA2 GESTOR PAA, OUTUBRO, 2015)

Podemos sugerir, a partir das entrevistas com os feirantes, gestores de cooperativas e algumas escolas pesquisadas; que o PAA, pelo fato de não estar ocorrendo nos últimos anos, remete ao excesso de burocracia formal para sua operacionalização. E o desconforto informal gerado com investigações, denúncias e incertezas, tanto com relação aos pagamentos quanto pela operacionalização em si.

Na figura 17, observamos um esquema que busca reunir as instituições que circundam o processo de desenvolvimento dos programas PAA e PNAE.

Figura 17- Esquema explicativo institucional dos programas PAA e PNAE em Laranjeiras do Sul- Pr.



Fonte: Elaboração da autora, 2015.

Na figura 17 observamos o esquema institucional dos programas PAA e PNAE. Consideramos nesse caso somente a produção dos agricultores participantes da pesquisa, pois se entende que eles também vendem nesses programas e/ou supermercados e outras entidades comerciais. No topo do esquema se encontra os agricultores, que apesar de não comercializarem seus produtos como agroecológicos - com relação ao preço de venda - comercializam parte de sua produção, influenciados institucionalmente por tradição, ideologia e para incrementar a

renda. Ocorre que conforme as setas sinalizam um vai e vem de instituições, que modelam a formação do processo até o benefício final da sociedade como um todo. Tais alimentos comercializados privilegiam pessoas em insegurança alimentar ou as crianças em idade escolar que recebem alimentação saudável e balanceada, conforme a instituição formal dos programas determina. As organizações participantes são ampliadas e inclui-se o Estado e os municípios como gestores e participantes, ocorrendo uma ampliação e maior preponderância das instituições formais no processo. Conforme descrito anteriormente e observado nas entrevistas, são essas situações que dificultam em partes o processo de comercialização, tendo em vista as exigências formais para sua aplicação, especialmente no caso do PAA.

Também ocorre informalmente uma dificuldade de organização da produção, que não é suficiente para os grupos aderirem aos programas de forma agroecológica, não sendo possível (no caso do PNAE) atender as vinte e duas escolas que a entrevistada, da secretaria de Educação, citou que são beneficiadas atualmente.

Outro ponto em comum, observado e institucionalmente positivo, é a presença do associativismo, da união em torno do ideal que se percebe com a participação dos agricultores envolvidos na tomada de decisão, da ideia de coletividade representada e da participação direta desses no processo; que além de produzirem, fazem a gestão e tem autonomia para decidir em quanto, como e onde participar.

4.4 O MERCADO TRADICIONAL: OS SUPERMERCADOS NO CONTEXTO DA COMERCIALIZAÇÃO AGROECOLÓGICA: ELEMENTOS TEÓRICOS

A inserção da produção agroecológica no município estudado foi além da abordagem via feira e mercados institucionais. Muito mais do que pensar o desenvolvimento econômico das famílias produtoras de alimentos agroecológicos, foi percebido nas entrevistas o que se pode chamar de “reinvenção dos mercados locais”, criando alternativas para que os produtos fossem consumidos também por frequentadores dos supermercados na cidade. Isso foi elencado por alguns feirantes como uma expansão da possibilidade de mais pessoas estarem adotando novas posturas alimentares, que diretamente valorizam o produto localmente.

A venda de produtos agroecológicos em supermercados de Laranjeiras do Sul se trata de uma construção social de mercados de um viés que não é mais tão tradicional assim. Atualmente as formas de comercialização estão se modificando e as redes varejistas comumente conhecidos como um mercado “tradicional” não possuem mais a exclusividade dessa denominação.

A justificativa para a pesquisa envolver os supermercados se deve a forma como foi buscada a comercialização nesse segmento, que ocorreu através da decisão dos próprios agricultores; que além de decidir, trabalham na cooperativa e operacionalizam produção, venda e entrega com o apoio da cooperativa à qual são associados. Assim, apresentam características particulares de comercialização que indicam uma forma de circuito curto de comercialização. Seguindo pontuações de Darolt (2008):

Dois casos podem ser distinguidos: a venda direta (quando o produtor entrega em mãos próprias a mercadoria ao consumidor) e a venda via um único intermediário (que pode ser um outro produtor, uma cooperativa, uma associação, uma loja especializada, um restaurante ou até um pequeno supermercado local). (DAROLT, 2008, p. 142)

Considerando a citação de Darolt (2008), o que mais configura a questão da proximidade é que a gestão e a disponibilidade da comercialização de produtos agroecológicos nos supermercados da cidade foram iniciadas pelos próprios agricultores. Ocorreu, portanto, novamente a construção social de mercados, tendo em vista que esses identificaram a possibilidade de expandir seus ideais para outras pessoas através do produto que representa sua ideologia.

A participação dos produtores na venda e colocação dos produtos nos supermercados é realizada de modo bem próximo, pois são agricultores que além de fazerem os produtos, acabam levando e entregando nos supermercados. Não são, portanto, como grandes redes varejistas que distanciam produtos da realidade local, conforme observado também na entrevista com o gestor de um supermercado que vende produtos agroecológicos locais:

A gente não conhecia, daí vieram mostrar e oferecer, e a gente por ser um produto regional de uma cooperativa, seria interessante né! Existe o interesse do mercado mas também dos próprios funcionários tanto os que fazem parte da instituição (o supermercado nesse caso), como os da cooperativa, a gente busca a valorização regional. (ENTREVISTA 03 GESTOR SUPERMERCADO, OUTUBRO, 2015)

Tendo em vista a proximidade geográfica, a participação direta dos agricultores na decisão e operacionalização é o elemento da valorização do produto local. Citado por todos os entrevistados dos supermercados, classificamos, nesse estudo, a venda de produtos agroecológicos locais como circuitos curtos de comercialização, que de forma oportuna visa a integração dos elementos locais à todas as pessoas do Município. E, também, porque abrange além dos frequentadores de feiras, as crianças (pelas políticas públicas), entre outros cidadãos; e algumas pessoas que particularmente preferem essa dinâmica de comercialização, nesse caso, os supermercados.

Os supermercados nos quais são entregues os produtos agroecológicos, em Laranjeiras do Sul, são diferentemente de grandes redes varejistas, geradores de oportunidades de distribuição. Ao contrário do que é citado por Niederle; Almeida (2013):

O interesse do grande varejo por esse tipo de produto tem revelado que, quando o apelo à produção ecológica e tradicional torna-se simplesmente uma estratégia de marketing, as qualidades diferenciadoras do produto podem ser apropriadas pelos atores com maior portfólio de recursos. O patrimônio cultural e natural é mercantilizado e artificializado. (NIEDERLE; ALMEIDA, 2013, p.39)

Sobre a citação acima, temos o debate da agroecologia (e nesse caso do produto orgânico) como aquela que aborda o nicho de mercado e busca somente a rentabilidade que o debate agroecológico x convencional traz, quando utilizado como apelo mercadológico. Quando isso ocorre são perdidos elementos que são as instituições informais que circundam todo o processo. Em face disso, se perdem as contribuições e todo um contexto cultural, ideológico, ambiental e social que existe e consolida a agroecologia.

Segundo Guivant (2003), e avaliando a produção orgânica, a autora diz que por meio do avanço da produção e conseqüentemente da oferta desses produtos nos países desenvolvidos os supermercados²⁵ teriam um papel dominante quando comparados aos canais alternativos de comercialização. Isso não se percebe em Laranjeiras do Sul, pois o contexto social e econômico não reflete essa realidade a ponto de traçar um comparativo ao relacionado no trabalho da autora. Os supermercados observados na pesquisa não se assemelham às grandes redes varejistas e não apresentaram conotação de nicho de mercado, pois os produtos agroecológicos comercializados não apresentavam preços com alta diferenciação com relação aos demais. Também pôde-se observar que os a comercialização nesse canal não era dominante sobre a feira e o PNAE, tendo em vista a demanda ainda ser pequena e também pelo fato da maioria dos supermercados, que estão atualmente vendendo produtos agroecológicos locais, o estão fazendo a uma média de um ano apenas. Segundo os gestores, por isso ainda não se pode ter uma demanda média mensal estipulada, que não atrapalhe a logística; pois a cooperativa que vende aos supermercados está localizada bem próxima à cidade.

²⁵ Nesse estudo Guivant considera que os super e hiper mercados configuram circuitos longos de comercialização, pois na maioria das vezes envolveria mais de um intermediário entre produtor e consumidor. Mas para a pesquisadora dessa dissertação, a venda de produtos agroecológicos em Laranjeiras do Sul, nos supermercados, pode ser analisada como circuito curto tendo em vista a proximidade, os laços diretos que se estabelecem entre os produtores e gestores/proprietários (dos estabelecimentos comerciais) e o fato de haver entre esses apenas a cooperativa que é gerida pelos próprios agricultores. E esses produzem, decidem e entregam os produtos a serem comercializados em veículo próprio, diferentemente das grandes redes varejistas em que não existe essa ligação.

Ainda podemos valer-se da citação de Darolt (2013) e ampliar a justificativa de compreender a comercialização em supermercados de Laranjeiras do Sul, em circuitos curtos de comercialização e aliar a isso a construção social de mercados, conforme cita o autor:

Outra característica a destacar em circuitos curtos é a maior autonomia do agricultor em relação aos circuitos longos. O agricultor ecológico que vende em circuitos longos, normalmente, está ligado a empresas que controlam o que, quanto e como produzir. (Darolt,2013, p. 150)

No caso dos produtores de Laranjeiras do Sul, as empresas não decidem o que os agricultores vão ter que produzir ou entregar, pois não existe uma relação de engessamento como pode ocorrer nas grandes redes varejistas.

4.4.1 Aspectos históricos e caracterização atual em Laranjeiras do Sul

Segundo informações, obtidas nas entrevistas com os gestores dos supermercados, o produto agroecológico local só passou a ser comercializados a partir da intervenção da cooperativa. Foi a partir dessa que foram produzidos os alimentos hoje comercializados em três supermercados locais (mais duas filiais), sendo os produtos: queijo, requeijão e doce de leite. Apesar dos supermercados possuírem mais produtos ditos “orgânicos”, em suas prateleiras, é somente três tipos relativos à produção local agroecológica, pois os outros produtos são oriundos de canais longos de comercialização e não produzidos em Laranjeiras do Sul.

Atualmente não são vendidas hortaliças, do ponto de vista dos agricultores, segundo entrevistas, algumas justificativas para isso são: o supermercado exige um padrão de apresentação e estética do produto, que não é possível manter com a produção agroecológica; falta de produção constante demandada pelos supermercados, tendo em vista o ciclo produtivo e a sazonalidade da produção; dificuldades de logística. Observe o trecho da entrevista com agricultor:

[...] a gente e não consegue trabalhar com os supermercados porque nós não conseguimos entrega a quantia que eles precisam, é muita coisa, daí não dá pra assumir um compromisso que a gente não vai poder cumprir por muito tempo. E, além disso, a gente tem prioridade no PNAE e na feira né, com as hortaliças e no supermercado a gente entrega as coisas mais industrializadas, tipo o requeijão e o queijo, por exemplo. (ENTREVISTA 6, AGRICULTOR FEIRANTE, SETEMBRO,2015)

Do ponto de vista dos gestores dos supermercados, a explicação foi a de que já possuíam fornecedor e que tinham contrato e, ainda, que a quantidade necessária de produtos não poderia

ser suprida pelos agricultores. Já o gestor 2 citou um elemento não observado pelos outros, que foi com relação ao tipo de produto comprado pelos seus clientes. Sobre as hortaliças, ele citou:

[...] teve aceitação de quem conhece, mas a maioria achava o produto feio, não levavam por causa da aparência, o pessoal compra com os olhos, diz “ai que bonito”, mas por exemplo, vai comprar um pêssego daqueles importados, é grandão, mas não tem gosto de nada [...] e continuou [...] esse produtos orgânico ta girando bem na feira, porque quem vai lá sabe porque que ta indo, sabe o que quer. (ENTREVISTA 02 GESTOR SUPERMERCADO, OUTUBRO, 2015)

Nesse ponto, surge uma grande contribuição citada pelo gestor, que difere os supermercados das feiras: os frequentadores. Fato esse que não havia sido encontrado ainda em nenhuma entrevista, cujo gestor tivesse essa consciência na relação aparência x qualidade, pois não necessariamente o que se apresenta de modo mais agradável seja o mais saudável.

Quando se questionou há quanto tempo as empresas mantinham relações comerciais com a cooperativa gestora da comercialização dos produtores agroecológicos, um dos supermercados relatou ter sido iniciada em 2009 e os demais menos de um ano. Portanto, se trata de um pequeno espaço de tempo, mas que os gestores/empresários relataram ser um mercado a ser mantido, pois apesar da demanda não ser grande ela é constante. E nesse ponto, surgiu até uma sugestão por parte do entrevistado 03, com relação aos queijos:

É um produto bom, com tamanho bom, é pequeno, bem oportuno para casais e para quem consome pouco, o que tá faltando é propaganda, o pessoal da cooperativa vim aqui dentro do mercado e fazer por exemplo, numa sexta feira ou sábado, uma degustação; porque as pessoas pegam o queijo na mão, olham e devolvem pra pegar outro que não é orgânico mas que é o mesmo preço, o que falta é divulgar. (ENTREVISTA 03 GESTOR SUPERMERCADO, OUTUBRO, 2015)

Os gestores citaram que no geral deve haver divulgação e maior apresentação dos produtos, e citaram que o preço é consciente e que poderia ser cobrado bem mais pela qualidade do produto, mas que a precificação tem que respeitar aos padrões locais. O gestor 02 citou: “*eu sei que esse mesmo queijo que estou vendendo aqui nesse preço lá em Curitiba seria o dobro, por ser orgânico, mas aqui (em Laranjeiras do Sul), não dá, tenho que acompanhar o valores padrões locais*” (ENTREVISTA 02 GESTOR SUPERMERCADO, OUTUBRO 2015).

Porém, um detalhe chamou a atenção da pesquisadora: a apresentação dos produtos nos estabelecimentos de venda. Em nenhum dos supermercados eles estavam separados ou havia qualquer indicação dessa diferenciação. Ou seja, estavam misturados com outros produtos convencionais e não dispunham de qualquer valorização em detrimento aos demais oferecidos.

É válida, portanto, a sugestão do gestor que indicou a possibilidade de ampliar a divulgação do produto, mostrando-os para a sociedade e buscando a valorização do contexto social, cultural e ético que o envolve, o que valoriza as instituições informais do processo.

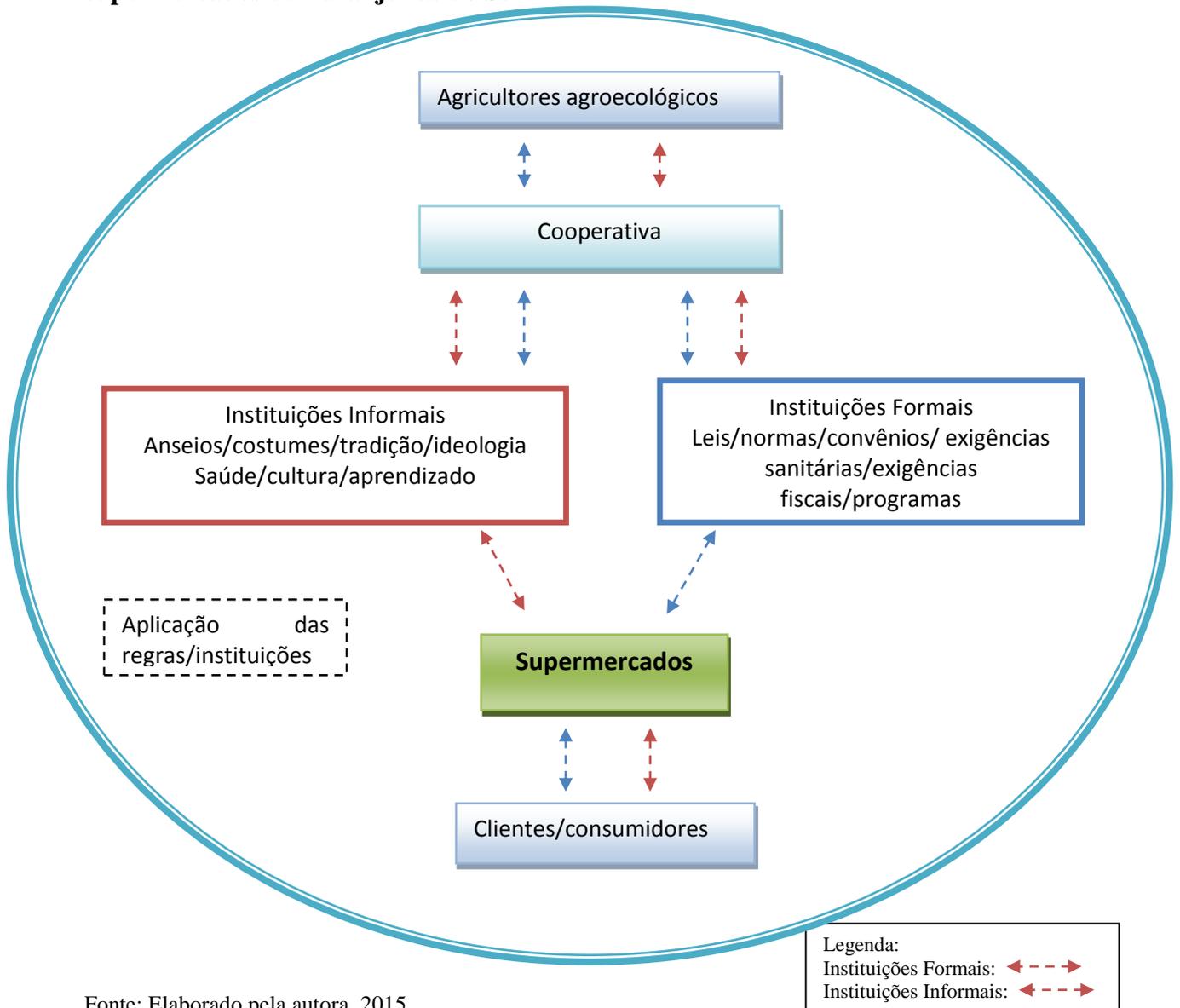
Sobre os aspectos Legais, todos os gestores citaram que estão amparados quanto à venda dos produtos agroecológicos, pois a existência do Selo garante a origem dos produtos. Eles relataram não haver receio em vender, nos seus estabelecimentos, os produtos agroecológicos; pois estão salvaguardados pela garantia de origem, sendo que todos relataram o interesse em continuar oferecendo esses produtos, por uma questão de variedade e qualidade.

A gestora responsável pelas compras de um dos supermercados pesquisados relatou sobre a perspectiva de futuro para os mercados e a comercialização de produtos agroecológicos: *“A gente vai continuar comprando, porque tem saída, tem pessoas que compram porque sabem que é orgânico e procuram né, outros por curiosidade querem experimentar, e tem as mudanças nos hábitos alimentares, aos poucos isso vai aumentando”*. (ENTREVISTA 01 GESTOR SUPERMERCADO, OUTUBRO 2015)

Um ponto comum entre as entrevistas dessa dinâmica foi a que o conceito “agroecologia” não apareceu em momento nenhum, o que se usou foi a denominação de “orgânico” para citar os produtos agroecológicos. Durante as entrevistas, quando os entrevistados foram questionados sobre o produto “agroecológico”, a reação foi, na maioria, uma contra pergunta: *“você quer dizer orgânico né?”*. Ou seja, os produtores não estão familiarizados com o termo agroecologia. (ENTREVISTA 01, GESTOR DE SUPERMERCADO, OUTUBRO DE 2015)

Notamos, na figura 18, o esboço do que vem a ser o a estrutura e dinâmica institucional da venda em supermercados de Laranjeiras do Sul.

Figura 18 – Esquema explicativo institucional da venda de produtos agroecológicos em supermercados de Laranjeiras do Sul- PR



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Notamos, na figura 18, que não existe interação direta entre os produtores agroecológicos e os consumidores finais, mas que as instituições que circundam ambos são modeladoras de todo o processo. De um lado estão os anseios dos produtores, de outro estão expectativas e necessidades dos clientes. Para estabelecer esse elo, uma série de instituições são aplicadas, desde o processo produtivo até a colocação dos produtos nas prateleiras do supermercado. São consideradas todas as exigências Legais, a fiscalização sanitária e a garantia dada ao gestor da organização comercial, através do Selo do produto agroecológico, que fora um elemento citado como garantia de qualidade pelos entrevistados dos supermercados.

Também nesse estudo entende-se que os clientes dos agricultores sejam os próprios supermercados, por isso, a relação que se estabelece é diretamente relacionada entre agricultores, a cooperativa e os supermercados, figurando como organizações participantes do processo de comercialização estudada.

Se comparado com os esquemas das outras dinâmicas de comercialização, pode-se notar que existem menores relações diretas, conforme visualmente se verifica.

CAPÍTULO 5

5 AS INSTITUIÇÕES DOS MERCADOS AGROECOLÓGICOS: ANÁLISE COMPARATIVA DAS TRÊS DINÂMICAS ESTUDADAS.

Observados os conceitos teóricos que norteou este estudo, o local empírico no qual foram coletados os dados e a análise das três dinâmicas e visando cumprir os objetivos propostos; este capítulo discute aspectos para poder ser realizado o estudo comparativo da matriz institucional da feira agroecológica em Laranjeiras do Sul, do PNAE, PAA e do mercado dito convencional. Para isso foi levado em consideração a ótica dos componentes, citados no capítulo inicial do trabalho, conforme descrito no quadro três.

As entrevistas que nortearam os trabalhos ocorreram entre os meses de junho a novembro do ano de 2015, sendo entrevistada pelo menos uma pessoa por família participante da feira agroecológica. Os clientes foram escolhidos aleatoriamente entre os presentes. Dos Programas PAA e PNAE foram entrevistados entidades receptoras e órgãos gestores; e por fim quanto aos supermercados, por esses serem os clientes diretos dos produtores agroecológicos, mesmo que por intermédio de cooperativa, não se fez necessária a entrevista dos clientes dos supermercados. Entrevistas já descritas no capítulo inicial.

Por questão de escolha metodológica os itens constantes na tabela 3, necessários para aplicação dos elementos componentes na matriz analítica, proposta por North, já descrita no capítulo teórico, são elencados e analisados na sequência a qual foram questionados aos entrevistados.

5.1 ORGANIZAÇÕES

Para North, as instituições são formadas também pela interação dos participantes envolvidos no processo em análise, ou seja, os “jogadores”, com suas articulações, sentimentos, anseios e formalidades; são elementos de direcionamento para seguir ou modelar as “regras do jogo”. Com esse item, o intuito foi de descobrir quais eram os participantes dos processos de comercialização de produtos agroecológicos e o envolvimento de cada um no processo. Ressalvamos que as organizações descritas participam, mesmo que indiretamente, das três dinâmicas de comercialização, pois essas estão em constante relacionamento com os agricultores que são a base que inicia todo o processo de comercialização através da produção.

Quando questionados sobre quais seriam as organizações, entidades, ou seja, “os jogadores” participantes dos mercados de produtos agroecológicos, os feirantes citaram as seguintes entidades: cooperativa ou associações, Movimento Sem Terra (MST), Rede Ecovida, Universidade Federal da Fronteira Sul, PAA e PNAE (diga-se o Estado nesse caso), os clientes, supermercados, CEAGRO.

A cooperativa citada é a norteadora de todo o processo de comercialização de um dos grupos agroecológicos, ela operacionaliza o PAA e o PNAE. De acordo com entrevistas, obtidas com gestor e agricultores associados da mesma, a cooperativa surgiu a partir da necessidade de ter uma entidade que fizesse o papel de gestão da comercialização da produção agroecológica, pois anteriormente existia uma associação que passou a não suprir a necessidade e os anseios dos agricultores e das formalidades exigidas. Surgiu, então, demanda local para a formação dessa entidade organizada, com o objetivo de direcionar as ações pensando na coletividade. Assim, como outro grupo possui uma associação que os representa do mesmo modo e em contexto de coletividade.

O MST foi citado como entidade que possui relação com os mercados de produtos agroecológicos. Na maioria das entrevistas, em média de 70% (setenta por cento) delas, o MST foi citado como principal organização propulsora da agroecologia no município. Foi, também, o que impulsionou a formação e constituição da Cooperativa já citada, localizada em um assentamento de reforma agrária. Percebemos nas entrevistas a existência de uma vertente ideológica muito forte e positiva, segundo os agricultores, com relação ao apoio do MST.

Outra entidade citada é a Rede Ecovida, que possui relação direta com os produtores, pois além de dar direcionamento para as questões de certificação, ajuda e busca orientar ações com relação aos aspectos produtivos e de controle; buscando prestar assistência e assessorar a comercialização dos produtos locais, conforme entrevistas ouvidas.

O CEAGRO foi citado como fomentador de práticas agroecológicas, de assistência e promoção, que possui muita importância, segundo agricultores. Porém, também foi identificado, consoante com o exposto por Perez- Casarino (2012), durante as entrevistas, que existe um engessamento com relação ao papel da assistência, pois os técnicos estão mais como solucionadores dos processos burocráticos (especialmente PAA e PNAE) do que propriamente a prática agroecológica.

E por fim, citado como propulsor científico da agroecologia, surge nas entrevistas a UFFS, que segundo a entrevistada 11 (FEIRANTE, OUTUBRO DE 2015): “*com a vinda da UFFS, a gente sentiu mais ânimo, tem o curso de agronomia com ênfase em agroecologia que já confirma a preocupação da instituição com essa questão [...], veja só, poderia vim qualquer*

curso, mas não, além de ficar perto do assentamento ainda valoriza o que a gente prega e acredita.”

Quando questionados se havia articulação entre as entidades, todas as respostas foram afirmativas. Portanto, em alguns momentos ocorre articulação e muitas vezes as ações são direcionadas para outras, por exemplo, os cursos promovidos com a parceria CEAGRO x UFFS, MST x UFFS, conforme citado pelo entrevistado 4:

[...] todas as entidades são articuladas, uma precisa da outra, em algum momento a gente vai se “esbarrar” e um vai ter que ajudar o outro, muitas vezes um tem que ceder para favorecer o outro” e continua [...] o MST traz a vontade, a ideologia, a UFFS traz o conhecimento, os projetos, o Ceagro e a Rede os ensinamentos e a assistência e a gente a vontade de trabalhar.”(ENTREVISTA 04, AGRICULTOR FEIRANTE, AGOSTO DE 2015)

Percebemos que existe uma série de entidades que alavancam a agroecologia em Laranjeiras do Sul, que interagem e estão em contínua mudança e dinamismo, em função de ideais ou práticas. Elas evoluíram para o atual estado em que se encontram por diversos fatores, um deles é o contexto histórico que também foi item de análise dos agricultores.

Já em relação aos programas institucionais, tanto PNAE quanto PAA, especificamente, entra a participação do Estado como idealizador e direcionador das políticas públicas, entidade macro que dá os alinhamentos dos referidos Programas. A interação ocorre com as mesmas organizações já citadas anteriormente, mas acrescentam-se as escolas, entidades assistenciais, associações, a secretaria Municipal de Educação que faz a gestão no Município, as merendeiras que recebem os produtos nas escolas. Enfim, são somados novos participantes desse processo da comercialização de produtos agroecológicos, tendo como elementos centrais as cooperativas gestoras, ou associações que operacionalizam os Programas.

Nos supermercados a relação é direta entre comerciante e cooperativa gestora, pois os agricultores fazem a colocação dos produtos via cooperativa. O contato entre produtores e comerciantes acontece tanto pela proximidade geográfica quanto pela relação de confiança, tendo em vista a gestão e o dinamismo que tal cooperativa apresenta com relação ao arranjo de trabalho interno, no qual todos os agricultores podem participar do processo produtivo. Conforme entrevista: *“[...] a gente tem o contato com o pessoal da cooperativa, eles vieram aqui e ofereceram os produtos, a gente fez um teste e tá vendendo, vamos continuar, o nosso contato é feito diretamente com a cooperativa que nos revende, que são os mesmos agricultores que produzem pelo que sei, ou pelo menos participam da gestão”.* (ENTREVISTA 02, GESTOR DO SUPERMERCADO, OUTUBRO 2015)

Ressaltamos que um ponto em comum nas três dinâmicas - e elemento no qual circundam a comercialização da produção agroecológica local - é a cooperativa, que pode ser considerada um elo fundamental para a venda dos produtos. A função da cooperativa ou das associações tem pontos semelhantes, dentre eles: o pensar coletivo e a decisão em grupo para as três dinâmicas do que vender (quando, para quem e como) representa a união de vários fatores, que iniciam desde o processo produtivo, a gestão das propriedades e a definição do que o mercado (nesse sentido representando a demanda) quer.

As diferenças estão na quantidade de organizações envolvidas e como essas vão delimitar a dinâmica dos mercados. Por exemplo, o comportamento do consumidor nas feiras vai fomentar as instituições informais. Já a participação no PNAE e PAA é bastante modelado pelas instituições formais, que vão sugerir mudanças nas organizações participantes, em face disso são incluídas novas organizações participantes (escolas, conselhos, Estado).

5.2 HISTÓRIA

A contextualização histórica apareceu, frequentemente, nas entrevistas com agricultores e contribuíram para que surgissem mais elementos para pensar a agroecologia em Laranjeiras do Sul e, assim, afunilar o entendimento dos mercados de produtos agroecológicos, tais como estão estruturados atualmente.

Na maioria das entrevistas o Movimento Sem Terra foi citado como fomentador do processo de desenvolvimento das práticas agroecológicas. Alguns entrevistados citaram que durante o período em que ficaram acampados já buscavam esse ideal, porém ainda sem condições para tal.

Os mais jovens citaram que participam dos mercados da produção agroecológica familiar por tradição. Conforme na entrevista 10, que a jovem cita ter sido incentivada pelo pai, que percebendo os problemas que o uso dos agrotóxicos traz para sua saúde optou por mudar para a agroecologia, isso foi fator determinante, porém fato que chamou bastante atenção foi a seguinte frase citada por ela: *“quem ama a Terra, a sua família e a família dos outros faz agroecologia.”* (ENTREVISTA 10, AGRICULTORA FEIRANTE, SETEMBRO DE 2015) O que de certa maneira justifica o proposto por Lamarche (1993), dos agricultores familiares serem portadores de tradição com bases na família, no modo como se organizam e pelo modo de vida.

Outro produtor citou a saúde: *“eu acho que foi uma saída boa para mim, porque depois que parei de trabalhar com veneno, o veneno fez mal pra mim, depois que eu parei o veneno se*

manifestou.” (ENTREVISTADO 1, FEIRANTE, AGOSTO, 2015). Na mesma entrevista, o produtor disse que a ideia inicial era de produzir apenas uma parte para consumo próprio, para a família, mas que começou a gostar e cada vez mais foi aderindo e aumentando a produção, até o ponto de agora participar de feira, PAA e PNAE; nas palavras do entrevistado: [...] “*a agroecologia vai virando uma coisa natural, a tua consciência na medida que você vai trabalhando você vê os erros que fez e que os outros tão fazendo*”.

Nas entrevistas com as mulheres feirantes, a preocupação com a família foi citada por todas. Mas um fator que chamou a atenção é que tal preocupação se estendia para todas as famílias e, por isso, as entrevistadas declararam que participam da feira para que outras mães possam alimentar seus filhos, com produtos sem risco à saúde e com garantia de proporcionar um alimento saudável para além de seus familiares. Historicamente, a entrevistada 9 citou que para ela a participação dos mercados de produtos agroecológicos e da venda na feira ocorreu por vários motivos, fazendo uma breve contextualização que em muito explica sua decisão. Observe:

Eu quando era criança, eu nem estudar não estudei a minha família era produtora de fumo, uma exploração extrema de trabalho e eu cresci assim com o contato com o veneno e eu sempre quis estudar, por isso vivia em conflito de querer estudar e ter que trabalhar[...], eu saí de casa e fui para um acampamento, foi quando eu fui para a jornada em agroecologia e ali eu descobri a causa de muitos dos meus problemas, a causa deles. Meu companheiro já tinha pouco de conhecimentos de práticas agroecológicas, isso influenciou também a nossa mudança, além de que já estava em um processo de endividamento muito grande e sem crédito no convencional a gente já tinha chegado no limite, isso já faz dez anos, e de lá pra cá tudo mudou para melhor, o jeito que você interfere na natureza, a saúde [...]. (ENTREVISTA 9, AGRICULTORA FEIRANTE, SETEMBRO, 2015)

Essa entrevistada, além de grande conhecimento, repassou uma lição de vida, pois em vários momentos citou que a agroecologia não é para ela somente, mas para todos. E, por isso, ela participa da feira e de uma agroindústria agroecológica, visando fomentar os benefícios propostos pela agroecologia para além da porteira de seu terreno e, assim, proporcionar, via formas de comercialização, uma alimentação saudável e que respeite o meio ambiente.

A tradição foi citada por alguns como explicação para a participação nos mercados de produtos agroecológicos. Observamos em vários momentos, pelos relatos dos entrevistados, que trata-se de uma questão ideológica, de acreditar no que pode ser melhor. A maioria dos feirantes entrevistados concordam que a opção pela agroecologia está além de ganhos financeiros, pois, para eles: “*quem adere de coração a agroecologia e decide compartilhar isso com as outras pessoas jamais deixa de ser, e se deixou é porque não era agroecologista de verdade.*”(ENTREVISTA 3, FEIRANTE, AGOSTO, 2015).

Outro entrevistado citou, além da tradição, que o agronegócio e a agricultura convencional, hoje, estão em alta para o senso comum, mas o que mudou, particularmente, foi *“aquela questão de você pensar, é a satisfação de você ter um produto diferenciado na feira, na casa, o alimento saudável de saber o que você tá oferecendo pros consumidores, tanto faz ser da minha família como o pessoal que recebe no PNAE ou PAA.”* (ENTREVISTA 3, FEIRANTE, AGOSTO, 2015)

O que se percebeu, nas entrevistas, foi que não existe consenso sobre a história da agroecologia entre os feirantes. Alguns aderiram por participarem da cooperativa, outros por incremento de renda, ou ainda, para proporcionar a disseminação de alimentos mais saudáveis para outras famílias. Mas a maioria citou ser um ideal ou uma ideologia que visa o bem estar de todos, do ambiente e de suas famílias, e esse sentimento se amplia aos Programas institucionais. Porém, com o PAA e o PNAE a diferença reside no fato de não haver a interação com mais pessoas, como percebido na feira. Além do fato que a maioria dos consumidores da feira compram o produto oferecido por saber dos benefícios, e que diferentemente do PAA e do PNAE dos quais muitos recebem os alimentos sem saber a diferença do produto convencional em relação ao agroecológico. Um dos motivos que contribui com a falta de esclarecimento é os produtos serem entregues juntos, não havendo separação de um ou outro nas entregas.

Percebemos, portanto, nas entrevistas com as diretoras e merendeiras, que produtos oriundos da agroecologia são recebidos como convencionais, não havendo o conhecimento pelas entidades receptoras que tais produtos são diferenciados. Esses produtos não são vendidos com o adicional de trinta por cento, que legalmente lhes é conferido, o que, de certa forma, debilita todo um contexto histórico do produto local.

Já nos supermercados, os consumidores que compram produtos agroecológicos fabricados em Laranjeiras do Sul destacam dois motivos, como mencionado na entrevista com gestores: um por já conhecer o produto ou a ideologia da cooperativa, ou seja, por apreciarem os queijos, doce de leite ou requeijão produzidos pela comunidade local, ou ainda, há consumidores que compram por curiosidade. Ressalvado o fato que, historicamente, a venda nos supermercados se deu a partir da organização da cooperativa, que passou a gerir e fomentar a distribuição em mais esse canal de venda.

Portanto, a história da relação dos mercados com os produtos, aqui estudados, remetem na sua origem a dois momentos: a relação entre a feira e aos supermercados a partir do impulso de cooperativa ou associação; os programas institucionais e à regras legais que permitiram ou

impulsionaram a venda e a participação dos agricultores e, mais especificamente, a busca por privilegiar a venda de produtos produzidos de modo diferenciado, ou seja, os agroecológicos.

O que se percebe, conforme trabalhado por Wezel et al. (2009), e a exemplo de seu artigo - quando ele cita que no Brasil a agroecologia é encarada mais como prática e movimento que ciência – é que entre os feirantes, gestores de supermercados e organizações vinculadas aos programas institucionais de Laranjeiras do Sul; encaram, na maioria, a agroecologia como prática e movimento, conforme pôde ser observado nas entrevistas. Percebemos também que a cientificidade do termo tem sido trabalhada com mais afinco a partir da vinda da UFFS, que passou a trazer mais argumentos e elementos para a agroecologia ser vista e encarada de modo científico.

5.3 REGRAS FORMAIS

As regras formais, quer sejam leis, normas, convênios, programas, entre outros; embasados legalmente, são partes de suma importância para o alcance dos objetivos de análise institucional, pois estas são as chamadas instituições formais. Por isso, essa questão foi inicialmente observada pelos feirantes agroecológicos.

Segundo as entrevistas, observamos discordância se tais instituições dificultavam ou ajudavam, pois várias entrevistadas citaram que as leis tinham grande importância, porém a sua aplicação não necessariamente auxiliava os mercados de produtos da agroecologia. Citou-se, por exemplo, que as leis também podem proporcionar um avanço para os mercados como PAA e PNAE, mas que as mesmas leis dificultam sua operacionalização, tornando inviável a participação em alguns casos, como citado no capítulo anterior.

Na entrevista 4, foi citado que as leis dificultam no geral a comercialização. Conforme relatou do entrevistado, quando questionado o assunto:

Eu acho que dificulta, embora a gente sabe que traz garantia pra gente, eu acho assim que a lei é muito pesada pro agroecológico, porque quem produz e “bota” veneno a torto e direito não precisa comprovar nada... e nós que produzimos diferente temos que comprovar, tem que ter todas as normas, normas de barreira, embora a gente saiba que essas barreiras quase não adiantam, mas é regra e tem que ser cumprida [...] e pro agronegócio isso não existe e eles que deveriam de fazer. (ENTREVISTA 4, FEIRANTE, AGOSTO, 2015)

Confirmando a opinião da entrevista 4, o agricultor cita que também acredita que as leis dificultam; segundo ele: “*Eu acho que devia ter lei pra quem produz com veneno, não pra quem quer sair do veneno porque hoje pra nós lá nos temos que fazer toda nossa proteção, se o vizinho*

passar veneno e nós for atingido, nós somos o único prejudicado.” (ENTREVISTA 01, AGRICULTOR FEIRANTE, AGOSTO, 2015). Foi citado ainda o exemplo da assistência técnica para exemplificar “[...] *os técnicos que existe hoje pra agroecologia são muito limitados, e os técnicos que trabalham com o convencional eles tem tudo na mão*[...], e isso, também na opinião do agricultor, é uma consequência da questão legal, que dificulta o acesso e a permanência das entidades de assessoria e assistência técnica, pois os que se mantêm são mais por ideologia e por acreditar na proposição da agroecologia. Assim, a falta ou pouca assistência técnica acaba limitando a produção agroecológica que afeta diretamente a feira, os programas institucionais e a venda nos supermercados, que poderia ser muito mais incentivada com a quantidade satisfatória a demanda solicitada.

Na entrevista 2, a feirante, agricultora também, citou sob a mesma ótica dos anteriores que as leis deveriam:

[...] fiscalizar quem faz dano pra saúde, quem ta na agroecologia já ta nela por opção, porque não tem um mercado pra agroecologia, esse sistema convencional ele tem tudo: o transporte, o investimento público, e a agroecologia não tem esse incentivo todo, quem entra pra ser produtor agroecológico entra porque tem consciência, porque quer um modo de vida diferente, e aí fiscaliza-se muito [...], não é crime o transgênico, não é crime você ter um pão com farinha de trigo dessecado, ou feijão dessecado isso não tem Lei. (ENTREVISTA 2, FEIRANTE, AGOSTO, 2015).

Seguindo a mesma linha de outros feirantes, o produtor da entrevista 5 fala que o aspecto legal é complicado e citando a aplicação das regras diz que: “[...] *se as leis fossem cumpridas como deve ser o agronegócio não faria o que eles fazem hoje e o grande sempre é tirado de foco, quando é o grande (produtor) fazem “vistas grossas”*” (ENTREVISTA 5 AGRICULTOR FEIRANTE, AGOSTO 2015). Mas ele cita que isso é bom para que haja mobilização, e que as pessoas comecem a ver e entender esse processo, e que se inicie uma mudança na consciência das pessoas. Segundo ele, isso pode ser observado com o aumento das demandas da feira, apesar de na opinião do feirante ter dias que a feira não é tão boa, de modo geral, ela teve um aumento consideravelmente de movimento e procura nos últimos meses

O que percebemos na pesquisa de campo é que para a maioria dos feirantes o aspecto formal acaba dificultando e gerando desmotivação. Muitos entrevistados compararam a produção agroecológica ao método convencional de cultivo, citando que os produtores agroecológicos que tem que se proteger, resguardar e são cobrados por isso, precisando comprovar que não utilizam métodos que agridam o ambiente e a saúde. Porém o agronegócio, na maioria das opiniões encontradas nas entrevistas, é incentivado pelas leis e não é cobrado como os feirantes disseram ser. Conforme citou o entrevistado 7:

É crime eu produzir agroecológico e não comprovar, mas não é crime ser transgênico, usar veneno, contaminar o solo, a água... isso não é crime, eu preciso ter o selo que meu produto é agroecológico, mas as grandes empresas não precisam alertar que o produto delas é transgênico. Isso é um tanto engraçado não acha?.
(ENTREVISTA7, FEIRANTE, SETEMBRO DE 2015)

Portanto, se analisarmos as instituições formais sob o ponto de vista dos feirantes observamos que o aspecto Legal possui tendência para limitar as práticas agroecológicas, e que para alguns feirantes o problema pode estar na aplicação dessas quando comparadas com o agronegócio. O mesmo sentimento foi compartilhado pelos agricultores e entidades gestoras do PAA e do PNAE, que de acordo com as entrevistas, dizem ser as leis e normas de criação muito boas, que representam muito mais que uma política pública. Mas, relatam também, que existe uma dificuldade muito grande nas suas aplicações, conforme já citado no capítulo anterior e melhor descrito a partir das opiniões dos entrevistados.

Outra questão, que corrobora a informação que as instituições formais geram algumas dificuldades, é o fato que os produtos agroecológicos estão sendo comercializados como convencionais, sendo uma mínima parte comercializada como deveriam; além do que, no caso do PAA, nem mesmo está acontecendo a comercialização no município.

Já os supermercados, conforme relatado pelos entrevistados, não são influenciados pelas leis negativamente, pois segundo os mesmos, essas definem a garantia de vender produtos agroecológicos; tal garantia é citada como sendo o selo de produto orgânico que os produtos comprados do município possuem.

Em resumo, as leis não afetam necessariamente de forma direta o funcionamento da feira, mas diretamente o ciclo produtivo e o modo como os agricultores devem se organizar. A feira é mais incentivada por instituições informais, conforme veremos no tópico a seguir, que as instituições formais. As leis não influenciam negativamente a venda de produtos agroecológicos nos supermercados, porém quando avaliados os programas PAA e PNAE, pode-se verificar que existem barreiras legais que impedem a operacionalização dos mesmos e que dificultam a entrada da produção local aos mercados, uma vez que produtores agroecológicos vendem seus produtos como convencionais. Observado que, nos últimos meses, apenas está sendo operacionalizado o PNAE, pois como encontrado na pesquisa de campo, existem dificuldades de operacionalização do PAA. Assim, segundo, Schmitt e Guimarães (2008) existem gargalos pra o bom andamento dos programas institucionais como, por exemplo, os atrasos nas liberações de recursos, problemas de acesso dos agricultores, tendo em vista as

documentações exigidas, havendo necessidade de desburocratização e dificuldades de planejamento e gestão.

5.4 REGRAS INFORMAIS

Nesse tópico, a pesquisa identificou elementos que estivessem relacionados com tradição, costume, hábitos, convenções, posturas, cultura. Ou seja, aspectos que apresentassem maior subjetividade, visando entender, aliado a instituições formais, a matriz institucional dos mercados de produtos agroecológicos.

As instituições informais se mesclam com aspectos observados na história. Nas regras informais encontra-se presente, muito forte, os aspectos culturais e ideológicos, especialmente, notados nos agricultores, em sua grande maioria vindos junto com história de lutas do Movimento Sem Terra. Desse modo, quase todos os agricultores entrevistados citaram, como ponto culminante para o desenvolvimento agroecologia na cidade, as ações do MST. A jovem entrevistada cita que: *“comecei na prática em 2004, mas sempre estive ao lado da agroecologia, minha família sempre valorizou o trabalho sem agrotóxico e meu tio era do Movimento (MST, nesse caso) e sempre incentivava a gente, sempre participei dos cursos que davam”*. (ENTREVISTA 11, AGRICULTORA FEIRANTE, OUTUBRO, 2015)

Tanto a participação na feira como nos programas institucionais se revelou ser mais de cunho social e ideológico do que monetário, pois fatores subjetivos estavam presentes em todas as entrevistas coletadas, conforme:

A gente sabe que não vai ficar rico, mas a coisa vai muito além de simplesmente ganhar dinheiro, é prazeroso a gente saber que está vendendo um produto que é diferente, é muito melhor, a gente sabe que não “ta” enganando ninguém, ajuda claro nas finanças, mas não é isso que importa. A gente entrega alguma coisa nos supermercados aqui de perto, mas a nossa decisão é mais voltada para a feira e para o Pnae e Paa. (ENTREVISTA 04 AGRICULTOR FEIRANTE, AGOSTO, 2015)

Nesse trecho da conversa, o agricultor deixa claro o predomínio das instituições informais e também a necessidade de pensarmos em um mercado não visto como uma disputa de poder e de valores financeiros, mas sim de construção social, carregada de cunho ideológico e moral. Conforme Polanyi (2000), e em consonância com o discurso da entrevista 4, a economia do homem estaria submersa em relações sociais, não agindo para salvaguardar seus interesses econômicos e materiais, mas sim sua situação social; o que o autor chamou de patrimônio social ao valorizar a construção social de mercados.

Também as regras informais foram percebidas pelas citações das diretoras e merendeiras sobre o PNAE, de acordo com a entrevistada 3 (DIRETORA DE ESCOLA MUNICIPAL, OUTUBRO, 2015): *“antes a gente precisava ficar inventando coisas para as crianças comerem, agora não, vem todo um cardápio elaborada por profissionais que resguardam os costumes e hábitos locais, não ficam só comendo o que vem pronto de outros lugares.”* Essa é mais uma forma de valorização de instituições informais, pois os hábitos das crianças de Laranjeiras do Sul não podem ser comparados com os de crianças de outras regiões ou cidades com outras descendências culturais, cada qual deve ter seu costume e cultura valorizados, e isso é uma das preposições dos programas institucionais.

Os gestores de supermercados percebem duas vertentes de análise: uma que direciona a disponibilização dos produtos agroecológicos para simplesmente atender a demanda local, que ainda é pequena, segundo as entrevistas, mas que são pessoas que conhecem o produto; e outra que são os consumidores que vão ao supermercado e adquirem por curiosidade. O fato comum entre esses é que ambos correspondem a uma demanda que geralmente está munida de anseios por alimentos considerados mais saudáveis, e que pudessem ser encontrados em tais casas de comercialização, que fazem parte e estão enraizados na cultura de Laranjeiras do Sul e demais cidades: os supermercados.

Segundo a opinião do gestor da cooperativa agroecológica: *[...] é preciso desenvolver nas pessoas o sentido da agroecologia, alguns compram pelo simples hábito de comprar, por ser um alimento fresco, mais barato que os produtos similares vendidos no comércio tradicional.* (ENTREVISTA 1, GESTOR DE COOPERATIVA, AGOSTO DE 2015) E a entrevistada 11 disse ter: *“que haver um trabalho para conscientizar a população, eles tem que saber a diferença, tem que ficar claro na mente dos consumidores a diferença de um produto agroecológico e os outros”.* (ENTREVISTA 11, AGRICULTORA FEIRANTE, OUTUBRO, 2015)

Durante as entrevistas e com a observação tanto na feira como nas escolas a cultura, a ideologia e o pouco interesse monetário ficaram perceptíveis. A forma como se organizam e são delimitadas as participações dos vários integrantes do processo, ou seja, as organizações representam o que chamamos de construção social de mercados, por ser ele efetivamente construído socialmente.

Para refletir sobre as três formas de comercialização no Município observe a citação:

O consumidor consciente busca nos mercados locais produtos com a cara do produtor, nos quais sejam ressaltadas as características das comunidades, como as tradições, o modo de vida, a valorização do saber-fazer, o cuidado com a paisagem, além de produtos ecológicos, de época e com preços justos. Esse conjunto de características

singulares pode ser a marca local que os consumidores procuram. Não se trata apenas de um ganho em escala (quantidade), mas, sobretudo, em qualidade. Isso cria novas relações sociais, novos valores e resgate da autonomia dos agricultores. (DAROLT 2013, P. 166-167)

Darolt (2013), em sua citação, evidencia as instituições informais que se mesclam ao processo de comercialização. Isso foi observado, de forma mais contundente, quanto à subjetividade na realização da feira e pelas entrevistas e através da observação durante a pesquisa de campo. Desse modo, também nas vendas institucionais percebemos o anseio, a espera pela operacionalização do PAA e a desburocratização, visando atender às entidades e escolas com produtos agroecológicos e sendo valorizados com o adicional de trinta por cento que lhes é conferido legalmente. Nos supermercados, e segundo as entrevistas com os gestores, observamos a valorização do produto local, que Darolt (2013, p.166) chama de “*busca nos mercados locais produtos com a cara do produtor*”.

As instituições informais são também a base para a reprodução social das famílias agricultoras, e isso é manifestado através da participação na feira, na forma como decidem e operacionalizam o trabalho em equipe, bem como pelo fato da forma associativa como se organizam. Convém observar também que as instituições informais, conforme Plein (2012), podem vir a serem fatores que vão permitir ou não a incorporação das regras formais.

As diferenças ficam na interação social maior que ocorre nas feiras e nos programas institucionais com relação à venda nos supermercados, pois nesse não há grande reprodução e convívio social. A menor participação e enaltecimento dos produtores ocorrem nessa dinâmica, pois os produtos ficam expostos em gôndolas, que juntamente com outros produtos convencionais, e podem passar despercebidos aos olhos dos clientes.

5.5 APLICAÇÃO DAS REGRAS

A permanência dos mercados de produtos agroecológicos representa a continuidade da reprodução social de muitas famílias, a forma de prospectar novos adeptos para a agroecologia e desenvolver a consciência, principalmente sobre os tipos de alimentos que são consumidos diariamente. Tal situação vai depender da aplicação das regras, sejam elas as formais ou hábitos, costumes e tradição, por exemplo. Isso North chamou de *enforcement*, sendo que não importa quais instituições formais ou informais estejam preponderando no momento, o que vai determinar a forma de organização e a complexidade do processo de

comercialização é como elas vão ser aplicadas ou absorvidas pelos participantes, nesse caso, os produtores, consumidores, entidades e organizações participantes, ou seja, os jogadores.

Com relação aos supermercados, entre os gestores, a permanência é consenso, com interesse em ampliação posterior da oferta de produtos agroecológicos, ampliando a variedade disponibilizada para os clientes conforme a produção pelos agricultores. Portanto, considerando o exposto, o crescimento da demanda e a procura pelos produtos só ocorrerão tendo em vista a aplicação das regras pelos consumidores, quer seja o desejo, curiosidade ou necessidade. Corroborando essa informação, a entrevistada de um supermercado citou “[...] *a gente vai continuar oferecendo os produtos orgânicos daqui da cidade, hoje é só o queijo, requeijão e o leite condensado, mas quando aumentar os produtos vamos oferecer, mas vai depender da demanda né, vai depender do povo comprar.*” (ENTREVISTADA 1, GESTORA DE SUPERMERCADO, OUTUBRO DE 2015)

Mas quando avaliado os programas PAA e PNAE é que a aplicação das regras tanto formais como informais entram em cena com maior peso, pois, segundo os agricultores e gestores de cooperativas entrevistados, existe uma dificuldade muito grande da aplicação formal dos programas, que em muitos casos inviabiliza e os tornam inoperantes não só no município. Como exemplo temos o fato do PAA não estar sendo operacionalizado e, ainda mais grave, se pensarmos em PAA agroecológico, sabemos que existe tentativas de sua execução, porém até a data dessa pesquisa ainda sem sucesso.

Já o PNAE é executado no município, porém de forma convencional pelos produtos agroecológicos, o que demonstra fragilidade na aplicação das regras, restando identificar se tais percalços são formais, informais ou a mistura dos dois, devido ao fato de que ao longo desse trabalho um dos grupos agroecológicos conseguiu comercializar seus produtos na região metropolitana de Curitiba, ou seja, a mais de trezentos e oitenta quilômetros são colocados na merenda escolar produtos que não são comercializados em Laranjeiras do sul, demonstrando que existe algum gargalo na aplicação das regras.

Durante a entrevista com a diretora da creche municipal foi encontrado junto às dependências da escola um local onde segundo ela: “[...] *aqui vamos fazer uma horta juntamente com a Universidade Federal (UFFS nesse caso), a gente vai trabalhar a questão da produção junto com as crianças, os maiorzinhos.*” (ENTREVISTA 02, DIRETORA CRECHE MUNICIPAL, OUTUBRO, 2015) Percebemos, portanto, que existe a vontade e o interesse das organizações ligadas à agroecologia de ampliar os horizontes de participação. Para isso, é necessário o desenvolvimento de projetos voltados para a conscientização e a participação das crianças, com em projetos como as hortas nas escolas. Sobre isso Darolt (2013) discorre:

Outro ponto importante para operacionalização desses programas é a capacitação das pessoas envolvidas no processo. Um exemplo é o treinamento para as merendeiras buscando receitas inovadoras e estratégias para fazer com que os alunos tenham maior aceitação dos produtos ecológicos. A mudança de hábito alimentar é um trabalho paciente. Assim, também os professores e alunos podem se envolver na organização de hortas ecológicas nas escolas, além de visitar os produtores de base ecológica que abastecem a escola. (DAROLT, 2013, p.156)

O interesse na eficiência e eficácia dos PNAE e PAA, o crescimento da procura pela feira e a ampliação da demanda dos produtos agroecológicos nos supermercados pode ser observado sob a ótica de Darolt (2013), que trabalhando os programas institucionais cita haver boas perspectivas no sentido de estimular a produção de alimentos saudáveis que acabam provendo a agroecologia, respeitando os modos de vida, fortalecendo a cultura alimentar e a valorização da sociobiodiversidade. E cita ainda que vai: “estimular a aproximação entre a cidade e o campo, entre consumidores e produtores” (DAROLT, 2013, p.156).

Tendo em vista os fatos observados, tanto agricultores, entidades ligadas ao PAA e ao PNAE e gestores de supermercados acreditam que ao longo do tempo as regras sofrerão mudanças, quer sejam as leis de modo mais global, ou os hábitos, crenças e costumes que gradativamente vêm sendo alterados, e a aplicação dessas vão determinar o sucesso ou não dos mercados de produtos agroecológicos não só em Laranjeiras do Sul. Essa trajetória representará o caminho escolhido (path depende), assim como o cenário atual representa o caminho escolhido com relação à aplicação das regras anteriormente. Conforme Plein (2012), a junção de instituições formais e informais por si só não se completam, existe a necessidade de verificar a aplicação dessas ao longo do tempo.

Portanto, na feira a aplicação das regras formais se dá pela certificação exigida para a comercialização dos produtos ditos agroecológicos. Desse modo, para os supermercados essa é a aplicação mais contundente das instituições formais. Já as informais, para feirantes e para os supermercados, representam respectivamente a ideologia ou os anseios e desejos, a necessidade, curiosidade ou hábito. Para os programas institucionais a formalidade é expressa pelas suas leis e instruções normativas cuja aplicação ocorre nas escolas e entidades no momento do recebimento dos produtos, momento no qual a pessoa responsável pelo recebimento acusa a aceitação ou a devolução dos produtos.

Durante as entrevistas com entidades receptoras do PNAE uma merendeira citou: “[...] eu recebo os produtos. É muito difícil vim alguma coisa ruim, mas se vier eu devolvo, recebi ordem pra fazer isso, porque depois a gente vai ser responsável pela merenda, tem que ter coisa boa pra cozinhar. (ENTREVISTA 05, MERENDEIRA ESCOLA MUNICIPAL, OUTUBRO, 2015) Já a aplicação das instituições informais são além de elementos mais

visíveis, benefícios de longo prazo, pois a alimentação proporcionada pela distribuição desses alimentos refletirão na qualidade de vida das pessoas, educação, saúde e bem estar social.

5.6 FORMAÇÃO DE PREÇO

A formação dos preços vai determinar quanto existe de engessamento ou de liberdade nas três dinâmicas com relação à quanto vender, como vender e para quem vender. A cooperativa ou associações gestoras desempenham papel fundamental nesse processo, e ainda ressaltamos que pertence ao rol de peculiaridades da agroecologia o fato de sua dinâmica valorizar as pessoas que fazem parte do processo, com ênfase para o papel e importância de cada indivíduo no funcionamento do todo. Levando em consideração essa perspectiva de coletividade, é natural que a formação de preços ocorre por meio de decisão em grupo, observando custos e ganhos. No cenário oposto ao aspecto de integralismo das cooperativas estão os programas institucionais, que não são decididos pelos agricultores, pois obedecem outra lógica de administração e funcionamento.

O mais perceptível na idealização e manutenção da feira é que os feirantes têm em comum um sentimento de cuidado com a saúde e de proteção ao meio ambiente. Existe, digamos assim, uma decisão de tom ideológico e social que acompanha os argumentos dos entrevistados envolvidos com a produção e comercialização de produtos. Os feirantes demonstram anseio de que suas atividades, de alguma forma, impacte de modo positivo a comunidade em que vivem. E isso se dá, certamente, pelo movimento de contramão percorrida pelos produtos agroecológicos em relação ao processo do produto convencional que é produzido e comercializado em grandes escalas e administrado, alterado, controlado, transformado pelas técnicas de industrialização. Ou seja, os produtos agroecológicos apresentam, de certa forma, a defesa de valores de sustentabilidade e preservação do meio ambiente, e isso é de extrema importância como contraproposta ao modelo de extração, poluição e empobrecimento do meio ambiente, que viemos observando. Assim, uma das principais bandeiras dos produtos agroecológicos é não usar agrotóxicos. Por isso, os produtos cultivados e vendidos da feira são mais que uma renda extra para as famílias, são também um motivo de orgulho. Assim, produtores e feirantes relatam o interesse em dispor seus produtos para uma gama maior de pessoas, que independente de sua posição social possam adquiri-los. Segundo relato do agricultor, na entrevista 6:

A gente não fica rico com a feira, ela ajuda claro na renda, mas o que a gente quer é gente vindo comprar coisa boa aqui, com um preço que todo mundo possa vim e pagar, não só para a elite, mas para povo como nós, e aos poucos a gente vai conquistando a confiança, o respeito por um modo de vida que não é pra ficar rico, só de saúde...(risos). (ENTREVISTA 6, AGRICULTOR, SETEMBRO DE 2015)

Outro agricultor e feirante agroecológico fala que “*a gente decide todos juntos o que vender, e a quanto vender, estamos em dois grupos, mas a gente é unido porque aqui ninguém quer ficar rico, só dar a oportunidade de todo mundo comer coisa boa e de qualidade por um preço justo.*” (ENTREVISTA 8, AGRICULTOR FEIRANTE, SETEMBRO, 2015)

Percebemos nas entre linhas que a feira como modelo agregador de renda é um detalhe para os feirantes, pois existem elementos maiores norteadores do processo, tendo em vista que nenhum dos entrevistados citou a decisão de participar da feira como aspecto meramente econômico. Ao contrário, as mulheres citaram que gostam de participar porque saem de casa, conhecem mais pessoas, ou seja, reproduzem socialmente seus anseios e alegrias.

Já nos programas institucionais existe um maior engessamento da decisão, pois existe um tabelamento a ser seguido que é definido por instituições formais, que delimitam o preço que cada produto deve ser comercializado, não pode ser decidido em coletivo a precificação. Apenas a decisão de participar como convencional, mesmo sabendo que os produtos são agroecológicos. Mas por questões de produção (ou a falta dela) a demanda não pode ser atendida, conforme citado pela nutricionista, gestora municipal do PNAE, que em Junho do ano de 2015, eram vinte e duas escolas atendidas.

Para a venda nos supermercados a cooperativa juntamente com associados calcula os valores de custo e de margem de lucro para levar aos gestores dos supermercados, que por sua vez adicionam seus custos e margem, gerando assim um preço final. Conforme as entrevistas com os gestores, os preços poderiam ser maiores se considerados os aspectos qualitativos dos produtos, porém por se tratar de município de menor porte não conservaria a demanda.

Nesse sentido, percebemos maior interatividade de decisões na feira, na qual todos diretamente estão envolvidos, o que não se observa nos programas institucionais e tem mediana interatividade para os supermercados. Na feira as instituições informais são mais valorizadas com relação à formação de preços, pois os agricultores por meio do que acreditam decidem os valores a serem praticados. No PAA e PNAE são as instituições formais que possuem maior preponderância, pois devem ser seguidas normas de participação, aquisição e pagamentos. E nos supermercados existem as regras formais para comercialização como as informais, elas têm relação com a decisão de participação, o que produzir, quanto vender e como vender; por parte dos agricultores e dos gestores dos supermercados.

5.7 MOTIVAÇÕES

Através das motivações a pesquisa verificou o porquê da participação das organizações nas respectivas dinâmicas de comercialização. Buscamos identificar o elemento que direcionou a opção de escolha em cada linha de comercialização. Para isso entendemos necessária a avaliação pelos participantes diretos: no caso da feira, os agricultores; e para o PAA e PNAE, e para o supermercado, incluem-se os gestores

Com relação à feira, os agricultores optaram em sua maioria pela valorização de sua produção, pelo contato e reprodução social que a participação na feira representa e a oportunidade de dispor seus produtos para a sociedade e para agregar renda. Conforme a entrevista 7, (AGRICULTOR FEIRANTE, SETEMBRO DE 2015) o agricultor diz ter começado a produzir agroecologicamente em 2002, o motivo foi o envolvimento da esposa e dele em programas de assistência social, a esposa na Pastoral da Criança e ele na área da biosaúde, nas palavras dele: *“era preciso voltar, resgatar aquilo que era bom e que a gente havia parado e hoje a gente disponibiliza para todos que querem.”*

Foram identificadas na feira que as instituições informais são preponderantes e motivadoras para a inclusão da produção nessa linha de comercialização. A decisão de participar obedece ao que os feirantes alegaram ser munido mais um viés social, ideológico e moral do que um econômico e financeiro, conforme já relatado em entrevistas anteriormente citadas.

Esses mesmos agricultores optam por participar dos programas PAA e PNAE para cumprir com aspectos ideológicos e para agregar renda, mesmo sabendo que não recebem adicional sobre o preço de sua produção. Não pode ser esquecido a nível macro a intenção das esferas do poder público, com a adoção de políticas voltadas para o desenvolvimento de novos mercados para a agricultura familiar e a valorização do ser humano, com a oferta de produtos com padrões de qualidade, frescos e com valorização dos padrões culturais locais, fomentando através das instituições formais as informais.

E por fim, a escolha pela venda de produtos agroecológicos nos supermercados foi motivada como alternativa para incremento de renda e para alcançar consumidores que não necessariamente freqüentariam a feira ou poderiam acessar os programas institucionais. Já para os gestores de supermercados, segundo coletado nas entrevistas, houve a procura por parte da cooperativa que faz a gestão da produção local. E, a partir desse momento os produtos passaram a ser comercializados por essa linha de comércio, ressaltando que os produtos vendidos são: doce de leite, queijo e requeijão; já as hortaliças são comercializadas na feira e nos programas

institucionais, porém uma mínima parte identificada em anos anteriores como oriundos da agroecologia.

O que se percebe entre as três dinâmicas é que, a respeito do citado por Ploeg (2006), as formas de produção agroecológicas com relação aos objetivos (quadro 4) se manifestam mais fortemente como auto abastecimento, sobrevivência e renda se avaliada a participação nos supermercados e programas institucionais. Mas avaliando as instituições informais, presentes em todo o processo produtivo, não pode ser sugerido a mais valia como consequência de um modo de produção capitalista, tendo em vista o fator econômico não ter sido encontrado como preponderante na decisão de comercialização.

5.8 DESMOTIVAÇÕES

Com a abordagem do que poderia ser fator desmotivador, ou seja, aqueles que direta ou indiretamente podem afetar negativamente a comercialização agroecológica em Laranjeiras do Sul, buscou-se identificar sentimentos que pudessem ser condicionantes para o fracasso ou as deficiências institucionais para a feira, o PAA e o PNAE e os supermercados.

Durante a pesquisa de campo, percebemos que entre os feirantes a desmotivação vem para a maioria dos entrevistados na falta de tempo e na dificuldade de conseguir produzir tudo que gostaria; em segundo lugar a falta de apoio à agroecologia quando comparada à agricultura convencional que ajudada pela mídia pode causar alienação e exerce domínio sobre a sociedade.

Porém, em alguns casos os entrevistados que mais ideologicamente se posicionam, dizem não possuir desmotivações como citou uma entrevistada: *“eu sou igual manteiga, quanto mais me batem mais firme eu fico, nada me desanima, eu sei que estou fazendo a coisa certa.”* (ENTREVISTA2 AGRICULTORA FEIRANTE, AGOSTO, 2015) Essa citação da agricultora demonstra o sentimento da maioria dos feirantes, no sentido que a desmotivação não é pelo caminho escolhido, mas sim por não poder fazer mais nele, a desmotivação é por não conseguir ampliar os horizontes como gostariam.

Avaliando pela ótica dos agricultores, ocorre a desmotivação em relação aos programas PAA e PNAE devido à atrasos de pagamentos, excesso de burocracia e dificuldades no acesso aos programas localmente. Em entrevista, a gestora de comercialização na cidade disse: *“a gente consegue vender produtos agroecologicos na região metropolitana de Curitiba para o PNAE, mas não consegue até então aqui, estamos nos esforçando para melhorar essa situação”* (ENTREVISTA GESTORA DA COMERCIALIZAÇÃO AGROECOLOGICA, NOVEMBRO, 2015) Segundo essa entrevista, os produtos são levados através de parcerias para

a região metropolitana da capital paranaense, também foi citado, pela gestora, que durante o ano foi vendido, para fora de Laranjeiras do Sul, cítricos produzidos na região.

Com relação à venda nos supermercados não se encontraram elementos desmotivadores do que já é comercializado, porém foi citado o fato de não poder ser vendido produtos como hortaliças, devido ao que se chama de pouco “tempo de prateleira”, que é o tempo que o produto mantém suas características naturais, pelo fato de serem produtos sem adição de insumos artificiais, acabam estragando em menos tempo. E, também, pelo não cumprimento da demanda local, sendo que os gestores dos supermercados precisam de uma garantia de disponibilidade de produção, tendo em vista a alta demanda. E nesse ponto há uma desmotivação que se junta a dos agricultores quando citaram o fato de não conseguirem produzir tudo que gostariam.

Portanto, percebemos que no geral a desmotivação por parte dos agricultores se deve o fato de não conseguirem avançar mais, como também do fato de que a mão de obra, o tempo demandado e a falta de incentivo, quando comparado agroecologia x agricultura convencional, é diferentes, para não dizer antagônicos. As desmotivações com relação a políticas públicas tem relação direta sobre a operacionalização dos programas, a dificuldade de acesso e a incerteza da continuidade desses; e aos supermercados, coube a incerteza da demanda futura e a falta de produção constante para atender à necessidade dos gestores.

5.9 PERSPECTIVAS

Para a compreensão da matriz institucional proposta nessa pesquisa, as perspectivas das organizações envolvidas foram de grande importância, pois delimitavam o futuro, anseios e expectativas para a continuidade da comercialização nas três formas estudadas.

Quando entrevistados os feirantes, clientes da feira e a representante e responsável pela organização da comercialização da Rede Ecovida em Laranjeiras do Sul, a perspectiva é a mesma: de que gradativamente vai haver um aumento na procura pela alimentação saudável, que aos poucos a sociedade vai compreender a manipulação midiática e de grandes redes alimentícias quanto aos alimentos consumidos, conforme citado pelo entrevistado 1, (AGRICULTOR FEIRANTE, AGOSTO DE 2015), “[...] *é um trabalho formiguinha, a gente vai de pouquinho em pouquinho vendo que vem aumentando a procura, o povo tá começando ver que tão comendo coisa só com veneno e vai ficando com medo, por isso vai melhorar.*”

O olhar positivo com relação ao crescimento da procura por alimentos saudáveis foi percebido também nas entrevistas com os gestores de supermercados, que avaliaram ser não só

tendência local. Assim, observamos o crescimento conforme citou o entrevistado 2, quando questionado sobre a perspectiva da comercialização (pelo varejo em Laranjeiras do Sul) com relação aos produtos agroecológicos:

É uma tendência de crescimento, pode ser lento comparado com outros setores, mas vai crescer sim, e a nossa perspectiva é boa, vamos continuar comercializando a produção orgânica daqui da cidade porque temos que valorizar o que é nosso, se não daqui a pouco tão vendendo coisa lá noutro Estado que nem sabemos que tem aqui do ladinho. Claro que a procura no mercado (referindo-se a própria casa comercial) não é igual na feira de orgânico, que a maioria vai lá já sabendo o que quer, aqui tem muitos que compram por exemplo o queijo para experimentar, só vejo que ta faltando um pouco de marketing para divulgar os produtos. (ENTREVISTA 02, GESTOR DE SUPERMERCADO, OUTUBRO DE 2015)

O que observamos no decorrer da pesquisa de campo é o consenso, entre os entrevistados, de que aos poucos vai aumentar a procura por alimentos agroecológicos em Laranjeiras do Sul. Essa perspectiva, que vislumbra a potencialização da produção e consumo desses produtos, se deve, em partes, como também citado pelos entrevistados, à implantação do curso de agronomia, com ênfase em agroecologia, na UFFS. Esse curso foi citado inclusive por uma agricultora feirante, durante entrevista, na qual ela se referiu aos benefícios do curso para a comunidade, pois nele a organização é fortemente voltada para o debate da agroecologia. A oferta de mestrado na mesma área, agroecologia, também seria um fator de impacto social, principalmente, pela inserção de novos profissionais no mercado voltado à agroecologia. Conforme Wezel et al (2009), ocorre a profissionalização da área, o que ele chama de agroecologia como ciência.

Entretanto, em relação aos programas institucionais a perspectiva dos entrevistados foi de questionamento, principalmente, em relação às formas de operacionalização. Existe um anseio muito grande e a vontade, tanto por parte dos agricultores quanto das escolas e entidades receptoras, que volte a funcionar como legalmente fora instituído, especialmente no caso do PAA.

A decepção, por parte dos agricultores, de não poder vender seus produtos como agroecológicos, principalmente, pelo excesso de burocracia que desfavorece os processos para aprovação de PAA e PNAE, como também a decepção daqueles que se beneficiavam dos produtos que eram anteriormente entregues em programas como o PAA, e que não está mais operacionalizado atualmente no município; são motivos citados como negativos para o município.

Nas entrevistas com organizações que recebem os produtos, no caso do PNAE, escolas representadas pelas diretoras e as merendeiras (que efetivamente recebem os alimentos),

identificamos o anseio para que permaneça o programa. Ressaltamos ainda, que nenhuma das entrevistadas sabia que alguns produtos que recebiam eram agroecológicos, pois esses chegam misturados aos convencionais. O que sugere a existência de um gargalo institucional, pois os produtos produzidos sem veneno e com adubos orgânicos se misturam aos cheios de agrotóxicos e insumos químicos. Também foi citado, nas entrevistas com as diretoras, que existe um receio com relação ao que chamaram de “crise econômica”, pois segundo a declaração de uma das entrevistada:

Eu gosto muito desses programas criados, pois teve muita melhora com relação aos alimentos oferecidos, são de muito mais qualidade do que antigamente que era só enlatado, hoje em dia não vejo mais isso. Tem criança que a melhor alimentação é a que recebe aqui na Escola, comem todo dia coisas diferentes, que são tudo daqui da cidade ou de perto, e esse tipo de Programa tem que continuar, não pode parar, só tenho medo com essa crise que a gente vê se agravando cada vez mais o que pode acontecer, depende muito dos gestores, tanto federais como estaduais e municipais, se for para cortar gastos que não cortem dos investimentos tanto do PAA como do PNAE”. (ENTREVISTA 03, DIRETORA DE ESCOLA MUNICIPAL, OUTUBRO, 2015)

Percebemos, portanto, que existe uma boa perspectiva com relação ao futuro da comercialização agroecológica em Laranjeiras do Sul. E é mais promissora ainda quando observada a potencialidade de comercialização das feiras, seguido pelos supermercados e pelos programas institucionais. Porém, no caso do PAA e PNAE, e até mesmo pelo fato de haverem mais organizações envolvidas, o anseio é maior com relação à sua operacionalização. Ou seja, ao se pensar a prática desses e os entraves que dificultam o processo, fica evidente que são as instituições formais que limitam as informais.

5.10 RELAÇÕES DE PODER

Através da identificação das relações de poder, que se estabelecem nas três dinâmicas estudadas, pode-se avaliar se existem formas de domínio ou de mando, seja ele positivo ou negativo, e como tais situações se transformam em forças ou fraquezas para os mercados de produtos agroecológicos.

Para que ocorra a venda na feira, são organizados dois grupos de produtores agroecológicos que conjuntamente decidem como esta vai ser organizada. É um exemplo prático de construção social de mercados, uma vez que os agricultores organizam a produção, o transporte e a venda diretamente para os consumidores, não existindo relações de poderio um

em detrimento ao outro. Nesse processo participam homens, mulheres e os jovens que, conforme observado, trabalham todos com entusiasmo e dedicação.

De acordo com as entrevistas coletadas, não existe relação de poder que aufira domínio sobre os agricultores, apesar de precisarem ser respeitadas normas e leis como o exemplo da certificação. Isso não afeta negativamente o desempenho das atividades. Identificou-se, também, o confrontamento aos métodos convencionais de produção e de concepção, conforme citou o entrevistado:

[...] a gente é vítima de um sistema, mas eu não me curvo a isso, [...] o próprio sistema cria nós que “tamo” fora desse sistema que só trabalhamos, vamos dizer assim, se “batemo”, “se batemo” e acabamos não tendo resultado, no entanto nós começamos a pensar diferente do sistema e organizamos novas formas de produção, que muitas vezes gera estranheza, mas que com o tempo vai aparecendo a produção, aceitação, a provar com debate...e nesse debate gera conhecimento [...] e tomara que esse debate faça a sociedade e daí só depende dela acordar e desconfiar que alguma coisa ta errada. (ENTREVISTA 08 AGRICULTOR FEIRANTE, SETEMBRO DE 2015)

A citação remete ao pensamento da comercialização agroecológica como um contra movimento (EHLERS, 1999). Ocorre uma mudança no sentido a ser seguido, surgindo assim novas formas de pensar e de fazer que incrementam as instituições já existentes através dos debates e da contrariedade.

Reconhecida a participação da cooperativa e de associações como entidades macro que prestam o apoio necessário para o desenvolvimento e, conforme citado pelo entrevistado 7, o apoio da prefeitura que cedeu o espaço da praça para a realização da feira e que, atualmente, é responsável pelo projeto de construção de instalações permanentes que irão sanar os problemas de funcionamento da feira em dias chuvosos, além dos demais benefícios.

Já a venda para PNAE e PAA é realizada através de um representante jurídico, nesse caso, as cooperativas ou associações. Desse modo, são direcionados esforços para que a comercialização aconteça, mesmo no caso da venda de produtos agroecológicos por convencionais que é o que acontece atualmente em Laranjeiras do Sul.

E por fim, os supermercados que são atendidos diretamente pela cooperativa gestora de um dos grupos. Os gestores dos supermercados fazem a negociação dos produtos, preços e quantidades a serem comercializadas.

Outro fato que difere positivamente a feira é a maior autonomia em relação às demais dinâmicas, pois nela não existe domínio externo a vontade dos agricultores, uma vez que eles mesmos têm relações de poder sobre a cooperativa na qual estão associados. Já os programas institucionais precisam obedecer à uma gama maior de instituições formais, quer sejam a nível

federal, estadual ou municipal, adequando as regras que tais órgãos delimitam formalmente através de leis, convênios, normas, circulares, entre outros. Dessa forma, tais relações de poder que se estabelecem criam dificuldades para a operacionalização desses programas. Conforme já descrito no capítulo anterior, apesar de discutirem de modo global a participação nesse mercado.

Pela associação ou cooperativismo, observamos um ponto em comum das três dinâmicas, pois é através dessas que se organizam tanto a feira, os programas institucionais e a venda nos supermercados.

5.11 TOMADA DE DECISÃO

A forma e o modo de tomar as decisões sobre o que vender, como vender, para quem vender e a que preço vender demonstra a maleabilidade do processo, a autonomia das partes envolvidas. E, por isso, tal questão é de suma importância e representa o quanto produtores e envolvidos nos mercados possuem dessa autonomia, possibilitando a construção de mercados a partir da vontade própria dos agricultores.

Com relação aos feirantes, observamos a existência de maior reprodução social, pois além de produzirem seus alimentos colocam à disposição dos consumidores; e ambos se reconhecem mutuamente na hora da venda na feira, pois lá estão presentes produtores (que fazem a venda) e consumidores, que conforme observado na pesquisa de campo, em sua maioria participa da feira por opção.

Os agricultores produzem e em coletivo junto à cooperativa ou associação decidem o que vão vender. Também em conjunto decidem os preços a ser comercializados os produtos pelos dois grupos participantes da feira, ressaltando que nenhuma das pessoas entrevistadas citou a formação de preços pensando em ganho de escala, mas sim como alternativa. O que notamos é que por questões ideológicas não buscavam somente a agregação de renda. Com relação aos clientes também existe o poder de decisão, pois eles têm a opção de comprar os produtos agroecológicos na feira ou os oferecidos nos supermercados.

Quanto aos programas institucionais também aparece a figura da cooperativa como gestora, porém os preços são estipulados e definidos de modo global, não envolvendo os agricultores locais na decisão de preços que apenas segue o que é estipulado pelas normas dos programas, ao qual vão optar por participar ou não.

No PNAE, segundo entrevistas, os preços oferecidos já foram melhores quando comparados aos praticados atualmente, mesmo que ainda não são computados custos de

preparo, transporte e colocação nos mercados, o que pode inviabilizar a participação. Outro ponto importante observado, é que os trinta por cento que legalmente seria garantido aos produtos agroecológicos não são incorporados devido ao fato da venda ser operacionalizada como convencional, ou seja, a produção é agroecológica, mas a venda é convencional.

Nos supermercados a dinâmica de formação de preços obedece à lógica de mercado local, conforme observado nas entrevistas com os gestores, e apesar desses concordarem que poderiam agregar maior valor aos produtos, como dito por eles, “orgânicos”. Porém tal acréscimo não seria suportado pelos clientes dos supermercados, o que inviabilizaria a venda desses produtos. Opta-se então pelo preço mais acessível, mesmo considerando a qualidade superior, para que se possa ajusta-se a oferta à demanda.

Portanto, com relação ao aspecto de formação de preços, observamos que a dinâmica que mais valoriza a produção agroecológica é a feira, pois ali mesmo por intermédio de cooperativa ou associação a decisão é coletiva. Todos decidem o que vender, quanto vender e a quem vender. Isso não ocorre nos programas institucionais cujos preços vem especificados nos editais e chamadas públicas, bem como nos supermercados que os preços e o que vender são definidos pela lógica de mercado, nos quais demanda e oferta precisam ser trabalhadas em muitas situações que são alheias à vontade dos produtores.

Por fim, entendemos que a tomada de decisão implica diretamente na autonomia das relações que se estabelecem nos mercados tanto de fornecedores quanto de clientes. Quando os agricultores decidem vender seus produtos a nível local, além de melhorar a sua renda, ocorre uma redução no poder dos intermediários, o que diretamente aumenta autonomia dos produtores. Já para os consumidores, “ao comprar diretamente expressam o seu desejo de apoiar a economia local, bem como estreitar o relacionamento com os produtores”. (DAROLT 2013, P. 157)

5.12 QUADRO SÍNTESE COMPARATIVO

De forma a tornar mais prática as análises citadas nos itens anteriores, brevemente, são situados alguns pontos chave de todas as variáveis de análise para cada uma das dinâmicas, conforme citados nos objetivos específicos.

Tais comparações ocorreram embasadas nas entrevistas e na observação da pesquisadora em relação ao que era proposto pela linha de pesquisa. No quadro 15, são apontados os principais elementos de análise, porém convém pontuar que existem correlações entre elas. Assim, as organizações participantes, que mesmo indiretamente participam das três

dinâmicas, como o CEAGRO cujas práticas influenciam também os produtos vendidos nos supermercados e não somente os vendidos na feira, como também a Rede Ecovida que possui relação direta com a certificação dos produtos vendidos nos supermercados.

Quadro 15: Variáveis de análise comparativa institucional das três dinâmicas

VARIÁVEL	FEIRA	PAA E PNAE	SUPERMERCADOS
Organizações	Agricultores, UFFS, CEAGRO, MST, Rede Ecovida, associações, cooperativa, consumidores, PAA e PNAE;	Estado, entidades receptoras/escolas/agricultores, consumidores, associações, cooperativas, Rede Ecovida	Agricultores, cooperativa, consumidores;
História	MST, UFFS, cooperativa, tradição, costume, ideologia, hábito	PAA ano 2003; PNAE a partir da organização através do cooperativismo	Intermédio da cooperativa agroecológica
Regras Formais	Dificultam os aspectos produtivos e de organização dos agricultores, dificuldade formal comparada à produção convencional	Leis, normas, convênios, circulares, regras formalmente definidas pelos Programas que regem seu andamento; dificuldades de operacionalização	Leis garantem segurança para os gestores;
Regras Informais	Ideologia, saúde, tradição, hábitos, costumes, cultura.	Ideologia, coletividade, saúde, Expectativas	Conhecimento x curiosidade
Aplicação das Regras	Maior dinamismo nas informais	Maior influência das formais	Médio dinamismo entre formais e informais
Formação de Preços	Autonomia absoluta	Ausência de autonomia	Autonomia relativa
Motivações	Ideologia, saúde, Tradição, crença, costume, hábito, sociabilidade	Incremento de renda e oportunidade de disponibilizar produtos para outras pessoas que não teriam acesso	Possibilidade de aumento de demanda e Incremento de renda
Desmotivação	Pouca mão de obra e tempo de trabalho (não conseguem fazer tudo que gostariam)	Não acessados como agroecológicos	Demanda inconstante
Perspectivas	Crescimento	Anseio por crescimento, mas com receio de manutenção como o caso do PAA	Crescimento
Relações de Poder	Autonomia absoluta	Autonomia relativa; Domínio maior pelo Estado;	Autonomia relativa com relação ao que vender e quanto vender;
Tomada de Decisão	Coletiva	Coletiva em relação ao que vender, e quando participar, mas global tendo em vista tabelamento de preços pelo Estado	Obedece a demanda local.

Fonte: elaboração da autora, 2015.

Com base no quadro 15, sugerimos algumas análises comparativas entre as dinâmicas, que puderam ser acompanhadas no decorrer do trabalho. No entanto, alguns apontamentos podem ser citados em relação à uma verificação ampla e global dos processos de comercialização: o primeiro deles incorre no sentido de que verificamos como uma construção social de mercados, quer seja pelos agricultores quanto à sua organização para a feira e a decisão de venda em supermercados, ou a escolha e a opção pela participação nos programas institucionais. Segundo, pela forma de organização coletiva sugerida ao longo das análises e entrevistas e a ligação entre as organizações envolvidas. E, conforme Darolt (2013) cita, a construção de diversas formas de mercado não se deve unicamente ao que ele chamou de “atores privados”, mas também a participação do Estado como regulador, Organizações não governamentais, associações, consumidores, entre outros. O terceiro, a agroecologia, e nesse caso pensemos como sua comercialização se encaixa na cidade de Laranjeiras do Sul, especialmente como movimento e prática, conforme Wezel et al (2009) tratou ser a predominante no Brasil, com incorporação da cientificidade a partir dos debates e dos avanços proporcionados com a UFFS.

Na feira ocorre maior reprodução social e existe mais autonomia de decisão. As escolhas estão mais centralizadas nos agricultores mesmo que com a intermediação da cooperativa em um dos grupos e da associação para outro, porém a ideia de coletividade é uníssona e se percebe na forma de organização dos feirantes nos dias da feira, na formação de preço e no sentimento que os cerca. A feira é mais incentivada pelas instituições informais, apesar de possuir relação direta com as formais quer seja pela fiscalização, certificação e exigências. Portanto, e de acordo com a maioria das entrevistas coletadas, existem dificuldades criadas pela má aplicação das leis que limitam a produção agroecológica e acabam incentivando o agronegócio.

Já nos programas PNAE e PAA, em linhas gerais, existe autonomia relativa, pois as decisões ficam norteadas por instituições formais que delimitam os padrões e regramentos de acesso, consumo e pagamentos dos produtos, sendo que os agricultores possuem liberdade para decidir pelo acesso ou não a esses. Em face as dificuldades de produção suficiente para suprir a demanda (no caso do PNAE), do excesso de burocracia para formalização e a desconfiança por parte das organizações (para o PAA), em Laranjeiras do Sul o acesso a essa dinâmica de comercialização ficou prejudicada e os produtos agroecológicos que são entregues são pagos como convencionais.

Porém, nesses programas, além das organizações que participam indiretamente junto aos agricultores, temos ainda as entidades e escolas. Ou seja, ocorre a valorização de

instituições formais através das pessoas que fazem uso dos alimentos e de uma série de benefícios que isso proporciona.

Em relação aos supermercados existem dois paralelos institucionais. Um que refere-se a formalidade institucional para que ocorra a comercialização e que se dá através do selo de certificação do produto, sem o qual os produtos não podem ser vendidos com diferencial. Esse selo é fornecido pelas instituições formais que regem o comércio varejista. Outra questão é a que trata dos anseios, das perspectivas, mudança nos hábitos e costumes que diretamente alteram a demanda pelos produtos. Ou seja, existem instituições informais que passam a direcionar em conjunto com as formais esse canal de comercialização. Essa demanda rege a quantidade a ser vendida e em consequência ocorre a permanência dos produtos agroecológicos locais nos supermercados. Sob a ótica de organizações existe menor número de envolvidas, pois diretamente estão os agricultores, a cooperativa, os supermercados e seus consumidores, sugerindo a existência de menor reprodução social que na feira.

Portanto, as similaridades das três dinâmicas estão envoltas na forma de organização, dos aspectos produtivos e nos anseios que cercam a comercialização de produtos agroecológicos. As instituições informais e as formais formam um conjunto cíclico que proporciona o dinamismo necessário para tão complexa cadeia de sentimentos, sentidos, padrões, normas e regramentos. Portanto, a aplicação dessas e a forma como vão ser absorvidas pelas organizações participantes é que vai delinear o rumo no qual cada meio de comercialização vai se configurar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente é importante considerar que por se tratar de uma pesquisa de cunho qualitativo os resultados trabalhados e encontrados ao longo do texto podem sofrer modificações desde seu início até o final. Por isso, é importante destacar que pelo viés de análise aplicado nesse estudo, é necessário pensar nas instituições considerando a evolução dessas ao longo do tempo.

As pontuações sugerem algumas observações partindo do problema de pesquisa: o conjunto de instituições que regem a comercialização de produtos agroecológicos em Laranjeiras do Sul restringe ou potencializa a formação e o desenvolvimento do referido mercado? Esse questionamento, portanto, sugeriu uma hipótese: a de que o processo de comercialização de produtos agroecológicos em Laranjeiras do Sul é mediado por um conjunto de instituições, sendo que prevalecem as que dificultam estes mercados, apesar da criação de políticas públicas como o PAA e o PNAE.

Observamos que as instituições informais são preponderantes na feira e as formais delimitam o modo como os programas institucionais vão se desenvolver quanto à sua dinâmica de operacionalização. No entanto, as informais delimitam a participação dos produtores agroecológicos nesse mercado, mesmo entregando produtos diferenciados pelo mesmo preço dos convencionais. Para os supermercados, existe de um lado os regramentos formais que possuem relação direta quanto à disponibilização dos produtos nas gôndolas e, de outro, os anseios dos produtores e consumidores.

As organizações ou jogadores participantes iniciam com os agricultores que decidem trabalhar de modo agroecológico. Desse modo, agregam maiores participantes dos mercados incluindo as cooperativas como: Rede Ecovida, Centros de formação (CEAGRO), supermercados, consumidores, Estado, as entidades receptoras do PAA e PNAE. Além de incentivadores como a UFFS, cada qual desempenhando seu papel frente à produção, comercialização e consumo dos produtos obtidos.

O contexto histórico remete a dois aspectos: de um lado as instituições informais que delimitaram a escolha da agroecologia para os agricultores, bem como a decisão de comercializar a produção que inicialmente era para consumo próprio; e de outro, a venda nos programas institucionais e nos supermercados ocorreu por meio da organização em associações ou cooperativa.

Com relação às regras formais, existem dificuldades se comparada produção agroecológica com a convencional do ponto de vista dos agricultores. Em relação ao PNAE e

PAA foi verificado que uma parte muito pequena foi comercializada como agroecológica, sendo observado por gestores vinculados aos programas que a instituição formal é boa, porém existem dificuldades de operacionalização, tornando inviável a execução na maioria dos casos. Já para os supermercados, as formalidades exigidas dão certa segurança aos gestores e aos consumidores.

As regras informais são mais preponderantes em todo o processo, sendo observadas e sentidas em todas as dinâmicas, portanto, costumes, tradição, ideologia, anseios e perspectivas assumem papel fundamental. Esses são, muitas vezes, os fatores que geram a motivação para aderir aos mercados estudados, tanto na venda na feira como na participação nos programas institucionais e na venda nos supermercados.

As desmotivações estão vinculadas em sua maioria pela falta de maior tempo disponível para o desenvolvimento das práticas agroecológicas, que demandam maior tempo e mão de obra por parte dos produtores; como também a desmotivação com relação ao PAA e com a forma de sua não operacionalização. Já as queixas em relação ao PNAE, deve-se ao fato de ser entregues produtos agroecológicos sem o adicional de trinta por cento garantido pela instituição formal. Já para a venda nos supermercados a desmotivação ocorre pela inconstância de demanda.

Em relação à tomada de decisão, formação de preços e relações de poder que se estabelecem nas três dinâmicas, o observado é que existe maior autonomia e menor engessamento institucional na feira, pois os integrantes coletivamente decidem e optam pela forma de participação e de precificação. Nos programas institucionais esses aspectos são menos beneficiados devido a necessidade de obediência aos regramentos formais que os instituem.

Essa maior autonomia e dinamismo da feira foram observados no momento das entrevistas, que fluíram com maior naturalidade e conhecimento sobre o tema por parte dos agricultores. Já em relação aos supermercados, houve menos informação e dinamismo, inclusive no relativo desconhecimento do termo agroecologia, que fora tratada como “produtos orgânicos”. E relativo ao PAA, pelo fato de não estar sendo operacionalizado (e mesmo existindo tentativas disso) ocorreu uma lacuna na pesquisa, pois não foi possível avaliar o programa em atuação.

As instituições tanto formais quanto informais e o contexto histórico que a produção agroecológica se direcionou delimitaram as formações dos três canais de comercialização. As informais são mais relevantes e determinantes para a feira. Enquanto as formais são as norteadoras dos processos de comercialização via PAA e PNAE, porém essas estão de acordo com as entrevistas dificultando a operacionalização dos mesmos. Esse fato é confirmado pela

não execução do PAA no município e pelo PNAE estar sendo remunerado como convencional. Porém para os supermercados as leis garantem a segurança na venda, conforme relatado pelos gestores.

Esta pesquisa, portanto, confirma a hipótese que existem instituições que engessam ou dificultam a comercialização agroecológica em Laranjeiras do Sul, sendo essas: as leis que não incentivam a agroecologia quando comparada à produção convencional; a não operacionalização do PAA agroecológico; as entregas para o PNAE serem pagas como convencionais; as dificuldades de produção tendo em vista sazonalidades produtivas e climáticas; pouco tempo disponível pelos agricultores. Esses entraves foram citados pelos entrevistados e corroboram com outros indicativos descritos ao longo da pesquisa.

No entanto, as instituições informais alavancam os mercados, pois essas representam os anseios das entidades que esperam o PAA e o desejo de continuidade do PNAE. E mesmo sem os receptores entenderem que alguns produtos entregues são agroecológicos, a ideologia dos agricultores e a vontade de disponibilizar produtos para outras pessoas além de sua família são predominantes. Por isso, não é fator decisivo preocupações com a renda auferida, mas sim com a tradição e o envolvimento familiar na produção, e também com questões de saúde. As instituições informais, nesse caso, podem sugerir que em Laranjeiras do Sul a agroecologia é incluída na análise e na comercialização como movimento e prática, de acordo com o sugerido por Wezel et al (2009) para o caso brasileiro.

Tendo em vista a grande quantidade de possibilidades de novos estudos envolvendo a agroecologia, defendemos a importância de novas pesquisas na área que deem continuidade ao tema e que tornem possível, a partir dessa primeira análise, o estudo do desenvolvimento comparativo das dinâmicas ao longo dos próximos anos. Desse modo, a partir desse primeiro indicativo institucional das três dinâmicas de comercialização, é possível verificar se as expectativas positivas de crescimentos desses mercados (citados nas entrevistas) se confirmarão. Esse é o intuito da pesquisadora, o de contribuir com a compreensão da manutenção, funcionamento e evolução do mercado de produtos agroecológicos, abrindo caminhos, nessa linha de análise, para pesquisas vindouras.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais**. *Tempo Social*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 35-64, nov. 2004.

_____. Uma nova extensão rural para a agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 1., 1997, Brasília. *Anais...* Brasília: PNUD, 1997.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo; Rio de Janeiro; Campinas: Hucitec; Anpocs; Unicamp, 1992.

ABREU, Lucimar Santiago et al. **Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia**. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 26, p. 143-160, jul./dez. 2012. Editora UFPR. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/88845-Resumo-desenvolvimento-e-meio-ambiente-v-26-p-143-160-jul-dez-2012-editora-ufpr-143.html>> acesso em 23 set.2015.

ALMEIDA, Jalcione. **A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado**. *Ensaio, FEE, Porto Alegre*, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, **Laranjeiras do Sul. Perfil Municipal**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/laranjeiras-do-sul_pr#demografia> acesso em 22 Out. 2014.

AZEVEDO, Edisio Oliveira. **Desafios e perspectivas da agroecologia**. In: **Princípios e Perspectivas da agroecologia**. Paraná. IFPR. 2011, p.167-183. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/CAPORAL-Francisco-Roberto-AZEVEDO-Edisio-Oliveira-de-Princ%C3%ADpios-e-Perspectivas-da-Agroecologia.pdf>> acesso em 10 maio 2015.

BIESEK, Elizete Lirio. **Território Federal do Iguaçu**. Documentário, 2004?. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/724-4.pdf>> Acesso em 15 Jun. 2015.

BRANDENBURG, Alfio. **Movimento agroecológico: trajetória, condições e perspectivas**. Curitiba. 2002. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/agricultura_meio_ambiente/Alfio%20Brandenburg.pdf> Acesso em 12 Maio 2015

_____. **Os novos atores da reconstrução do ambiente rural no Brasil: o movimento ecológico na agricultura**, *Estud. Soc. e Agric.*, Rio de Janeiro, vol. 19, n. 1, 2011: 126-148. Disponível em:

<http://orgprints.org/24367/1/Brandenburg,%20Alfio_Os%20novos%20atores%20da%20reconstru%C3%A7%C3%A3o%20do%20ambiente%20rural%20no%20Brasil.pdf> acesso em 11 Maio 2015.

BRASIL.Presidência da República,Lei 10.831/03, de 23 de dezembro de 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm. Acesso em 16 Out. 2014.

_____. **Presidência da República, Lei 11.326/06** de 24 de Julho de 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm acesso em 15 Fev. 2015.

_____. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Produtores Orgânicos Laranjeiras do Sul. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos> acesso em 27 Out. 2014.

_____. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Produtores Orgânicos Laranjeiras do Sul, Maio 2015. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/cadastro-nacional>> acesso em 23 Jun. 2015

_____. **Ministério do Desenvolvimento Agrário-** Cartilha PAA.ascom/mds/novembro 2012. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FI_NAL.pdf> acesso em 04/10/2015.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Agrário-** Modalidades PAA. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/modalidades-do-paa>> acesso em 11/10/2015.

_____. Portal da Cidadania. **Territórios da cidadania**. Disponível em : <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>> acesso em 09 Set.2015.

CAMARGO, Joao Antonio Olivir de. **Nerje Laranjeiras do Sul raízes da nossa terra: A história épica e contemporânea**. 1 ed. Laranjeiras do Sul- Pr.1999.

CANUTO, J. C. Invesgaciónenagroecología: instituciones, métodos y escenarios futuros. In: MORALES HERNÁNDEZ, J. (Org.). **La agroecologia: enlaconstrucción de alternativas hacia las sustentabilidad rural**. México: Siglo XXI Editores/Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente, 2011.

CANTUQUIRIGUAÇU. **Associação dos municípios**. Disponível em:<<http://www.cantuquiriguacu.com.br/sobre.php>. acesso em 23 Out.2014.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio; PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento sustentável**. Brasilia, DF: [s.n], 2006.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio; PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**.

In. **Princípios e Perspectivas da Agroecologia**. Paraná. Instituto Federal do Paraná. 2011, p.45-82. Disponível em <<http://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/CAPORAL-Francisco-Roberto-AZEVEDO-Edisio-Oliveira-de-Princ%C3%ADpios-e-Perspectivas-da-Agroecologia.pdf>> acesso em 15 Abr.2015.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia**: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In. **Princípios e Perspectivas da agroecologia**. Paraná. Instituto Federal do Paraná. 2011, p.83-119.

CAVALHEIRO, Elizângela Mara. **A construção social de mercados para produtos da agricultura familiar**. 2010. 214 p. Tese (Programa de pós graduação em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, Porto Alegre, 2010.

COSTA JUNIOR, Nereu Antonio da; PLEIN, Clério. A agricultura familiar e as políticas públicas: o caso do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar em Francisco Beltrão-Pr. IV Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas – IV CONAPE Francisco Beltrão/PR, **Anais**, 2015. Disponível em: <<http://200.201.88.178/conape/anais/1580.pdf>>

DAROLT, Moacir Roberto. **Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos**: reconectando produtores e consumidores. In: **Agroecologia, práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Orgs: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado. Curitiba, Kairós, 2013.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: Mudanças Cíclicas em Meio Século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DULLEY, R. D. et al. Passado, ações presentes e perspectivas à Associação de Agricultura Orgânica (AAO), São Paulo, Brasil. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 30, n. 11, p. 16-23, 2000.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas para um novo paradigma. 2 ed. Guaíba:agropecuária. 1999.

ESCHER, Fabiano. SCHENEIDER, Sergio. **A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural**. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n. 27, mai./ago. 2011, p. 180-219.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília, 1994 (Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036).

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**: do agrário ao territorial. 220 p. Tese Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental. São Paulo, USP, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-24042008-113514/pt-br.php>>. Acesso em 10 Maio 2015.

FONTANELLA, Bruno José Barcelos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. **Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde**: contribuições teóricas. Cadernos de Saúde Pública. V.24, n. 01. Rio de Janeiro, Janeiro, 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n1/02.pdf>> acesso em 15 Nov. 2014.

GALA, Paulo. **A teoria institucional de Douglass North**. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 23, n.2, p. 89-105, abr/jun. 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, 2005.

GRANOVETTER, Mark. **Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão**. *RAE eletrônica*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 01-40, jan./jun. 2007.

_____. **Economic institutions as social constructions: a framework for analysis**. *Acta Sociologica*. n. 35, 1992.

_____. **Economic action and social structure: the problem of embeddedness**. *The Journal of Sociology*. v. 91, n. 3 nov. 1985.

_____. **The strength of weak ties**. *American Journal of Sociology*. v. 78, n. 6, mai., 1973.

GRISA, Katia; SCHIMITT, Claudia Job. **Agroecologia, mercados e políticas públicas: Uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental**. In: *Agroecologia, práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Orgs: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado. Curitiba, Kairós, 2013.

GUIVANT, J. S. **Os Supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip**. *Ambiente e Sociedade*, v.4, n.2, p. 62-82, 2003.

GUZMÁN CASADO G; GONZÁLEZ DE MOLINA M; SEVILLA GUZMÁN E.(coord), **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: mundi-prensa, 2000.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Laranjeiras do Sul**. dados completos. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codumun=411330&search=parana|laranjeiras-do-sul|infograficos:-informacoes>> acesso em 17 Jun. 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Laranjeiras do Sul. Dados completos**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=411330&search=parana|laranjeiras-do-sul|infograficos:-historico> acesso em 17 Jun.2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Laranjeiras do Sul. Dados completos**. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/fotos.php?lang=&codmun=411330&search=||-fotos>. Acesso em: 17 jun.2015.

_____. Censo Demográfico 2010. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>> Acesso em: 23 Maio 2015.

_____. Censo agropecuário 2006: agricultura familiar – primeiros resultados – Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. Censo agropecuário 2006. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/default.shtm acesso em 23 Maio 2015

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**- 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **Agricultura Familiar**. Uma realidade multiforme. Campinas: Unicamp, 1993.

LEFF, Eduardo. **Agroecologia e Saber Ambiental**. Porto Alegre. Ensaio FEE. 2002. Disponível em: <http://www.pvnocampo.com.br/agroecologia/agroecologia_e_saber_ambiental.pdf> Acesso em: 01 Maio 2015.

LOPES, Sérgio. **O Território do Iguaçu no contexto da “Marcha para Oeste”**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

MALUF, Renato Sergio. **Alimentação, escola e agricultura familiar**. Boletim do OPPA, n.26, maio de 2009. Disponível em <http://oppa.net.br/artigos/portugues/artigo_OPPA_br_026-05_2009-renato_maluf.pdf> acesso em 03 Maio 2015.

MARCO referencial em agroecologia. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2006.70 p.

MUNARO, Chiara; LIMA, Romilda de Souza. Estilos de vida *ego-tripe ecológico-trip*: interferências no consumo de Produtos Orgânicos em Francisco Beltrão – Pr. **Revista Faz Ciência**, v.11, n.14 Jul./Dez. 2009, pp. 145-164

MUSSOI, Arno Bento, **Laranjeiras do Sul: O Espaço em Construção**. EDUNIOESTE.PR. 2002.

NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; **A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização**. In: Agroecologia, práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Orgs: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado. Curitiba, Kairós, 2013.

NORTH, Douglass Cecil. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, Tradução de Elizabete Hart, 1994a.

_____. **Economic performance through time**. *The American Economic Review*, Pittsburgh, v.84, n. 3, p. 359-368, Jun. 1994b.

_____. **Structure and change in economic history**. New York: W. W. Norton, 1981.

_____. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. Institutions. **The Journal of Economic Perspectives**, Nashville, v.5, n. 1, p. 97-112, 1991.

_____. Entrevista: **Douglass North**. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1830, p. 11-15, 26 nov. 2003.

_____. *Understanding the process of economic change*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

PEREZ-CASARINO, Julian. **A construção social de mecanismos alternativos de mercado no âmbito da Rede Ecológica de Agroecologia**. 2012. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 2012.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. 2011. 289 f. Tese Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, agricultura e sociedade Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRRJ, Rio de Janeiro, 2011.

PLEIN, Clério. **Os Mercados da Pobreza ou a Pobreza dos Mercados: as instituições no processo de mercantilização da agricultura familiar na microrregião de Pitanga, Paraná** 266 p. Tese (Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural- PGDR). Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, Porto Alegre, 2012.

_____. Clério. **Instituições e enraizamento nos mercados da agricultura familiar**. In: *Revista Faz Ciência*, v.12, n. 15, Jan/Jun.2010, p. 95-118. Francisco Beltrão: Unioeste, 2010.

_____. Clério. FILIPPI; Eduardo Ernesto. **Capitalismo, agricultura familiar e mercados**. *Revista Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 98 – 121, set/dez 2011. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/831.pdf>> acesso em 15 fev. 2015

_____. Clério; FILIPPI. Eduardo Ernesto. **Os mercados e a teoria econômica das instituições**. *Estud. Soc. e Agric.*, Rio de Janeiro, vol. 18, n. 2, 2010: 317-350. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/796.pdf>> Acesso em 05 Maio 2015.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na Era da Globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____. **O modo de produção camponês revisado**. In: *A diversidade da agricultura familiar*. SCHNAIDER, Sergio. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PREFEITURA, Municipal de Laranjeiras do Sul. **Laranjeiras em números**. 2014. Disponível em: <<http://www.laranjeirasdosul.pr.gov.br/numeros.php>>. Acesso em 17 Jun. 2015.

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, 2000. Disponível em:

< <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/novoretratoID-3iTs4E7R59.pdf> />. Acesso em: 23/05/2015.

RAMBO, Anelise Graciele. **Análise escalar das dinâmicas territoriais de Desenvolvimento e as contribuições da nova sociologia econômica e nova economia institucional:** um estudo de experiências no noroeste gaúcho. 282 p. Tese (Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2011.

SÁNCHEZ, Gamboa Silvio. **Pesquisa em educação:** métodos e epistemologias Gamboa. 2. ed. – Chapecó : Argos, 2012. 212 p.

SCHMITT, Claudia. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. *Agriculturas*, v.8, n.3, p.04-08, 2011.

SCHIMITT, C.L.; GUIMARÃES, L.A. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. *Agriculturas*, v.5, n.2, p. 7-13, 2008.

SCHNEIDER, Sergio. ESCHER, Fabiano. **A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural.** *Sociologias*, n.27, p. 180-219, 2011.

SEBRAE. **Estudo traça o perfil do mercado de Produtos Orgânicos.** Dez/2010. Disponível em <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/Estudo-tra%C3%A7a-o-perfil-do-mercado-de-produtos-org%C3%A2nicos> acesso em 26 out.2014.

SOUSA, Romier da Paixão; MARTINS, Sérgio Roberto. **Construção do conhecimento agroecológico:** desafios para a resistência científico- acadêmica no Brasil. In:**Agroecologia:** princípios e reflexões conceituais. GOMES, João Carlos Costa; ASSIS, Willian Santos de. (ORG). Brasília, DF: Embrapa, 2013.

STEINER, Philippe. **A sociologia econômica.** São Paulo: Atlas, 2006.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa:** um estudo econômico das instituições. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida:** Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WEZEL, *et al.* **Agroecology as a science, a movement and a practice.** A review. 2009. Disponível em: <<http://agroeco.org/socla/wp-content/uploads/2013/12/wezel-agroecology.pdf>> Acesso em: 22 Maio 2015.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores:** o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2008.

_____. **Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados:** *inputs* para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 805-824. 2002. Disponível em:

<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2042/2424>> acesso em 10/04/2015.

WUERGES, E.W; SIMON A.A. Feiras-livres como uma forma de popularizar a produção e o consumo de hortifrutigranjeiros produzidos com base na Agroecologia. In Resumo do V CBA: sociedade e natureza. **Revista Brasileira de Agroecologia**, out/2007, v. 2, n. 2, p. 567-570. Disponível em: <www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/.../5148>. Acesso em 24 Out. 2014.

APÊNDICE A- Roteiro semi estruturado para entrevistas com as organizações (jogadores) de cada mercado

Esse roteiro tem por objetivo a compreensão e a busca por elementos formais ou informais que auxiliem no entendimento de três formas de comercialização de produtos agroecológicos no município de Laranjeiras do Sul- PR, a saber: a venda direta pela feira; o mercado tradicional ou supermercados e os programas PAA E PNAE. As respostas foram anotadas em um caderno próprio e gravadas conforme necessidade.

Variáveis de análise a serem obtidas para entendimento da matriz institucional:

- 1 ORGANIZAÇÕES: Quais entidades ou quais os jogadores que fazem parte do mercado? O que elas fazem? Como fazem? São articuladas? Como?
- 2 HISTÓRIA: Quando começou? Por quê? Como? O que mudou? O que permaneceu?
- 3 REGRAS FORMAIS: Existem leis, normas ou decretos que influenciam o mercado de produtos agroecológicos? Dificultam ou ajudam? Quem controla ou monitora? Existe algum aspecto formal que precisaria mudar?
- 4 REGRAS INFORMAIS: o que o (a) leva a participar do mercado de produto agroecológico? Qualidade? Preço? Saúde? Costume? Tradição?
- 5 APLICAÇÃO DAS REGRAS: o que leva a permanecer ou sair? Alguma coisa mudou ou pensa que mudará?
- 6 FORMAÇÃO DE PREÇOS: o que influencia para formar o preço? E para comprar? É caro ou barato? Por quê?
- 7 MOTIVAÇÕES: quais foram os motivos que fizeram aderir a este mercado? O motiva a continuar?
- 8 DESMOTIVAÇÕES: Quais foram as principais dificuldades ao começar a participar desse mercado? O que atualmente dificulta sua participação?
- 9 PERSPECTIVAS: o que pensa sobre esse mercado? Pretende continuar participando? Por quê?

10 RELAÇÕES DE PODER: Obedece a algum órgão, entidade ou pessoa para participar?

11 TOMADA DE DECISÃO: como ocorre a tomada de decisão em relação ao que vender, quanto, como, valor.